

configurações

REVISTA DE CIÊNCIAS SOCIAIS

N.º 27 | JUNHO DE 2021



Título: CONFIGURAÇÕES: Revista de Ciências Sociais 27 / JUNHO DE 2021.

Diretora: Ana Maria Brandão.

Conselho Consultivo: Ana Nunes de Almeida (Univ. Lisboa), António Colomer (Univ. Polit.. Valência), António Lucas Marín (Univ. Complutense), Carlos Alberto da Silva (Univ. Évora), Claude-Michel Loriaux (Univ. Católica de Lovaina), Daniel Bertaux (CNRS, Paris), Elísio Estanque (Univ. Coimbra), François Dubet (Univ. Bordéus), Ilona Kovács (Univ. Téc. de Lisboa), James R. Taylor (Univ. Montreal), João Arriscado Nunes (Univ. Coimbra), João Ferreira de Almeida (ISCTE-IUL, Lisboa), João Teixeira Lopes (Univ. Porto), John Law (Univ. Lancaster), José Bragança de Miranda (Univ. Nova Lisboa), José Carlos Venâncio (Univ. Beira Interior), José Madureira Pinto (Univ. Porto), José Manuel Sobral (Univ. Lisboa), José Maria Carvalho Ferreira (Univ. Téc. Lisboa), Loïc Wacquant (Univ. Califórnia, Berkeley), Luís Baptista (Univ. Nova Lisboa), Maria Beatriz Rocha Trindade (Univ. Aberta), Manuel Villaverde Cabral (Univ. Lisboa), Manuela Ribeiro (Univ. Trás-os-Montes e Alto Douro), Michel Maffesoli (Univ. Paris V, Sorbonne), Ramón Máiz (Univ. Santiago de Compostela), Renato Lessa (Univ. Fluminense), Veit Bader (Univ. Amsterdão).

Conselho Científico: Ana Maria Brandão (ICS/UM), Ana Maria Soares (EEG/UM), Ana Paula Ferreira (EEG/UM), Ana Veloso (EPsi/UM), António Cardoso (IPVC), Beatriz Casais (EEG/UM), Carolina Machado (EEG/UM), Daniel Seabra (Universidade Fernando Pessoa), Domingos Santos (IPCB), Elisabete Sampaio de Sá (EEG/UM), Emília Fernandes (EEG/UM), Gina Gaió (EEG/UM), Iris Barbosa (EEG/UM), Isabel Silva (EPsi/UM), João Carvalho (Universidade Portucalense), João Ribeiro (EEG/UM), Joaquim Silva (EEG/UM), Fernando Bessa Ribeiro (ICS/UM), José Cordeiro (professor aposentado), Manuel Carlos Silva (professor aposentado), Maria Cristina Moreira (EEG/UM), Maria João Simões (UBI), Maria Johanna Schouten (professora aposentada), Pedro Melo (IPCA), Regina Leite (EEG/UM), Rodrigo da Costa Dominguez (ICS/UM), Sílvia Gomes (Nottingham Trent University/ UK), Teresa Mora (ICS/UM), Vera Duarte (ISMAI).

Edição: Rita Moreira (cics@ics.uminho.pt) e Iolanda Fontainhas (configuracoes_cics@ics.uminho.pt).

Propriedade, redação e administração: Centro Interdisciplinar de Ciências Sociais – Polo da Universidade do Minho, 4710-057 Braga – Portugal. Telef.: 253 601 752. Fax: 253 604 696. sítio: <https://www.cics.nova.fesh.unl.pt/polos/cics-nova-uminho> e <http://cics.uminho.pt/?lang=pt>.

Normas para apresentação e avaliação de artigos: Apresentação de originais: os textos propostos para publicação devem seguir as normas sugeridas no sítio da revista configurações <https://configuracoes.revues.org/84>.

Avaliação de artigos: os artigos propostos são submetidos a parecer de especialistas das áreas respetivas, em regime de anonimato. A listagem de avaliadores será publicada cumulativamente a cada dois anos. A decisão final cabe à equipa coordenadora de cada número e, em última instância, à Direção do Centro Interdisciplinar de Ciências Sociais – Polo da Universidade do Minho.

Os textos podem ser publicados em português, espanhol, francês e inglês.

Apoios: A edição deste número foi apoiada pela Fundação para a Ciência e a Tecnologia (UIDB/04647/2020).

Edição: *Configurações: Revista de Ciências Sociais* é editada semestralmente (2 números/ano) pelo Centro Interdisciplinar de Ciências Sociais – Polo da Universidade do Minho, 4710-057 Braga.

Capa: Furtacores *design*; fotografia da capa: Abigail Ascenso.

ISSN: 1646-5075.

Depósito legal n.º: 246289/06.

Índice

Consumo de álcool e alcoolismo durante a Guerra Colonial Portuguesa. Uma perspetiva antropológica <i>Vasco Gil Calado</i>	5
O trabalho etnográfico: ressignificando o “ser afetado” de Jeanne Favret-Saada <i>Wellington de Carvalho Pereira</i>	23
Perfis de envolvimento cívico e político juvenil nas redes sociais: explorando atitudes e comportamentos <i>Ricardo Soares, Pedro Ferreira e Carla Malafaia</i>	39
Esperança de vida em Portugal segundo o nível de escolaridade <i>Filipe Pereira</i>	57
Gênero e desigualdade na academia brasileira: uma análise a partir dos bolsistas de produtividade em pesquisa do cnpq <i>Amurabi Oliveira, Marina Félix de Melo, Quemuel Baruque de Rodrigues e Mayres Pequeno</i>	75
Ascensão do “agronegócio” e crise da democracia no Brasil <i>Luiz Felipe Ferrari Cerqueira de Farias</i>	95

Recensões

AFONSO, Almerindo Janela; PALHARES, José Augusto (orgs.). (2019). Entre a Escola e a Vida. A condição de jovem para além do ofício de aluno, Vila Nova de Gaia: Fundação Manuel Leão, 182 páginas. ISBN 978-989-8151-56-8 <i>Rovênia Amorim Borges</i>	111
<i>Review of:</i> Alipio De Sousa (2019), Revoke Ideology – Critical Constructionist Theory in the Human Sciences, Bern, Switzerland, Peter Lang UK <i>Augusto Francisco</i>	117

Consumo de álcool e alcoolismo durante a Guerra Colonial Portuguesa. Uma perspectiva antropológica

VASCO GIL CALADO *

Serviço de Intervenção nos Comportamentos Aditivos e nas Dependências (SICAD)

Resumo

Com base nos usos de bebidas alcoólicas por parte dos militares portugueses que participaram na Guerra Colonial Portuguesa (1961-1974), discute-se a importância da dimensão social, sem a qual não se consegue compreender os contornos do consumo e as motivações dos consumidores. De acordo com os dados recolhidos, durante o conflito, a ingestão de bebidas alcoólicas era particularmente frequente e intensa, sendo a embriaguez uma prática reiterada e tendencialmente tolerada e desvalorizada pelas autoridades militares. No contexto de guerra, os excessos alcoólicos eram encarados como algo normal e não a partir da perspectiva da patologia, decorrendo do contexto e das difíceis circunstâncias sociais.

Palavras-chave: Consumo de álcool, Guerra Colonial Portuguesa, Experiência de guerra, Antropologia da Saúde.

Abstract

Alcohol use and alcoholism during the Portuguese Colonial War. An anthropological perspective

Based on the use of alcoholic beverages among the Portuguese military who participated in the Portuguese Colonial War (1961-1974), the importance of the social perspective is discussed, without which one cannot understand the contours of consumption and the motivations of consumers. According to the data collected, during the conflict the consumption of alcoholic beverages was particularly high and drunkenness was a frequent practice that tended to be tolerated and devalued by the military authorities. In the context of war, excessive alcohol was seen as normal and not from a medical perspective, given the context and the harsh social circumstances.

Keywords: Alcohol consumption, Portuguese Colonial War, War experience, Medical Anthropology.

Résumé

Consommation d'alcool et alcoolisme pendant la Guerre coloniale portugaise. Une perspective anthropologique

Sur la base de l'utilisation des boissons alcoolisées par les militaires portugais qui ont participé à la Guerre coloniale portugaise (1961-1974), nous discutons de l'importance de la dimension sociale, sans laquelle il est impossible de comprendre les contours de la consommation et les motivations des consommateurs. Selon les données recueillies, pendant le conflit, la consommation de boissons alcoolisées était particulièrement fréquente et intense, l'ivresse étant une pratique répétée qui avait tendance à être tolérée et dévalorisée par les autorités militaires. Dans le contexte de la guerre, les excès alcooliques étaient considérés comme quelque chose de normal et non du point de vue de la pathologie, en raison du contexte et des circonstances sociales difficiles.

Mots-clés: Consommation d'alcool, Guerre coloniale portugaise, Expérience de guerre, Anthropologie de la Santé.

Introdução

Este artigo constitui uma análise da dimensão e dos contornos do consumo de álcool¹ na Guerra Colonial Portuguesa (1961-74) – um conflito que se prolongou por mais de uma década nos territórios de Angola, Moçambique e Guiné-Bissau e mobilizou mais de um milhão de militares portugueses, a maioria de origem rural, pouco letrada e com idades a rondar os 20 anos – e uma discussão do uso de bebidas alcoólicas à luz de uma perspetiva antropológica, por oposição à visão hegemónica, de natureza biomédica.

As Ciências Médicas consideram que determinados padrões de consumo de bebidas alcoólicas configuram uma doença (aquilo que normalmente se denomina «alcoolismo») e taxativamente concebem a pessoa que ingere álcool de determinada maneira e com determinadas consequências como um doente, com base em tipologias como «consumo nocivo», «dependência de álcool» ou «perturbação do uso do álcool» (Pinto *et al.*, 2016), a partir das quais é possível fazer um diagnóstico clínico, nomeadamente através de instrumentos de rastreio². Esta visão da dependência alcoólica e do consumo considerado «nocivo» assenta, em grande medida, na ideia de descontrolo e compulsão (Reinarman

1 O presente texto é resultado de um trabalho mais vasto que conduziu a um doutoramento em Antropologia em 2019, com uma tese sobre o consumo de substâncias psicoativas entre os militares portugueses que participaram no conflito – aqui entendidos como todos os que estiveram ao serviço das forças armadas portuguesas, incluindo os africanos que foram recrutados localmente (Calado, 2019). É considerado apenas o consumo de bebidas alcoólicas, deixando de fora outros temas discutidos na dissertação, nomeadamente o uso de *cannabis*.

2 Entre os instrumentos auxiliares de diagnóstico de problemas ligados ao álcool, destacam-se o AUDIT e o ASSIST, testes em forma de escalas que permitem identificar o nível de risco e o carácter nocivo dos consumos.

e Granfield, 2015), conceitos-chave para a conceção biomédica de qualquer comportamento aditivo.

Por outro lado, há uma extensa bibliografia, proveniente predominantemente da área das Ciências Sociais, que propõe uma visão diferente daquela que a biomedicina e, por arrasto, o senso comum hoje³ têm destes fenómenos. De natureza tendencialmente holística, a perspetiva socializante releva a dimensão coletiva e encara o que muitas vezes é visto como uma enfermidade pessoal (designadamente uma desordem ou um transtorno de âmbito biológico, mental ou comportamental) como algo que, em grande medida, decorre do contexto e das circunstâncias socioculturais, e não tanto das características individuais e de eventuais predisposições genéticas do consumidor (Heath, 2000; 1987). Privilegia-se, portanto, um olhar social perante um comportamento individual que, em última instância, configura uma escolha pessoal, como o é ingerir bebidas alcoólicas em grandes quantidades e de forma recorrente, na medida em que se assume que é no plano societal que a prática é enquadrada, definida, explicada, problematizada, regulada, incentivada ou sancionada, nomeadamente por via de normas, valores, representações, leis e sanções.

Entre as Ciências Sociais, destacam-se as disciplinas da Antropologia e da História, que, por via da perspetiva comparativista e da perspetiva diacrónica, respetivamente, demonstram que os padrões de consumo e as tipologias de consumidores, bem como os efeitos e até as consequências da ingestão de bebidas alcoólicas, variam consideravelmente de cultura para cultura e mesmo, numa única sociedade, assumiram formas diferentes e múltiplas em tempos passados (Hunt e Barker, 2001). Isto é, no que concerne ao uso de bebidas alcoólicas, o que é tomado como certo em determinada sociedade frequentemente não se aplica a outras sociedades e é sempre resultado de processos históricos, sociais e políticos. A figura do dependente alcoólico e o comportamento que hoje nas sociedades ocidentais se associa à embriaguez não só não são universais como não se verificavam nos mesmos moldes, por exemplo na Europa da Idade Média (Levine, 1978). Nesse sentido, defende-se que os padrões de consumo de bebidas alcoólicas dependem de processos de socialização, isto é, são apreendidos e reproduzidos socialmente (Schneider, 2015), uma postulação que o modelo aditivo não reconhece suficientemente. De facto, apesar de a posição biomédica assumir que os comportamentos aditivos são fenómenos multifatoriais, salientando a necessidade de adotar uma perspetiva biopsicossocial, frequentemente a dimensão social é menosprezada ou simplesmente ignorada.

3 Nem sempre em Portugal se olhou para os padrões de consumo de álcool de risco acrescido como fenómenos do foro da saúde e da doença. Nas décadas de 60 e 70 do século XX, quando a Guerra Colonial Portuguesa teve lugar, os «excessos» alcoólicos tendiam a ser vistos como algo normal, um hábito cultural profundamente enraizado na sociedade portuguesa (Mano, 1990).

O que neste aspeto se passou na Guerra Colonial Portuguesa é aqui tomado como um exemplo empírico da importância da vertente sociocultural. A realidade a seguir discutida reforça a ideia de que olhar para o uso e o abuso (para usar a terminologia biomédica mais normativa) de bebidas alcoólicas com base exclusivamente em critérios clínicos e classificatórios é necessariamente redutor. O principal argumento subjacente ao presente texto é o de que, apesar de haver na ingestão de bebidas alcoólicas uma inegável vertente biológica – afinal, o álcool e as outras drogas definem-se precisamente por desencadear processos químicos que resultam em efeitos psicoativos –, a dimensão social não deve ser negligenciada, sob pena de se obter um retrato parcial, que tende a ignorar a racionalidade do consumidor, nomeadamente aqueles que bebem de modo «excessivo» ou «nocivo». Na Guerra Colonial Portuguesa os padrões de consumo de álcool dos militares portugueses derivavam das suas características sociodemográficas (sexo, idade, origem e condição social, por exemplo) e sobretudo das circunstâncias socioculturais, particularmente adversas.

1. Método

Entre 2015 e 2016, com o objetivo de caracterizar e enquadrar o consumo de bebidas alcoólicas na Guerra Colonial Portuguesa, foram realizadas entrevistas em profundidade com antigos militares das forças armadas portuguesas que participaram no conflito (N=17), procedendo-se em simultâneo a uma extensa pesquisa documental. Num momento mais tardio, dada a necessidade de complementar a informação recolhida, foi lançado um inquérito online dirigido a ex-combatentes da Guerra Colonial Portuguesa (N=210) e procedeu-se a uma etnografia de ciberespaços frequentados por estes, designadamente comunidades eletrónicas e blogs. Reunida toda a informação, esta foi analisada segundo a lógica da triangulação (Griffiths e Mounteney, 2010; Denzin, 2009).

Os veteranos da Guerra Colonial Portuguesa⁴ foram entrevistados de uma forma semi-estruturada (Fontana e Frey, 2005), de acordo com os princípios da entrevista etnográfica (Devillard, Mudanó e Pazos, 2012; Bernard, 2006), dado que se pretendia, acima de tudo, entender os consumos dos antigos militares a partir das suas próprias categorias e significações. Os entrevistados foram recrutados seguindo o método bola de neve (Fernandes e Carvalho, 2000), tendo como ponto de partida dois contactos iniciais⁵. Procurou-se que esta rede informal de informantes apresentasse a maior diversidade possível, tanto no que diz respeito ao território em que o serviço militar decorreu, como no que respeita à patente, função ou ramo militar – alguns informantes serviram como

4 Todos os entrevistados são citados sob pseudónimo.

5 Para uma discussão mais detalhada acerca das incidências metodológicas da pesquisa, incluindo o processo (e as dificuldades) de recrutamento dos informantes, remete-se para Calado (2019: 25-32).

soldados ou cabos e outros como graduados (furriéis e alferes), uns tiveram funções administrativas e técnicas e outros funções operacionais (incluindo alguns pertencentes às chamadas «tropas especiais»), uns envolveram-se ativamente em combate e outros não chegaram a disparar um tiro, etc.⁶. Assim sendo, do ponto de vista militar, a principal característica comum a todos é terem participado na Guerra Colonial Portuguesa enquanto milicianos, pelo que a participação no conflito significou uma interrupção na sua vida civil, à qual regressaram uma vez terminada a comissão em África. À data da entrevista, o perfil sociodemográfico dos informantes era bastante heterogéneo⁷, tal como a sua orientação política ou o seu posicionamento em relação à guerra em que participaram. Contudo, é importante deixar claro que, graças à diversidade de experiências de guerra, a rede informal de informantes é aqui tomada como representante dos ex-combatentes da Guerra Colonial Portuguesa, mas de maneira nenhuma como representativa.

À parte um enquadramento histórico e militar, a pesquisa documental incidiu sobretudo num conjunto de 34 textos de cariz (exclusiva ou parcialmente) autobiográfico sobre a experiência militar, incluindo diários e coletâneas de aerogramas enviados diretamente da guerra. Estas memórias sobre a Guerra Colonial Portuguesa escritas na primeira pessoa serviram de contraponto às entrevistas realizadas, dado que permitiram ter acesso a informação em falta (a perspetiva de um médico militar ou de um capitão, por exemplo), bem como caracterizar a importância que, para os ex-combatentes, o álcool teve na sua experiência de guerra (na medida em que as referências sobre o assunto em documentos escritos não nasceram de uma inquirição ativa mas antes do facto de o autor considerar o tema relevante).

Com o inquérito *online* procurou-se sobretudo obter informação quantitativa e qualitativa sobre o impacto da experiência de guerra e perceber se o consumo de bebidas alcoólicas durante o conflito estava, de algum modo, relacionado com o stress e a ansiedade, uma ideia que emergira durante as entrevistas e a leitura de textos autobiográficos. Por seu lado, seguindo os princípios da Antropologia Digital (Pink *et al.*, 2015; Horst e Miller, 2012), uma observação não participante em fóruns eletrónicos de discussão, nomeadamente grupos de *Facebook*, permitiu assistir à interação sem mediação de ex-combatentes, contribuindo, assim, para esclarecer informação, levantar novas questões ou simplesmente tomar maior conhecimento com a iconografia ou o jargão da época.

6 Outro caminho possível, igualmente válido, seria limitar a análise a elementos de um grupo mais homogéneo, como, por exemplo, os membros de um mesmo batalhão ou companhia militar, os membros de grupo de autoajuda ou de uma associação de veteranos de guerra. No entanto, apesar de resolver alguns problemas metodológicos, esta ideia foi abandonada por se ter privilegiado a diversidade de experiências de guerra.

7 As exceções são sexo e idade, dado que os informantes são todos do sexo masculino e de idade aproximada (sexagenários ou septuagenários).

2. Experiência de guerra

A premissa básica que sustenta a maioria das abordagens antropológicas é: para compreender determinado fenómeno ou realidade social, é necessário analisar o contexto sociocultural, bem como o que fundamenta a agência individual, isto é, as crenças, as motivações e as representações dos atores sociais. Só assim é possível aceder à rede de significados e ao sentido atribuído aos comportamentos individuais.

Mesmo tendo em consideração que a Guerra Colonial Portuguesa foi um conflito que envolveu diretamente mais de um milhão de efetivos e se prolongou por mais de uma década em vários territórios de Angola, Moçambique e Guiné-Bissau, em contextos militares e sociais muito diferentes (o que se traduziu necessariamente num conjunto muito diverso de experiências de guerra), cruzando toda a informação disponível é possível encontrar eixos comuns, e assim, de alguma forma, formular generalizações⁸. Num texto anterior (Calado, 2016), identificaram-se os traços e as características da Guerra Colonial Portuguesa que ajudam a contextualizar e a compreender a dimensão e os contornos do uso de substâncias psicoativas entre os efetivos portugueses que combateram nas três ex-colónias portuguesas, nomeadamente o facto de ter sido tendencialmente um tempo de experimentação e de contacto com novas realidades, uma experiência feita de grande tensão e estados de constante ansiedade e simultaneamente um contexto de deficiente preparação militar, alguma indisciplina e formas de contestação.

A guerra é, por definição, um contexto-limite, e a participação num conflito armado é uma experiência sempre marcante, frequentemente pontuada pelo medo, pela inquietação e por estados ansiosos. Apesar de, por vezes, a Guerra Colonial Portuguesa ser apontada como uma guerra de escaramuças – de acordo com os ex-combatentes, não havia propriamente «linhas da frente» e o contacto com as forças inimigas era, na maior parte dos casos, ocasional e tendencialmente fugaz, sobretudo na forma de emboscadas ou ataques furtivos –, tratou-se de um conflito muito exigente do ponto de vista emocional (Martins, 2015), como são todas as guerras em que se enfrenta uma guerrilha, um inimigo que na maior parte do tempo se esconde e não se vislumbra, que ataca quando não se espera e contra o qual há que estar sempre alerta⁹.

⁸ Para uma análise histórica, social e militar mais detalhada da Guerra Colonial Portuguesa, remete-se para autores como Cardina e Martins, 2018; Campos, 2017; Afonso e Gomes, 2000; Teixeira, 1998; Antunes, 1995.

⁹ O ex-alferes miliciano Luís Oeiras (2009: 39) descreve a situação melhor do que ninguém: «um combate de guerrilha é como um terramoto. Pode estoirar em qualquer altura, mas não se pode viver à

Seguem-se as palavras de três informantes, que descrevem, na primeira pessoa, o quão duro foi ter participado na Guerra Colonial Portuguesa, fosse pelo isolamento, fosse pela violência do quotidiano.

O ex-furriel Bruno Vinhas esteve no Sul de Angola entre 1971 e 1973, numa região onde o MPLA¹⁰ não estava militarmente ativo. Segundo ele, mesmo quem não sentia a sua vida ameaçada pelo inimigo, não deixava de se sentir sufocado pelo ambiente «concentracionario», para usar a expressão de António Lobo Antunes (2005: 128), ou o peso do «ostracismo de modorra», para usar a expressão do próprio Vinhas:

“É um corte total e absoluto. Não há telefones, não há telemóveis, não há satélites, não há nada. Há as cartas que vêm. Aquilo é o que se chama o isolamento absoluto de tudo, tudo, tudo, sem rigorosamente mais nada. [...] Nós fomos colocados num dos piores sítios de Angola. Atenção, não em termos de guerra, mas em termos de... Imagine uma paisagem lunar nos confins de tudo o que queira imaginar. A ideia que permite perceber o local é assim: savana desértica encalacrada entre dois desertos, sem nada à volta. [...] Aquilo era um sítio inóspito, longe de tudo. E nós estávamos confinados a um quadrado no meio de coisa nenhuma, no meio de coisa nenhuma!, cercados de arame farpado.”

Pelo contrário, Luís Leal, que foi cabo condutor no Norte de Moçambique entre 1971 e 1973, sofreu emboscadas e, inclusivamente, foi ferido em combate. De todos os informantes, é o mais politizado e o mais crítico da posição portuguesa durante a Guerra Colonial. Na verdade, na altura em que foi recrutado, indicou habilitações literárias a menos, o que fez com lhe não fosse atribuído a patente de furriel. Segundo ele, fê-lo para não ter responsabilidades num conflito com que não concordava. Talvez por isso, é o informante que mais se destaca por assumir o carácter traumático da experiência de guerra:

“Tenho memórias vivas, às vezes estou a falar consigo e vêm-me as lágrimas aos olhos. E às vezes quando vejo filmes – eh pá, fogo! –, até filmes da guerra do Vietname... Eu tenho lá um filme, que é da Guerra do Vietname – «Corações de Aço», ou o que é que é –, mas assemelha-se tanto à nossa guerra. Eu vejo aquilo tanta vez. Às vezes a minha mulher vai-se deitar, pá, ponho-me ali na sala sozinho, meto aquilo na televisão... eh, eu choro, choro a ver aquilo [emociona-se]. Mas fico aliviado, não sei porquê [enche-se de lágrimas]. A reação

espera debaixo de uma mesa».

10 Durante a Guerra Colonial Portuguesa, o Movimento Popular Libertação de Angola (MPLA) foi um dos movimentos independentistas que se opuseram militarmente às forças armadas portuguesas em Angola, a par da União dos Povos de Angola (UPA) e da União Nacional para a Independência Total de Angola (UNITA).

que eu tenho é começar a chorar. Começar a lembrar-me daqueles ambientes e começar a chorar. Isso é que ainda não passou. Passado quarenta anos, hein! E depois é isso, sinto-me aliviado quando vejo esse filme. Que se assemelha mais ao ambiente que a gente encontrou lá. Terrível, pá. Mas vejo aquele filme e fico aliviado. A minha mulher até diz: «vais ver o filme, não vais?». Então pronto, ela vai-se deitar e eu fico sozinho na sala, choro”.

Entre 1971 e 1973, o ex-alferes Miguel Raposo esteve em várias regiões de Moçambique, onde chefiou um grupo de combate de uma «força especial», os comandos. Essa será, porventura, a razão por que foi o informante que mais enfatizou o impacto da violência:

“O meu primeiro tiro de morte foi o meu grande trauma de guerra. Porque não há manuais que expliquem isto... ter que acabar a vida a um rapazinho – que poderia ter sobrevivido, eventualmente podia ter sido amputado. Mas porque era guerrilheiro, supostamente, mandaram-me abatê-lo. E foi muito doloroso. Ter falado com ele, ter estado com ele, ter-lhe prometido a salvação. Insisti e pedi, mas mandaram-me passar o «foxtrot» a «mike»¹¹. É duro, é muito duro. E isso traumatizou-me de tal forma que o tiro, o segundo tiro, não consegui. O comandante de companhia pediu-me para atirar: «está a vê-lo? Então atire». «Atire o meu capitão». E o sargento que está ao lado: «não atira um, então atiro eu.». Isso é muito doloroso, não vem nos manuais. É terrível, é terrível”.

Também nos textos biográficos analisados o cenário é tido como muito violento e difícil de suportar, nomeadamente do ponto de vista emocional. A isto há a juntar uma série de adversidades, como a falta de condições materiais existentes na grande maioria dos aquartelamentos portugueses, a deficiente preparação militar ou o mau estado do armamento e restante equipamento; tudo isso terá contribuído, em muitos casos, para um ambiente de saturação, com episódios de indisciplina, desleixo, incúria e contestação. De uma forma geral, com o decorrer dos anos, a desvinculação das tropas à cadeia de comando foi claramente aumentando, à medida que um número crescente de militares punha em causa a justeza do conflito, sentindo-se «carne para canhão», como bem espelha o *Cancioneiro do Niassa*¹². Mais do que a «pátria» ou o «dever patriótico», o que guiava os militares portugueses era o conceito de

11 Em alfabeto fonético militar, «passar o *foxtrot* a *mike*» quer dizer «passar o ferido a morto».

12 Tendo surgido perto do fim da década de 60 do século XX, em Moçambique, o *Cancioneiro do Niassa* é um conjunto de adaptações de músicas em voga na altura, cujas letras originais foram substituídas por outras, que, numa tónica humorística e sarcástica, abordavam de forma contundente, e às vezes até violenta, as duras condições de vida dos militares da Guerra Colonial Portuguesa.

«camaradagem» (Silva, 2007); assim, o propósito último da maioria era simplesmente sobreviver à comissão e, no fim, chegar a casa sã e salva.

As respostas ao inquérito *online* apontam no mesmo sentido: cerca de metade dos inquiridos considerou que a sua participação no conflito teve efeitos negativos na sua saúde (tanto física como mental), e bem mais de metade afirmou que o tempo da comissão militar em África foi um período difícil de aguentar, de muita ansiedade e que deixou sequelas (87%, 90% e 71%, respetivamente).

É este contexto adverso que enquadra o uso de bebidas alcoólicas na Guerra Colonial Portuguesa e que, em última instância, explica a sua dimensão e contornos.

3. Uso de bebidas alcoólicas

Naturalmente que na Guerra Colonial Portuguesa os padrões de consumo de bebidas alcoólicas eram múltiplos, indo da abstinência¹³ ao consumo dito «excessivo»; igualmente heterogêneas eram as motivações e as circunstâncias de consumo. Ainda assim, toda a informação reunida aponta para que a ingestão de bebidas alcoólicas nos aquartelamentos portugueses fosse muito elevada, ao ponto de a embriaguez ser uma prática relativamente habitual e tendencialmente desvalorizada, tanto do ponto de vista disciplinar como do clínico.

De resto, em conflitos contemporâneos à Guerra Colonial Portuguesa, como a Guerra do Vietname (Kuzmarov, 2009), ou em conflitos anteriores, como I e a II Guerras Mundiais (Bergen-Cico, 2012), verificou-se também um consumo de álcool tendencialmente elevado. Tal não pode deixar de causar estranheza, dado tratar-se de uma substância que, a partir de determinado nível de consumo, limita as capacidades físicas e cognitivas, o que em contexto de guerra se pode revelar gravoso.

No entanto, ao longo da história, as substâncias psicoativas, em geral, e o álcool, em particular, circularam sempre livremente entre o meio militar, nomeadamente em contexto de conflito armado (Jones e Fear, 2011), sendo usadas de duas formas principais: como potenciadoras das capacidades militares (aumentando a agressividade ou combatendo o medo, por exemplo) ou como terapêuticas (atenuando o sofrimento físico ou, sobretudo, emocional) (Andreas, 2020; Kamienski, 2016).

Fosse qual fosse o propósito do uso, raros são os ex-combatentes que falam da sua participação na Guerra Colonial Portuguesa sem fazer menção às

13 Por exemplo, na Guiné, muitos soldados de incorporação local, muçulmanos, rejeitavam as bebidas alcoólicas por razões culturais e religiosas.

bebidas alcoólicas (com grande destaque para a cerveja e, no caso dos oficiais, também o whisky), tal era a sua importância no dia a dia. O álcool estava presente em todos os aquartelamentos portugueses, sendo ingerido às refeições ou fora delas, tanto em ocasiões especiais e momentos festivos como no mais banal dos dias.

Isso mesmo afirma o ex-cabo Eduardo Navarro, que esteve em Angola entre 1969 e 1971, na qualidade de enfermeiro militar. Seja pela sua formação, seja pelas responsabilidades que assumiu, é o informante que demonstrou maior reflexão analítica acerca do consumo de álcool na guerra:

“Bebia-se por camaradagem, por convivência, e porque o próprio clima convidava a fazê-lo. Poderia haver num ou noutro razões de ordem psicológica, de saudade da família, que nem sempre eram exteriorizadas. Bebia-se para comemorar o regresso de uma operação no mato, em que tudo tinha corrido pelo melhor, ou seja, sem mortos nem feridos; bebia-se porque se ia para uma ação no mato, e não se sabia quem, ou se, iria voltar; bebia-se porque poderia ser a última [vez]; bebia-se porque alguém fazia anos, ou porque alguém pagava umas rodadas; enfim, bebia-se porque estar vivo, por si só, já era um motivo.”

De facto, tudo parecia favorecer a ingestão de bebidas alcoólicas, a começar pelo calor abrasador e pela escassez ou má qualidade da água disponível. De facto, muitos ex-combatentes referem que «a tropa não bebia água», antes cerveja, a bebida «emblemática» da Guerra Colonial Portuguesa, para usar a expressão de Luís Vasconcelos (2006: 71-72). Inclusivamente, a cerveja era, por vezes, usada para fazer a barba ou lavar os dentes (Aranha, 2005: 39).

As palavras dos ex-furriéis Joaquim Serpa, que esteve em Moçambique entre 1970 e 1972, e Alberto Monteiro, que esteve em Angola entre 1969 e 1971, respetivamente, são bem elucidativas:

“Copos, sempre houve. E cerveja, então, havia sempre. Não era tão cara quanto isso, e toda a gente bebia. Portanto, havia, digamos, um refúgio natural. O isolamento levava a que as pessoas... e às vezes até as deficiências da alimentação eram compensadas com o consumo de álcool. Eu próprio exagerava, e exagerei – nunca perdendo o norte, mas tornei isso uma forma de me alimentar ao pequeno-almoço, de acompanhar o almoço, etc. [...] O álcool era dia sim, dia sim. Eu não me lembro de, no mato, tomar algum pequeno-almoço que não fosse uma cerveja, com pão torrado, com manteiga, umas coisas do género”.

“Principalmente consumia-se muita cerveja. Face à elevada temperatura ambiente (zona de muito calor durante a maior parte do ano) e também devido

ao isolamento no meio do mato e às duras realidades com que muitas vezes nos confrontávamos, a cerveja era a companhia amiga dos militares nas muitas horas e dias que passávamos lentamente nos quartéis”.

Artur Duarte esteve em Angola no final da Guerra Colonial Portuguesa, servindo como furriel miliciano. Destaca-se como o informante que mais abertamente fala de transtornos emocionais e consequentes problemas mentais, nomeadamente ao nível da ansiedade e do que é normalmente designado *stress pós-traumático*:

“Eu mais que dupliquei o consumo de álcool e de outras coisas porque o tempo que se passava nos aquartelamentos, entre operações, é muito difícil de definir. [...] O clima era tal que, para além da ansiedade, para além de eu saber que amanhã ou depois de amanhã parto para uma operação de três dias, tudo era perigoso. Tudo isso, aquele isolamento... Andava tudo apanhado”.

Mesmo com todos os excessos e consequências negativas, nomeadamente ao nível do comportamento e da disciplina, a verdade é que, para a administração militar, as bebidas alcoólicas eram consideradas importantes para o moral das tropas. A prova disso é que a logística de guerra se encarregava de as distribuir, juntamente com outros bens ou produtos considerados vitais, como munições, armamento, correspondência, alimentos ou medicamentos, em todos os aquartelamentos portugueses situados nos territórios em guerra, por mais remotos e isolados que fossem; além disso, eram vendidas a baixo custo. As bebidas alcoólicas nunca faltavam e, por norma, os quartéis dispunham de locais próprios onde podiam ser adquiridas e consumidas, designadamente messes, bares ou cantinas, espaços de grande importância social.

Em aerogramas enviados da guerra, o ex-alferes José Niza (2012), que esteve em Angola enquanto médico militar, dá conta da reação que, em 1971, as tropas tiveram perante a decisão governamental de limitar o acesso às bebidas alcoólicas nos quartéis portugueses em África. Esta medida provocou tanta agitação e contestação entre os militares, que acabou por ser revertida menos de três semanas depois.

Não surpreende, portanto, que o panorama etílico nos aquartelamentos portugueses fosse intenso, sendo o consumo de bebidas alcoólicas uma prática comum entre todo o tipo de militares: praças, sargentos e oficiais, operacionais e não operacionais, milicianos ou pertencentes ao Quadro Permanente, enquadrados em tropas regulares ou irregulares. A confirmá-lo, a esmagadora maioria dos respondentes ao inquérito *online* considera que o consumo de bebidas alcoólicas, e de cerveja em particular, entre as tropas portuguesas durante a guerra de África era generalizado (61%) ou frequente (33%), pelo que apenas uma pequena minoria é da opinião de que era raro (5%) ou inexistente (1%).

Os episódios de embriaguez no interior dos aquartelamentos eram muito recorrentes, não obstante tal constituir um evidente óbice ao desempenho das funções militares, razão pela qual o Regulamento Disciplinar Militar (artigo 24) proibia expressamente tal esse comportamento. De um modo geral, quanto mais difícil era a situação (não apenas do ponto de vista militar, mas também, por exemplo, em relação ao isolamento), maior era o consumo de bebidas alcoólicas. Quando as circunstâncias ou as condições de vida se tornavam mais difíceis, incluindo ocasiões em que as saudades da família aumentavam – como a véspera de Natal ou a noite da passagem de ano (Niza, 2012; Pereira, 2011) –, a embriaguez alcoólica tornava-se mais prevalente. Na Guerra Colonial Portuguesa, parece certa a existência de uma relação direta entre o sofrimento social (Alexander, 2008; Kleinman, Das & Lock, 1997) e o uso de bebidas alcoólicas, o que provavelmente explica a tolerância demonstrada pelas chefias perante os excessos alcoólicos, certamente na lógica de que a um morto nada se recusa.

É também nesse sentido que podem ser interpretadas as palavras de Avelino Nunes, um estudante de Belas-Artes que foi recrutado para cumprir serviço militar em Moçambique entre 1969 e 1972, na condição de furriel sapador, e dos atrás apresentados Miguel Raposo e Luís Leal, respetivamente:

“Quase toda a gente bebia. Eu nunca fui bebedor, pá, e bebia. Era um escape. Para os gajos que andavam no mato, era um escape. Por duas razões: por um lado, porque estavam isolados, e, por outro lado, porque sofriam as consequências da guerra. Então tinham que desopilar de qualquer maneira. Ou fazendo partidas uns aos outros, ou bebendo. Para os outros gajos que não saíam do quartel, e que viveram 16 meses ali fechados entre arame farpado, também era um escape”.

“Nós bebíamos, bebíamos. Naturalmente porque era uma forma de acalmar, de esquecer, de recuperar, retemperar até. Mas, quando partíamos para combate, tínhamos de ter a certeza que estávamos lúcidos. Chegávamos de uma operação, enfim, como qualquer outra situação, porque precisávamos de reagir e de recuperar de stress, e o álcool ajudava. O álcool desempenhava um papel, digamos, de estabilizador. Reequilibrar um pouco os ânimos. Porque situações de combate provocavam grande stress, e o álcool, de algum modo, aliviava. Era uma forma de esquecer. E isso era recorrente”.

“O álcool estava muito presente, estava. Eu digo-lhe já, eu hoje bebo à refeição um copo de vinho ou dois. Mas eu lá quase todos os dias me embebedava. Depois cantávamos aquela canção do Paco Bandeira, «lá longe, onde o sol castiga mais». Aquilo para nós era um escape. [...] Era mais à noite porque a malta durante o dia andava no mato. Depois, quando regressava à noite, tomava

um banhinho e tal, ia para as casernas, para os petiscos [...] «vai mais uma Laurentina, vai mais outra e outra». Às duas por três já estava tudo bêbedo».

4. Discussão

O consumo de bebidas alcoólicas por parte dos militares durante a Guerra Colonial Portuguesa não pode obviamente ser desligado de algumas condicionantes anteriores ao serviço militar. Afinal, os militares eram maioritariamente jovens com idade a rondar os 20 anos, pouco letrados e de origem rural, num país onde, há muito, o álcool (e o vinho, em particular) era visto como um bem de grande importância social. É preciso não esquecer que, à época, a propaganda do regime dizia que «beber vinho é dar pão a um milhão de portugueses», e, no mundo rural, nomeadamente entre elementos do sexo masculino, era habitual a ingestão de bebidas alcoólicas iniciar-se bem antes dos 18 anos, a idade mínima legal nos dias de hoje.

No entanto, em comparação com a vida civil anterior à guerra, nos territórios africanos, alteraram-se os padrões de consumo e também as próprias motivações e contextos de consumo, aspetos que estão interligados. Como dito atrás, a Guerra Colonial Portuguesa foi, a vários níveis, um tempo de experimentação, em que muita coisa se vivenciou pela primeira vez, incluindo o uso de substâncias psicoativas. Embora o álcool não fosse propriamente um produto que os militares desconhecêssem, bem pelo contrário, durante a guerra a ingestão de bebidas alcoólicas foi assumindo novos significados e adquirindo maior dimensão. Como se pode ler nas narrativas destes ex-militares, o consumo de álcool tornou-se mais prevalente e mais frequente, tendo muitos deles adotado novos padrões de consumo – por exemplo, beber um par de cervejas ao pequeno-almoço ou 2 ou 3 antes de adormecer, o que, de acordo com a perspetiva clínica, pode indiciar um nível de consumo «nocivo».

De facto, na altura da Guerra Colonial Portuguesa, quem aplicasse um instrumento de rastreio aos militares portugueses envolvidos no conflito certamente e seguisse os critérios de diagnóstico, concluiria que a maioria apresentava padrões de consumo «nocivo» e que não eram poucos os que se encontravam na condição de dependência ou doença alcoólica, nomeadamente os que se apresentavam embriagados em público de uma forma recorrente.

No entanto, tanto estes padrões de consumo como a embriaguez eram comportamentos vistos como «normais» e dificilmente eram encarados a partir de uma perspetiva clínica e do conceito de alcoolismo. Prova disso são as cartas que o então médico José Niza (2012) enviou de Angola, dando conta de como, depois de muito esforço, conseguiu encaminhar o capitão da sua companhia para o Hospital de Luanda com o diagnóstico de doença alcoólica. O episódio revela bem como, naquele contexto, o uso excessivo de bebidas alcoólicas

não era entendido como um problema de saúde, pelo que só em casos extremos conduzia a um processo disciplinar e, no limite, ao tratamento clínico e à evacuação. Por regra, mesmo quando se reconhecia que o álcool contribuía para comportamentos considerados incorretos (como episódios de incúria, infrações à conduta ou casos de indisciplina e insubordinação), tendia-se a desvalorizar o seu lado problemático, sendo o consumo «excessivo» olhado como algo que era fruto do contexto, das circunstâncias, da mentalidade da época e até da própria juventude dos militares.

Assim sendo, o que é a todo o momento salientado é a importância terapêutica do álcool naquele contexto, algo entendido como vital para o bem-estar e o ânimo das tropas, na medida em que ajudava a lidar com as adversidades inerentes à experiência de guerra, que é, por definição, uma experiência-limite

Num cenário de guerra, para mais nas condições atrás descritas, o álcool era visto como algo que tinha uma ação positiva sobre o estado emocional e, nesse sentido, um bem indispensável à boa saúde dos combatentes, a par de outras coisas que ajudavam a passar o tempo, a dar sentido à existência e a resistir ao desânimo, como, por exemplo, o convívio com os camaradas ou a correspondência com familiares e madrinhas de guerra. Nas palavras dos próprios ex-militares, no contexto de guerra, beber álcool era uma forma de «escape», de «acalmar», «retemperar», «recuperar», «esquecer», «reequilibrar» ou «aliviar», atuando como «tranquilizante» ou «anestesia». Para as autoridades militares, o álcool era um bem que permitia que as tropas se mantivessem funcionais e aptas a combater – isto é, sem se afundarem no desânimo, dado que tudo se passava num cenário que convidava ao colapso.

Em suma, para os soldados da Guerra Colonial Portuguesa, beber álcool era uma forma de lidar com uma realidade marcada pela violência do quotidiano, pelo isolamento e pelo sofrimento e, assim, conseguir manter o controlo. Pela mesma razão, para os comandantes e para a administração militar, as bebidas alcoólicas eram um instrumento de controlo social, o que explica que fossem distribuídas sem restrição por todos os aquartelamentos a baixo preço, ou, no caso do vinho, de forma gratuita às refeições.

Conclusão

O modo como os ex-combatentes da Guerra Colonial Portuguesa falam do consumo de bebidas alcoólicas durante o conflito revela que este consumo tinha sobretudo uma motivação «terapêutica», nomeadamente como mecanismo de adaptação a circunstâncias muito difíceis de suportar e como «alívio emocional», para usar a expressão de alguns informantes. Não é certamente por acaso que os informantes que reconhecem ter bebido de maneira «excessiva» são também os que mais falam do sofrimento por que passaram. Mas,

até por via da herança cultural, o álcool é uma substância usada com múltiplos propósitos, pelo que nos quartelamentos portugueses a ele se recorria como «lubrificante social», designadamente para potenciar a diversão em momentos festivos ou para reforçar a camaradagem.

O caso dos militares portugueses que participaram na Guerra Colonial Portuguesa ilustra bem como o consumo de álcool deriva necessariamente do contexto e das circunstâncias sociais, na medida em que é aprendido, conceptualizado, enquadrado e regulado no plano societal, e também do conjunto de motivações, expectativas e crenças dos consumidores – isto é, o *set* e o *setting*, para usar os conceitos propostos por Norman Zinberg (1984). Dito de outra forma, este é também um exemplo empírico de como o que é considerado «aceitável», «normal» ou «patológico» depende mais das normas e da realidade sociocultural do que de critérios objetivos e mensuráveis, ainda que a perspetiva biomédica nem sempre reconheça isso.

Pelo contrário, a ideia subjacente à perspetiva antropológica é a de que conhecer as características principais da Guerra Colonial Portuguesa e os traços mais marcantes da experiência por que passaram os militares portugueses que participaram no conflito permite perceber melhor as motivações e os propósitos dos consumos de bebidas alcoólicas que aí tiveram lugar, por mais excessivos que fossem. No que ao álcool diz respeito, o que se passou na Guerra Colonial Portuguesa é pontuado por ironias e paradoxos: como é possível que as bebidas alcoólicas – que, a partir de certo nível de ingestão, têm um efeito disruptivo – fossem consumidas como mecanismo de adaptação e como forma de evitar o descontrolo? Como é possível que o consumo de bebidas alcoólicas fosse incentivado pela máquina militar, sabendo-se que o álcool está frequentemente associado a problemas de comportamento e que o meio militar é, por definição, uma instituição que assenta num rigoroso respeito pelas regras e pela autoridade? Como é possível que o consumo de uma mesma substância psicoativa fosse simultaneamente causa e sintoma da dimensão problemática? Como é possível que a embriaguez, mesmo quando era recorrente e reiterada, fosse desvalorizada e tolerada por todos, mesmo por oficiais superiores, não obstante constituir uma clara infração ao regulamento militar em vigor? Como é possível que tantos ex-militares tenham conseguido reduzir drasticamente a ingestão de bebidas alcoólicas assim que se viram livres da guerra, sabendo-se que, de acordo com os critérios clínicos, se encontravam na condição de dependência alcoólica ou em risco disso?

Como foi argumentado, a resposta a estas perguntas reside no plano social e não na dimensão biológica, e quem a procurar nas propriedades farmacológicas da substância psicoativa em causa ou nas características individuais dos consumidores, incluindo as suas predisposições genéticas, não a vai encontrar.

Referências bibliográficas

- AFONSO, Aniceto, GOMES, Carlos Matos (2000), *Guerra Colonial*, Lisboa, Editorial Notícias.
- ALEXANDER, Bruce (2008), *The Globalisation of Addiction. A Study in Poverty of the Spirit*, Oxford, Oxford University Press.
- ANDREAS, Peter (2020), *Killer High. A History of War in Six Drugs*, Oxford, Oxford University Press.
- ANTUNES, António Lobo (2005), *D'este Viver Aqui Neste Papel Descrito*, organizado por Maria José Lobo Antunes e Joana Lobo Antunes, Lisboa, Dom Quixote.
- ANTUNES, José Freire (1995), *A Guerra de África: 1961-1974*, Lisboa, Círculo de Leitores.
- ARANHA, Eduardo Brito (2005), *Um Barco Fardado*, Lisboa, Roma Editora.
- BERGEN-CICO, Dessa (2012), *War and Drugs: The Role of Military Conflict in the Development of Substance Abuse*, Boulder, Paradigm Publishers.
- BERNARD, H. Russell (2006), *Research Methods in Anthropology. Qualitative and Quantitative Approaches*, Lanham, Altamira Press.
- CALADO, Vasco (2016), “As Drogas em Combate: Usos e Significados das Substâncias Psicoativas na Guerra Colonial Portuguesa”, *Etnográfica*, vol. 20 (3), 471-494.
- CALADO, Vasco (2019), *As Drogas em Combate: Usos e Significados das Substâncias Psicoativas na Guerra Colonial Portuguesa [tese de Doutoramento]*, Lisboa, ISCTE-IUL.
- CAMPOS, Ângela (2017), *An Oral History of the Portuguese Colonial War. Conscripted Generation*, Cham, Springer International Publishing.
- CARDINA, Miguel, MARTINS, Bruno Sena (orgs.) (2018), *As Voltas do Passado. A Guerra Colonial e as Lutas de Libertação*, Lisboa, Tinta-da-China.
- DENZIN, Norman (2009) [1970], *The Research Act. A Theoretical Introduction to Sociological Methods*, New Brunswick, Aldine Transaction.
- DEVILLARD, M. José, MUDANÓ, Adela, PAZOS, Álvaro (2012), “Apuntes Metodológicos sobre la Conversación en el Trabajo Etnográfico”, *Política Y Sociedad*, vol. 49, (2), 353-369.
- FERNANDES, Luís, CARVALHO, Maria Carmo (2000), “Por Onde Anda o que se Oculta: o Acesso a Mundos Sociais de Consumidores Problemáticos de Drogas através do Método do ‘Snowball’”, *Toxicodependências*, 6 (3), 17-28.
- FONTANA, Andrea, FREY, James (2005) [1994], “The Interview”, in Norman Denzin e Yvonna Lincoln (orgs.), *The Sage Handbook of Qualitative Research* (3.^a edição), Thousand Oaks, Sage, 361-376.
- GRIFFITHS, Paul, MOUNTENEY, Jane (2010), “Drug Trend Monitoring”, in Peter G. Miller, John Strang e Peter M. Miller (orgs.), *Addiction Research Methods*, Oxford, Wiley-Blackwell, 337-354.
- HEATH, Dwight (1987), “Anthropology and Alcohol Studies: Current Issues”, *Annual Review of Anthropology*, 16, 99-120.
- HEATH, Dwight (2000), *Drinking Occasions: Comparative Perspectives on Alcohol and Culture*, Philadelphia, Taylor and Francis.
- HORST, Heather, MILLER, Daniel (orgs.) (2012), *Digital Anthropology*, Londres, Berg.
- HUNT, Geoffrey, BARKER, Judith (2001), “Socio-Cultural Anthropology and Alcohol and Drug Research: Towards a Unified Theory”, *Social Science & Medicine*, 53, 165-188.
- JONES, Edgar, FEAR, Nicola (2011), “Alcohol Misuse within the Military: A Review”, *International Review of Psychiatry*, 23, 166-172.
- KAMIENSKI, Lukasz (2016), *Shooting Up: A Short History of Drugs and War*, Oxford, Oxford University Press.

- KLEINMAN, Arthur, DAS, Veena, LOCK, Margaret (orgs.) (1997), *Social Suffering*, Berkeley, University of California Press.
- KUZMAROV, Jeremy (2009), *The Myth of the Addicted Army. Vietnam and the Modern War on Drugs*, Boston, University of Massachusetts Press.
- LEVINE, Harry (1978), “The Discovery of Addiction”, *Journal of Studies on Alcohol*, 39, 143-174.
- MANO, Piedade (1990), “O Valor e o Papel do Álcool na Família”, in AA.VV, *A Sociologia e a Sociedade Portuguesa na Viragem do Século: Actas do I Congresso Português de Sociologia*, Lisboa, Editorial Fragmentos, 259-267.
- MARTINS, Bruno Sena (2015), “Violência Colonial e Testemunho: Para uma Memória Pós-Abissal”, *Revista Crítica de Ciências Sociais*, 106, 105-126.
- NIZA, José (2012), *Golden Gate. Um Quase Diário de Guerra*, Alfragide, Dom Quixote.
- OEIRAS, Luís (2009), *Mueda-Lua*, Lisboa, Roma Editora.
- PEREIRA, Rogério (2011), *Almas que Não Foram Fardadas*, Oeiras, Espaço e Memória – Associação Cultural de Oeiras.
- PINK, Sarah et al. (2015), *Digital Ethnography: Principles and Practice*, Thousand Oaks, Sage.
- PINTO, Augusto et al., (2016), Perturbação do Uso do Álcool, *Revista Portuguesa de Farmacoterapia*, 8 (1), 34-43.
- REINARMAN, Craig, GRANFIELD, Robert (2015), “Addiction is Not Just a Brain Disease: Critical Studies of Addiction”, in Robert Granfield e Craig Reinerman (orgs.), *Expanding Addiction: Critical Essays*, New York, Routledge, 1-21.
- SCHNEIDER, Joseph (2015), “Deviant Drinking as Disease. Alcoholism as a Social Accomplishment”, in Robert Granfield e Craig Reinerman (orgs.), *Expanding Addiction: Critical Essays*, New York, Routledge, 51-61
- SILVA, Tiago Matos (2007), “Exilados em Casa. Os Veteranos da Guerra Colonial e os Limites da “Nação”, *Arquivos da Memória. Temas e Problemas em Antropologia*, 1 (1), 31-39.
- TEIXEIRA, Rui de Azevedo (1998), *A Guerra Colonial e o Romance Português*, Lisboa, Editorial Notícias.
- VASCONCELOS, Luís Almeida (2006), sem título, *Etnográfica*, número especial.
- ZINBERG, Norman (1984), *Drug, Set and Setting. The Basis for Controlled Intoxicant Use*, New Haven, Yale University Press.

- Receção: 14-04-2020

- Aprovação: 04-02-2021

O trabalho etnográfico: ressignificando o “ser afetado” de Jeanne Favret-Saada

WELLINGTON DE CARVALHO PEREIRA*
Universidade de São Paulo

Resumo

O texto trata do conceito antropológico de “ser afetado”, correlacionando com as possibilidades da prática etnográfica. Mais especificamente, apresenta-se um entendimento de afetação em contraposição daquele forjado por Jeanne Favret-Saada, em que sugere o “ser afetado” como tornar-se o outro. Nosso argumento sustenta-se na defesa de uma etnografia que reconhece os atores sociais enquanto centralidade, não competindo ao etnógrafo interpretar culturas, antes, apreender os significados atribuídos e disponibilizados pelos sujeitos sociais objeto de pesquisa. Defende-se ainda que o conceito de “ser afetado” só se realiza a partir de arcabouço teórico consistente combinado com a bagagem de experiências vivenciadas do sujeito pesquisador.

Palavras-chave: afetação, ser afetado, etnografia, rigor teórico-metodológico.

Abstract

The ethnographic work: re-meaning Jeanne Favret-Saada's “to be affected”

The following text addresses the anthropological concept “to be affected”, correlated with the possibilities of ethnographic practice. More precisely, it presents an understanding of being affected as a counterpart to the one developed by Jeanne Favret-Saada, which suggests “to be affected” as becoming the other person. Our argument is supported by the defence of an ethnography where social actors are seen as central, therefore not making ethnographers responsible for interpreting cultures, but for finding the meanings made available by the social subjects to be studied. We also defend that the concept “to be affected” is only accomplished by a consistent theoretical structure combined with the life experiences of the researcher as a subject.

Keywords: affectation, to be affected, ethnography, theoretical-methodological rigor.

Résumé

Travail ethnographique : re-signifier l'« être affecté » de Jeanne Favret-Saada

Le texte aborde le concept anthropologique d'« être affecté », lié aux potentialités de l'ethnographie. Nous présentons en particulier une approche de l'« affection » en contre-point de celui forgé par Jeanne Favret-Saada qui suggère l'« être affecté » comme devenir l'autre. Notre argument repose sur la défense d'une ethnographie qui reconnaît la centralité des acteurs sociaux, sans entrer en compétition avec l'ethnographe, qui interprète les cultures, par la compréhension des significations attribuées et disponibles par les sujets sociaux faisant l'objet de la recherche. Nous soutenons ici que le concept d'« être affecté » ne se réalise que dans le cadre théorique associé aux expériences vécues du sujet-chercheur.

Mots-clés: affectation, être affecté, ethnographie, rigueur théorico-méthodologique.

Introdução

As expectativas de apreensão do trabalho etnográfico no campo de investigação concernem às ações sociais e resultam de práticas, intervenções dialogadas, negociadas e transformadas por uma complexa rede de interações entre pesquisador e atores pesquisados, dinâmica esta que deve ser entendida enquanto processo contínuo e sempre por se completar em direção de um sentido mais ou menos identificável (Magnani, 2002). Em linhas gerais, a etnografia é a apreensão dos significados e sentidos elaborados pelos atores sociais na dinâmica do campo de investigação e, posteriormente, a interpretação e compreensão dos significados e sentidos na medida em que identifica uma correlação das perspectivas específicas do contexto, das experiências situadas e das singularidades dos atores com características sociais possíveis de serem universalizadas. Portanto, a perspectiva assumida aqui concebe a etnografia como uma tentativa de interpretação das compreensões disponibilizadas pelos atores sociais; por conseguinte, o pressuposto orientador prescreve que não se fala sobre os sujeitos, mas com os sujeitos de pesquisa (Mattos, 2011). Parece ser fundamental evidenciar que o etnógrafo não apreende significados diretos das relações e do espaço, contexto, experiências situadas. Fazer etnografia é apreender informações a partir dos significados atribuídos pelos atores sujeitos de pesquisa, nos autorizando a reconhecer que a interpretação da cultura efetivada pelo etnógrafo seja justamente interpretações de interpretações disponibilizadas pelos atores sociais.

A partir destas definições preliminares, o trabalho de campo é marca indelével da etnografia. Entretanto, não significa que não sejam legítimas outras modalidades etnográficas que não recorram necessariamente à investigação em campo e à interação direta com o objeto de pesquisa. Mas a etnografia que

se fala aqui é aquela em que, necessariamente, realiza-se trabalho de campo (caracterizado pela observação participante) e complementada pela entrevista em profundidade. Como ensinou Lévi-Strauss (1991), o campo não é objetivo ou finalidade da profissão do etnógrafo, nem um remate de sua cultura, ou mesmo aprendizagens técnicas. Antes, o campo deve ser entendido como elemento que permite atribuir significados e sentidos aos diferentes arcabouços teóricos que o pesquisador adquiriu. E ainda, complementarmente, na contextualização espaço-temporal, as percepções variam e se transformam de acordo com a dimensão da experiência situada, na medida em que o ambiente sugere diferentes possibilidades de interpretações. Somente por meio da existência (do corpo) é possível apreender, interpretar, compreender e produzir conhecimento (Merleau-Ponty, 1999). A partir do corpo em campo, esses diferentes fragmentos teóricos se organizam singularmente de forma ordenada, se tornando dotados de sentido ao etnógrafo, o que é mais um elemento constitutivo do processo de interpretação das culturas feita pelo etnógrafo.

Na esteira das considerações de Merleau-Ponty (1999), etnografia é a análise objetiva teórica do vivido e, somente em um segundo momento, análise subjetiva. São aprendizagens desenvolvidas a partir de outras culturas. Uma forma de se acessar recursos de percepção e sensibilidade, que o pesquisador até então desconhecia possuir. Isso porque, a partir da prática etnográfica, ele adquire a capacidade de operar fora da zona de conforto de sua cultura no que concerne ao *habitus*, campo e mercados de cultura originários, o que não significa que fazer etnografia, invariavelmente, seja o estudo de culturas diversas. Desenvolve-se no pesquisador a capacidade de manter um tipo de diálogo entre o conhecido e o estranho, entre o particular e o universal, que o dota de um olhar apurado que pode ser empregue até mesmo em relação a sua própria cultura. Assim, falar em operar fora da zona de conforto de sua cultura não significa caracterizar a prática etnográfica como tipicamente direcionada às investigações de sociedades pouco diferenciadas; antes, que o próprio campo em que se realiza a etnografia é um mercado de cultura em que o etnógrafo adquire disposições de ação, constituindo seus *habitus*. E em termos bastante gerais, nos aproximamos de Bernard Lahire (2005; 2006; 2008), quando defende a sociologia do indivíduo, de Danilo Martuccelli (2002; 2007), quando fala sobre o indivíduo na sociedade contemporânea, e de François Dubet (1996), em sua sociologia da experiência.

Corroborar na mesma direção, a argumentação de Mariza Peirano, que entende a etnografia como sendo a identificação ou a busca por “resíduos” (Peirano, 1995), aproximando-se, portanto, do conceito de paradigma indiciário (Ginzburg, 1989), o qual se refere aos entendimentos e significados de um fenômeno ou fato social que não são ou não estão muito bem evidenciados; não estão nas superfícies das relações e interações, antes se revelam ou são desvendados a partir do confronto entre a teoria do pesquisador e o cotidiano objeto

de pesquisa, do confronto entre concepções do etnógrafo e ideias nativas. Este mesmo entendimento de Mariza Peirano parece ainda dialogar estreitamente com a ideia de Márcio Goldman de que o trabalho em campo, a partir do enfrentamento entre o arcabouço teórico do pesquisador com as ideias nativas e seus conhecimentos de senso comum, remete ao exercício e efetivação de uma etnografia descentrada ampliando as possibilidades interpretativas (Goldman, 2005). Este diálogo entre diferentes autoras e autores está aludindo àquilo que é muito caro à antropologia em sua prática etnográfica: manter o equilíbrio entre o familiar e o estranhado, o que em termos bourdieusianos seria definido como objetividade participante (Bourdieu, 2009). É justamente nesse exercício atento de aproximação e distanciamento, da subjetividade e da objetividade, que a etnógrafa acaba por ser afetada durante o trabalho em campo; este tema – a afetação – é um dos motes das argumentações aqui desenvolvidas, com certa discordância em relação ao entendimento de afetação concebido por Jeanne Favret-Saada (2005).

Ao citar aqui diferentes autores, de diferentes momentos históricos e em diferentes campos de pesquisas, a intenção é justamente evidenciar o amálgama de possibilidades que pode ser o fazer etnográfico, em que a resiliência e a perspicácia do investigador também se apresentam como uma exigência para que se perceba o momento certo de utilização da técnica ou abordagem metodológica mais adequada. A confluência de escopo teórico, singularidade do pesquisador a partir de sua bagagem de experiências vivenciadas e interação ativa e negociada com o objeto de pesquisa remete àquilo que é a finalidade da etnografia na contribuição para a antropologia: a descrição densa.

Entende-se aqui a descrição densa (Geertz, 2008) para além do simples detalhamento do observado, o que reduziria a etnografia a uma empreitada árida e cansativa. Mais que isso, a descrição densa em etnografia é a disponibilização das potencialidades crítico-reflexivas do etnógrafo para as interpretações. Isso porque culturas são estruturas complexas de significações e sistemas simbólicos criados pelos atores delas pertencentes. E se assim o é, o etnógrafo necessariamente precisa se perceber na condição do outro em relação ao objeto de pesquisa, não sendo suficiente apenas uma descrição em sentido estrito, ainda que minuciosa. Portanto, apresenta-se como exigência a descrição minuciosa em cooperação com o exercício reflexivo, e desta forma o etnógrafo encontra-se em um processo ativo de aprendizagem e apreensão dialogada com o sujeito de pesquisa, para em um momento posterior, não mais no campo de pesquisa, identificar significados, interpretá-los e sugerir compreensões.

É esse o entendimento que atribuímos à descrição densa da famosa frase de Clifford Geertz: “Mas não são essas coisas, as técnicas e os processos determinados, que definem o empreendimento. O que o define é o tipo de esforço intelectual que ele representa: um risco elaborado para uma descrição densa” (Geertz, 2008: 4). Tal entendimento significa reconhecer que não existe

neutralidade na pesquisa. A pretensão da etnografia não é a apreensão e descrição pura do fato social. Conceber a etnografia nestes termos da simples apreensão e descrição revela-se uma proposta metodológica estéril, considerando que seu interesse são campos sociais dinâmicos de representações, percepções, significações e simbolizações, o que exige, por conseguinte, também o ponto de vista reflexivo do pesquisador. Entende-se aqui, portanto, que a intencionalidade etnográfica após a apreensão do fenômeno alvo da observação participante seja a interpretação e compreensão de significados e sentidos forjados pelos atores sociais, em uma proposta reflexivo-dialética de formulação dialogada e compartilhada de significados (e possíveis soluções) para aquilo que se apresentou como problema de pesquisa.

1. “Ser afetado” no exercício etnográfico

É justamente pensando a reflexividade do etnógrafo em interação e relação dialogada com o objeto de pesquisa que se avalia ser significativo tecer apontamentos discordantes acerca da concepção de abordagem etnográfica apresentada por Jeanne Favret-Saada, o que, todavia, não implica na resistência integral à sua proposta. A discordância refere-se a um conceito importante para a etnografia, que é a afetação ou o “ser afetado”, o qual esta autora delinea de forma bastante particular.

Resumidamente, uma novidade apresentada por Jeanne Favret-Saada em seu livro sobre feitiçaria na região do Bocage *Les Mots, la mort, les sorts* (Favret-Saada, 1977), e reafirmado no artigo “Ser afetado” (2005), é a crítica à abordagem antropológica tradicional que valoriza exacerbadamente a racionalidade da pessoa etnógrafa no desenvolvimento da investigação científica. Esta racionalidade é, segundo ela, rígida em demasia e acaba por impedir a manifestação de elementos subjetivos da pessoa pesquisadora, elementos esses considerados como essenciais na constituição das capacidades interpretativas. Dentre estes elementos subjetivos, aquele que parece ter maior relevância para Favret-Saada é a afetividade (ou afeto), que se refere, em sua argumentação, ao movimento de se deixar ser afetada.

O sentido que Favret-Saada sublinha em “se deixar ser afetado” é o de refinamento da sensibilidade do pesquisador no transcorrer do cotidiano da investigação, marcadamente por meio de participação ativa (Favret-Saada, 2005). Entretanto, ao propor ser afetada a partir da participação ativa, que significa imersão total no objeto de pesquisa, a possível distorção está na ideia de uma provável “espontaneidade interpretativa” a partir da convivência no campo de pesquisa mais ou menos independente dos preceitos científicos. Seria como dizer que a sensibilidade do etnógrafo opera em uma chave autônoma em relação ao estofo teórico-metodológico, assim como da sua bagagem de

experiências vivenciadas. Portanto, trata-se de um tipo de afetação exclusivo da dedicação ao objeto de pesquisa e às experiências situadas em campo.

Aqui ainda, Favret-Saada considera que ser afetado caracteriza-se pelo processo de familiarizar-se com o estranho, de tornar o estranho familiar, coincidindo com aquilo que é propalado pela etnografia convencional. O que destoa concerne à sugestão de intensidade do “tornar o estranho familiar” que fundamenta o seu entendimento de afeto e é entendido como único caminho para se acessar as compreensões do sujeito de pesquisa e de se propor interpretações adequadas. Nesta esteira, a intensidade do familiarizar-se com o estranho está umbilicalmente atrelada à ideia de espontaneidade interpretativa e à ideia de que a espontaneidade perceptiva se manifesta ao participar ativamente do fato social, sendo este o caminho para ser afetado. Essa argumentação da autora parece ser uma alusão a uma busca em sair do papel, ou se livrar da representação que é ser etnógrafo profissional. Favret-Saada considera problemática a constante racionalidade intencional em que a pessoa etnógrafa se coloca tanto nas interações em campo, quanto em sua descrição densa posterior, o que deturpa as interpretações e compreensões das culturas.

Evidencia-se o posicionamento favorável de Favret-Saada a uma espécie de “invasão subjetiva” no objeto de pesquisa, considerando ser esta uma forma de se abandonar a condição de pesquisadora e confundir-se com o objeto, de modo a ocupar o lugar do sujeito pesquisado; o que se avalia aqui é então a sugestão em se tornar o outro. Esse percurso de transição a partir da ideia de disponibilizar-se, ou mesmo de pré-disposição natural para se ser afetado (espontaneidade interpretativa), passando por certo olhar distanciado e chegando à completa imersão na experiência situada, tornando-se o outro, seria então uma exigência dos próprios sujeitos de pesquisa para o estabelecimento de vínculos de confiança, colocando-se enquanto condição *sine qua non* para verdadeiras apreensões e compreensões. Talvez a autora francesa tenha caído na armadilha de confundir o desenvolvimento de certos vínculos afetivos com a população estudada, a que qualquer pesquisador está sujeito, com a necessidade de assumir integralmente a perspectiva do ator social para se compreender a dada cultura.

Nossa discordância está nesse percurso, em que se delineiam as definições do movimento de aproximação do pesquisador ao objeto de pesquisa, pressupondo que o etnógrafo possua pré-disposição perceptiva para ser afetado, como se fosse uma dádiva, em direção da “transubstanciação” no outro. Favret-Saada ainda distingue esse movimento daquilo que chama de “conhecimento por empatia”. Afirma que sua proposta metodológica de abordagem etnográfica no que concerne ao “ser afetado” nem se confunde com empatia no sentido de experimentação indireta de percepções, sensações, sentimentos do outro, em que se reconhece o distanciamento entre o eu e o outro (sendo portanto uma atividade cognitiva que opera na chave das representações), nem

tão-pouco coincide com a definição de empatia no sentido de identificação com o outro, de comunhão afetiva-emocional imediata e fugaz, ideia de simpatizar-se ou sensibilizar-se com a condição do outro um tanto quanto caridosa. Pelo contrário, Favret-Saada entende empatia como um processo em que se ocupa o lugar do outro por meio dessa entrega ao campo (Favret-Saada, 2005: 158). Essa concepção é perigosa, pois coloca em dúvida o próprio rigor científico ao situar no mesmo plano a ciência e o saber de senso comum. Não se trata de hierarquizar estes saberes, mas de evidenciar que, ainda que possam se complementar em diferentes dimensões, operam em chaves de pensamento diferentes.

Em sua proposta de empatia parece haver a tentativa de estabelecer algum diálogo com a sociologia fenomenológica de Alfred Schutz – ou mesmo com a etnometodologia e os etnométodos de Harold Garfinkel (Garfinkel, 2018) –, quando tratando da compreensão da ação do outro, em que este não intenciona se comunicar diretamente com o etnógrafo observador; a compreensão acontece quando o etnógrafo se coloca imaginativamente no lugar do outro de forma tão envolvente, a partir da intencionalidade ativa, que o outro é concebido como sendo o “outro eu” (compreensão subjetiva genuína), pois, na fenomenologia de Schutz, a adequada definição do conceito de compreensão decorre da captação do que ocorre na mente do outro, dos significados exclusivamente a partir da percepção do outro (Schutz, 1979). A ideia fenomenológica aqui se refere às circunstâncias em que, mesmo não tendo o sujeito observado a intenção de se comunicar diretamente com o observador, existe um ambiente comum que proporciona algum tipo de comunicação, remetendo à vivência da experiência do outro. E, nesta linha, Schutz também entende não se tratar de empatia, pois o outro é vivenciado e não projetado como uma possibilidade de ser. Mas o autor não faz alusão à possibilidade de “tornar-se o outro”. Pelo contrário, um dos conceitos-base para o desenvolvimento da fenomenologia é o sujeito carregado de experiências sócio-históricas particulares, garantindo-lhe apreensões da realidade também específicas, impedindo qualquer possibilidade de sujeitos diferentes compreenderem a realidade de forma idêntica.

Avalia-se aqui que uma das maneiras de atravessar fronteiras científicas e se aproximar das compreensões realizadas pelos atores sociais observados é a participação direta em um determinado evento. Participar de uma roda de dança ou da dinâmica de um processo de ensino-aprendizagem escolar, certamente remete a sensações, sentimentos, afetações diferentes da simples observação passiva. Todavia, não é o caso de se afirmar a possibilidade de compreensão integral do fato social tal qual o ator social nativo.

Advertidamente, Favret-Saada está se referindo a um campo de pesquisa específico, o da bruxaria na região do Bocage, que ela mesma define como sendo um contexto no qual as dinâmicas interacionais que ali se passam são inimagináveis, sendo necessário serem vividas. O que a autora busca justificar é que a pessoa etnógrafa deve se deixar ser submetida por intensidades diferentes

e específicas do lugar e de toda a dinâmica da rede de interações sociais: “Esse lugar e as intensidades que lhe são ligadas têm então que ser experimentados: é a única maneira de aproximá-los” (Favret-Saada, 2005: 159). Mas não para por aí, afirmando não bastar a observação participante e o compromisso horizontalizado de trocas honestas entre pesquisador e atores sociais pesquisados; necessita-se aceitar ser afetado por toda atmosfera de significados e sentidos, ocupando o lugar do objeto de pesquisa. A relação que surge não é mais de etnógrafa e pesquisados; são interações e relações próprias do lugar, do tempo e do espaço de pesquisa, o que pressupõe abandonar o arcabouço teórico-metodológico da prática etnográfica. O que está sendo dito é que só é possível ao pesquisador formular interpretações adequadas ao vivenciar integralmente o dado fato social.

Ora, entre pessoas igualmente afetadas por estarem ocupando tais lugares, acontecem coisas as quais jamais é dado a um etnógrafo, fala-se de coisas que os etnógrafos não falam, ou então as pessoas se calam, mas trata-se também de comunicação. Experimentando as intensidades ligadas a tal lugar, descobre-se, aliás, que cada um apresenta uma espécie particular de objetividade: ali só pode acontecer uma certa ordem de eventos, não se pode ser afetado senão de um certo modo. (Favret-Saada, 2005: 160)

Realmente, a interpretação integral de um evento só é possível por quem o vive. Ou melhor, a integralidade do evento não é interpretável, antes, vivida. E mesmo vivida, não se apreende e se compreende a totalidade do evento em seus diferentes significados e sentidos. O caso é que a etnografia não se propõe a tal tarefa. O pressuposto desta ciência é apreender o fato social, o conjunto de interações e relações sociais a partir das compreensões apresentadas pelos atores sociais. Quando se recorre ao termo “interpretar” para designar um dos ofícios do etnógrafo, refere-se primeiramente a relação criativa e produtiva com o outro e, secundamente, por meio da interação ativa, à experiência do pensamento do outro (Castro, 2002); e justamente por isso não parece plausível tornar-se o outro. Qualquer coisa diferente do mencionado acima pertence a outro campo investigativo.

A ideia de ser afetado nos parece muito valiosa na pesquisa de campo, mas apenas até o limite anterior do “tornar-se o outro” e na medida do equilíbrio entre familiar e estranho. A crença na possibilidade de ocupar o lugar do outro ou se tornar o outro, em termos etnográficos e fenomenológicos, é por si só problemática por ser impossível. Contrariamente à proposta de Favret-Saada, defende-se aqui que ser afetado tem alguma coisa de empatia. Talvez não exatamente a ideia convencional de empatia, de se sensibilizar caridosamente pela condição do outro, o que torna essa definição insuficiente para a nossa perspectiva. Concebemos uma ideia de empatia em que se reconhece o

sentido positivo das diferenças e da diversidade, no entendimento de ser a alteridade o que melhor expressa as potencialidades das variadas sociedades e, por conseguinte, fundamental na construção do patrimônio cultural humano. Ao alcançar esse tipo de empatia e ao ser afetado, é que o etnógrafo mobiliza seus estoques de dispositivos teóricos e experienciais, selecionando aqueles dispositivos mais adequados para a apreensão dos significados que se apresentam.

Nosso entendimento de ser afetado pode dialogar com a definição tradicional de empatia no sentido em que se refere à capacidade de imaginar-se no lugar do outro, na medida em que não o substitui, mas sim enquanto recurso reflexivo para interpretar as compreensões desses sujeitos de pesquisa. E aqui, imaginar-se no lugar do outro tem sentido de aproximar-se, de tornar-se semelhante, para que seja possível reconhecer o outro a partir do contexto circunstancial, mas na justeza necessária para o equilíbrio com o distanciamento, pois é no estranhamento que somos levados à reflexão e a conectar com diferentes situações, assim como é na aproximação que se torna possível o reconhecimento e não a simples identificação (Mariza Peirano, 2014). Nem se tornar o outro, nem o se manter tão distante que se torne irreconhecível (Magnani, 2002). Movimento equilibrado de aproximação e distanciamento que torna a pesquisadora agente na etnografia, não apenas como investigadora, mas também como nativa-etnógrafa.

Na perspectiva de Favret-Saada, não é suficiente o exercício reflexivo-representativo de se imaginar no lugar do outro ou de reconhecimento das potencialidades contidas nas diferenças do objeto de pesquisa, ou se sensibilizar, fazer inferências, forjar hipóteses, se confundir com o outro, que em uma definição mais tradicional das Ciências Sociais seria a ideia de imaginação sociológica (Wright Mills, 1969). Na definição da autora, avança-se uma fronteira duvidosa e exige-se ocupar o lugar do outro, não bastando vivenciar as circunstâncias ou a experiência situada da qual nos fala a etnometodologia. O “ser afetado” de Favret-Saada exige “ser o outro” como condição na interpretação adequada das compreensões, significados e sentidos das interações.

Parece-nos ser problemático estabelecer categorias de análises as quais remetam à ideia de hierarquização entre conhecimento científico e conhecimento popular, como pode sugerir a proposta de ocupar o lugar do outro. O que precisa ser pontuado é que se trata de conhecimentos com métodos, metodologias e intencionalidades diferentes, podendo ser complementares ou não. Pode-se até mesmo falar em conhecimento científico enquanto aperfeiçoamento do conhecimento popular, o que de modo algum o torna superior. É sabido que no tipo de relação própria de situações de pesquisa e investigação não há neutralidade, do mesmo modo que a relação entre pesquisador e pesquisado é desigual. Mas, em favor do rigor científico e ético, não é desejável reafirmar tais circunstâncias. Propor “transformar-se” no outro por meio da ocupação de seu lugar na busca por interpretar e compreender adequadamente

parece sugerir que apenas o pesquisador, na segurança e superioridade de sua formação acadêmico-científica, é capaz de realizar tal desafio. Avalia-se ainda não ser responsabilidade das Ciências Sociais apreender e interpretar um fato social em sua integralidade. Os próprios sujeitos sociais pesquisados não são capazes de fazê-lo, visto serem apenas uma faceta do evento, uma perspectiva das circunstâncias, um ponto de vista. Cada uma dessas diferentes perspectivas é um fragmento que se apresenta ao etnógrafo para que os organize coerentemente em direção de um sentido. Etnografia é repousar o olhar, comprometida e respeitosamente, sobre a perspectiva do “nativo”. Sugerir a compreensão dos significados e sentidos “próprios” do fato social pode se apresentar como uma empreitada impossível. A intencionalidade da etnografia não é compreender o evento em sua totalidade, antes apreender os significados atribuídos e os sentidos construídos pelos atores sobre as interações e fatos sociais – para que em momento posterior reflexivo oportuno se sugira interpretações, compreensões e em última instância, possíveis soluções. É pinçar os indícios que vêm à superfície dos eventos em um trabalho cuidadoso de montagem de um quebra-cabeça, o qual, sabidamente, nunca estará pronto.

Complementarmente à argumentação apresentada até aqui, a descrição densa nessa analogia com o quebra-cabeça é uma tentativa comprometida de descrever da forma mais fiel possível o observado, para que os interessados no estudo sejam capazes de visualizar de modo inteligível o fenômeno social. Só a partir daí então, se pode esmiuçar crítica e reflexivamente as apreensões.

Ainda sobre a afetação prolongada proposta por Favret-Saada, nosso entendimento é que não seja uma condição da afetação ser prolongada, sendo na verdade manifestações muito pontuais e circunstanciais. Seria algo mais parecido com a definição de epifania, que, no caso da prática etnográfica, está relacionada ao arcabouço teórico, à sagacidade do pesquisador decorrente de sua bagagem de experiências vivenciadas, em que se alcança uma espécie de grande revelação, que mais ou menos amarra coerentemente todos aqueles indícios que vinham sendo percebidos, apreendidos e acumulados.

E nessa impossibilidade de se ocupar integralmente o lugar do outro, uma vez que não se vive a realidade do outro, no máximo se vivencia momentaneamente experiências situadas, damos um passo atrás e concebemos a afetação, primeiramente, no reconhecimento inegociável do sujeito pesquisado enquanto centralidade, o que remete à identificação do etnógrafo enquanto observador que apreende eventos na expectativa de interpretar e compreender compreensões desse sujeito no contexto fenomenal. Segundamente, de nossa parte, ser afetado é quando o conjunto de perspectivas, entendimentos, possibilidades que se apresentam no tempo estendido do trabalho de campo, em que diferentes fragmentos e indícios, começam a se organizar (parecendo espontaneamente) de forma coerente em direção de um sentido. Não nos parece que ser afetado seja experienciar e sentir exatamente o que os sujeitos de pesquisa

sentem; é antes a perspicácia do pesquisador em perceber fragmentos que dialogam coerentemente entre si em direção de um sentido. Quanto mais se apropria positivamente da dinâmica própria do trabalho de campo, quanto mais a pessoa etnógrafa se percebe como pertencente àquela prática em todas as suas dimensões, é que, quando menos se espera, acontece a epifania: aquilo que muito se buscava com a investigação, uma resposta elementar e fundamental para o problema de pesquisa, se apresenta. Mas se apresenta apenas enquanto “verdade aproximada”.

Nessa esteira, ainda que o escopo teórico-metodológico seja imprescindível, ser afetado sugere que toda teoria, metodologia, categoria, etc., pode ser superada; pode ser transformada, substituída ou descartada conforme as circunstâncias. Ser afetado, nestes termos, é considerar que podem existir perspectivas, entendimentos, compreensões, sentidos construídos pelo senso comum que ainda não são conhecidos pelo arcabouço científico; e é a combinação circunstancial do pesquisador com os diferentes fragmentos, com os diferentes indícios, com as diferentes perspectivas que remete (de perto e de dentro (Magnani, 2002), mas também conscientemente distanciado) a um tipo de epifania, efetivando, por fim, a afetação. É desta relação do etnógrafo com a interpretação da cultura que se fala aqui, a qual será mais bem esmiuçado a seguir.

Parece-nos que a ideia de ocupar o lugar do outro, ser o outro, acarreta o apagamento do sujeito de pesquisa, remetendo-nos ao retorno do antigo problema teórico-metodológico tão caro às Ciências Humanas de cumprirmos o papel de porta-vozes do outro, retomando uma tradição conservadora dos sujeitos de pesquisa entendidos enquanto “anestesiados intelectuais”. A boa intenção por buscar e desenvolver novos procedimentos metodológicos que proporcionem interpretações e entendimentos mais adequados é uma causa das ciências, mas não em uma dimensão em que se valide a supremacia da cientificidade sobre o popular.

2. Por que etnografia?

Talvez o que melhor expresse o que se argumentou até aqui seja o entendimento da etnografia enquanto um trabalho minucioso, que se inicia numa fundamentação teórica consistente, não apenas concernente aos métodos e técnicas de pesquisa, mas também ao tema de interesse e à perspicácia do etnógrafo ao reconhecer que os modelos de coleta de dados são menos importantes que as reflexões tecidas acerca do problema de pesquisa. Outrossim, é a partir desse arcabouço teórico, juntamente com a lapidação das capacidades perceptivas e sensibilidades do pesquisador acerca da realidade estudada, que se constroem reflexões norteadoras e uma problemática relevante e significativa, sem a qual

não se viabiliza o desenvolvimento da pesquisa. Arcabouço e sensibilidade atribuem segurança e confiança para se estar em campo e possibilitam possíveis percepções das sutilezas potencialmente dotadas de sentidos.

Portanto, não se faz etnografia em um dia. Trata-se de exercício prático-reflexivo prolongado e planejado a partir de um arcabouço teórico. Sem esses pressupostos, ir a campo não é etnografia, é um mero passeio ou visitação. Fazer etnografia é exercício de estranhamento por parte do pesquisador em relação ao objeto de pesquisa, em que gradualmente este objeto vai se tornando familiar, não espontaneamente, mas a partir de termos teórico-metodológicos, intelectuais e cognitivos. Exorta-se, novamente, a necessidade de haver equilíbrio entre o estranhamento e a familiaridade. Será nesta relação dialética de aproximação e afastamento em que o pesquisador é afetado que acontecerá a epifania. Os arranjos lógicos, culturais, de comportamento e afins do objeto de pesquisa, disponibilizados pelos atores sociais, são apreendidos e processados pelo pesquisador segundo seu aparato de dispositivos, e não por se apropriar dos aparatos de dispositivos interpretativos e compreensivos do sujeito de pesquisa. E ao apreender, interpretar e compreender esses arranjos da cultura distinta, reconhecendo-a como particular, mas em correlação com o estrutural, é que se abre caminho para diferentes processamentos de universalização dos significados e sentidos.

Nesse trabalho, trocas generosas são processadas continuamente. Se a partir dessas trocas o pesquisador tenta comparar modelos de entendimento do mundo e formular novas possibilidades de entendimento e interpretação, tais possibilidades não são suas propriedades, mas antes construídas de forma compartilhada a partir das perspectivas envolvidas naquele empreendimento investigativo. Ou seja, pertence ao etnógrafo, ao sujeito de pesquisa, à dinâmica social e à experiência situada. Caso teorias de compreensão e interpretação sejam forjadas, deve-se à pluralidade manifestada durante o processo.

Finalmente, ao considerar esse movimento, parece ser importante pontuar dois aspectos. O primeiro deles é que a teoria é essencial para orientar o caminho a ser seguido. Ou melhor, que o arcabouço teórico permite autonomia ao pesquisador na escolha dos caminhos investigativos. É justamente deste entendimento que não se cultua aqui a exigência de se estabelecer uma hipótese para ir a campo. Possíveis hipóteses são forjadas ou percebidas no processo investigativo. Sugere-se que o importante seja ter uma “imagem tênue” de onde se pode chegar. Quando se estabelecem hipóteses, parece existir um constrangimento mais vigoroso impelindo o pesquisador em determinada direção, como se já soubesse desde a origem da pesquisa o seu destino. Por seu turno, quando se apresenta bastante segurança acerca do tema, se projeta diferentes “imagens tênues” de onde se pode chegar, permeáveis – até mesmo contraditórias – entre si e não definitivas, tornando a pesquisa tanto mais livre e autônoma.

O segundo ponto, que decorre do primeiro, é a possibilidade belíssima de a etnografia chegar a lugares inesperados. Aquele jogo constante que acompanha o pesquisador no campo – de afastamento e aproximações, de estranhamento e familiaridade, em diálogo horizontalizado entre escopo teórico, bagagem experiencial do pesquisador e dinâmica social específica do campo – viabiliza ordenamentos dos fragmentos que podem ser inesperados, podendo alcançar significados consideravelmente distintos daqueles projetados inicialmente ou daqueles alcançados por outros estudos anteriores.

Daí remetermo-nos a outro pressuposto da etnografia, o emprego de investimento intelectual e de tempo considerável, pelo simples fato de que os fragmentos geralmente em sua sutileza não estão nas superfícies das relações, das interações, das dinâmicas sociais. Geralmente eles se apresentam com toda uma dissimulação inocente, convidando o pesquisador a desvendá-los, ou ao menos percebê-los. E daí a necessidade de tempo e exercício intelectual. E como esses fragmentos são afeitos a brincadeiras, em um instante podem se revelar em um arranjo coeso cheio de significados e dotado de sentido (a epifania). E o fazem não pela obsessão do pesquisador em captar todo e qualquer detalhe, mas antes pelo esforço orientado (objetivo e subjetivo) empregado na apreensão dos detalhes que lhe interessam (Lévi-Strauss, 1991).

E aqui se faz necessário retomar as considerações do professor José Guilherme Magnani quando pontua a exigência de distinguir prática etnográfica de experiência etnográfica. A prática etnográfica caracteriza-se por ser programada, planejada e contínua, enquanto a experiência etnográfica é descontínua e imprevista. Experiência etnográfica aqui deve ser entendida como sendo um primeiro contato com o campo ou com o contexto no qual o campo está inserido, em que o pesquisador busca alguns elementos norteadores, alguns fragmentos típicos que possibilitem pensar na formulação de certas categorias e/ou certas abordagens interpretativas. Mas o que importa perceber é que existe uma relação de dependência entre as duas definições, nomeadamente por ser a experiência etnográfica responsável por exortar à prática etnográfica.

Ao fim e ao cabo, a etnografia não existe suspensa na realidade. Ela se sustenta em princípios metodológicos bem definidos, (1) em um escopo teórico consistente, (2) nas capacidades perceptivas e sensibilidades da pessoa pesquisadora e (3) em uma combinação de técnicas de coleta de informações e dados que não são rígidas, ou, mais que isso, que necessitam ser complementares, podendo ser refinadas quando se mostre necessário. E para se alcançar validade científica e rigor metodológico, esse tripé deve atender necessariamente as exigências da reciprocidade. Ou seja, as técnicas empregadas correspondem exatamente aquilo sustentado no arcabouço teórico, e vice-versa, o que garante também possibilidade de verificação posterior feita por terceiros. Da mesma forma, a subjetividade crítico-reflexiva do pesquisador mantém relação de

complementaridade, reciprocidade e equivalência com o arcabouço teórico e com as técnicas empregadas, não podendo ser algo absolutamente arbitrário.

Ressalta-se ainda que, na análise etnográfica, é imprescindível que as perspectivas de universalizações se façam constantemente presentes. E que esse conceito de universalização tenha sua existência quando se reconhece que as regularidades são condições da pesquisa, tendo por consideração o que já foi identificado no mesmo sentido – de totalidade – por estudos anteriores e, em contrapartida, as possibilidades de particularização das mesmas regularidades. Daí que essa perspectiva de totalidade não aconteça a partir da efetivação de características organizadas absolutamente coesas e harmônicas, mas sim pelo modo como são percebidas e vividas as experiências pelo sujeito, assim como os significados que ele lhes atribui. E as sugestões de possibilidades de universalizações competem aos recursos de apreensão, análise e interpretação do pesquisador, podendo ou não serem confirmadas posteriormente.

A inferência de totalidade ratifica a ideia de que elementos muito diferentes podem se condensar, ou podem interagir e se articular em um fato social. Se as Ciências Sociais buscam sempre a compreensão dos fatos sociais em direção das significações e de um sentido, a ideia de totalidade nas particularidades é sempre uma perspectiva a se defender. É nessa articulação entre diversos, na constituição e articulações de significações, que se alcançam totalidades plásticas, menos como paradigmas do que como possibilidades comparativas reflexivas.

Essa concepção de totalidade, da mesma forma, refere-se à existência de um evento social pontual e situado que apresenta correspondência relativa à realidade social; este fato situado tem potencialidade de representar, em alguma medida, a dinâmica da estrutura, do tempo histórico, assim como dos sujeitos em suas individualidades e singularidades (Lévi-Strauss, 1991). Ou seja, essa perspectiva de universalização em etnografia e nas Ciências Sociais é o estabelecimento de um diálogo evidente e aberto entre o fato social daquela sociedade estudada e características específicas de outros lugares. Essa perspectiva de totalidade de um determinado fato social não pertence apenas àquele determinado grupo em sua alteridade. Só se realiza enquanto totalidade na medida em que se expressa enquanto um fato social que caracteriza o grupo – e que seja possível se reconhecer nos integrantes desse mesmo grupo na seara do sentimento de pertença –, e também na medida em que apresenta características reconhecíveis em outros fatos sociais de grupos diversos. Ou seja, o pesquisador é capaz de categorizar, podendo ser feita uma comparação em outros momentos e circunstâncias. Evidencia-se ainda que, nestes termos, falar em totalidade significa superar qualquer tipo de generalidades vagas (Magnani, 2002).

Essas totalidades são identificadas e descritas por categorias que apresentam, conforme já afirmado, um duplo estatuto: surgem a partir do reconhecimento de sua presença empírica, na forma de arranjos concretos e efetivos por parte dos atores sociais, e podem também ser descritas num plano mais abstrato. Neste caso, constituem uma espécie de modelo, capaz de ser aplicado a contextos distintos daquele em que foram inicialmente identificados. São, portanto, resultado do próprio trabalho etnográfico, que reconhece os arranjos nativos, mas que os descreve e trabalha num plano mais geral, identificando seus termos e articulando-os em sistemas de relações. A noção de pedaço, por exemplo, supõe uma referência espacial, a presença regular de seus membros e um código de reconhecimento e comunicação entre eles. (Magnani, 2002: 20)

Conceber essa possibilidade de diálogo entre características de uma dada sociedade com características de uma sociedade diversa, ou seja, a possibilidade de manifestação de características de forma significativa em diferentes circunstâncias, remete à condição de investigação equilibrada, que não se perca em buscas por especificidades exclusivas, nem tão-pouco por generalizações “globalitárias” (Milton Santos, 2000). É o equilíbrio entre o familiar e o estranho: tornar o estranho familiar, assim como estranhar o que está se tornando muito familiar. Parece que as especificidades exclusivas são competência da psicologia; generalizações globalitárias estão mesmo fora das competências científicas. Esse equilíbrio no distanciamento deve possibilitar apreensão e sugerir compreensões sobre os fatos sociais, decifrar significados e reconhecer os sentidos construídos pelos atores.

Referências bibliográficas

- BOURDIEU, Pierre, et al. (1999), *A profissão de sociólogo: preliminares epistemológicas*, Petrópolis, Vozes.
- CASTRO, Eduardo Viveiro (2002), “O nativo relativo”, *Mana*, 8 (1), 113-148.
- GARFINKEL, Harold (2018), *Estudos de Etnometodologia*, São Paulo, Vozes.
- GEERTZ, Clifford (2008), *A interpretação das Culturas*, Rio de Janeiro, Ed. LTC.
- DUBET, François (1999), *Sociologia da Experiência*, Lisboa, Instituto Piaget.
- DUBET, François, MARTUCCELLI, Danilo (1999), *En qué sociedad vivimos?*, Buenos Aires, Editorial Losada.
- _____ (2015), *Entrevista com François Dubet: Estigmas e discriminações – A experiência individual como objeto*, Educação (Porto Alegre), v. 38, n. 1, [online], disponível em: <https://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/faced/article/view/17781> [consultado em: 11 de novembro de 2020], 157-161.
- GOLDMAN, Marcio (2005), “Jeanne Favret-Saada, os afetos, a etnografia”, *Cadernos de Campo*, v. 13, n.º 13, <http://www.revistas.usp.br/cadernosdecampo/article/view/50262> [consultado em: 11 de novembro de 2020], 149-153.
- FAVRET-SAADA, Jeanne (2005), “Ser afetado”, *Cadernos de Campo*, 13, 155-161.
- FAVRET-SAADA, Jeanne (1977), *Les Mots, la mort, les sorts*, Paris, Gallimard.

- LAHIRE, Bernard (2006), *A cultura dos indivíduos*, Porto Alegre, Artmed.
- _____ (2015), A fabricação social dos indivíduos: quadros, modalidades, tempos e efeitos de socialização, *Educ. Pesqui.*, v. 41, n.º especial, dez [online], disponível em: https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1517-70222015001001393&lng=pt&tlng=pt [consultado em: 11 de novembro de 2020], 1393-1404.
- _____ (2017), “A singularidade das práticas culturais: Entrevista com Bernard Lahire”, *PLURAL*, Revista do Programa de Pós-Graduação em Sociologia da USP, v. 24.2, 181-199
- _____ (2005), “Patrimónios individuais de disposições: para uma sociologia à escala individual”, *Sociologia, problemas e práticas*, n.º 49, 2005, 11-42.
- _____ (2008), “Indivíduo e misturas de gêneros: dissonâncias culturais e distinção de si”, *Sociologia, problemas e práticas*, n.º 56, 2008, 11-36.
- LÉVI-STRAUSS, Claude (1991), *Antropologia estrutural*, Rio de Janeiro, Tempo Brasileiro.
- MAGNANI, José Guilherme Cantor (2002), “De perto e de dentro: notas para uma etnografia urbana”, *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, 17 (49), 11-28.
- MARTUCCELLI, Danilo, ARAUJO, Kathya (2010), “La individuación y el trabajo de los individuos”, *Educación e Pesquisa*, v. 36, n.º especial, 77-91.
- MARTUCCELLI, Danilo, SINGLY, François de (2002), *Las sociologías del individuo*, Santiago, LOM Ediciones.
- MARTUCCELLI, Danilo (2010), *La Sociología en los tiempos del Individuo*; Entrevista a Danilo Martuccelli, 1/2 Vínculo, Año I, n.º 1, 1-26.
- _____ (s/d), “Lo intercultural ante la prueba de la dinámica entre exclusión e integración social”, *Revista CIDOB d’Afers Internacionals*, n.º 66-67, [online] [consultado em: 12 de novembro de 2020], [disponível em: https://www.cidob.org/ca/content/download/58348/1515117/version/1/file/martuccelli_cast.pdf], 53-68.
- _____ (2010), “La individuación como macrosociología de la sociedad singularista”, *Persona y Sociedad / Universidad Alberto Hurtado*, Vol. XXIV, n.º 3, 9-29.
- _____ (2007), *Lecciones de Sociología del Individuo*, Lima, PUCP.
- MATTOS, Carmem Lúcia Guimarães de (2011), “A abordagem etnográfica na investigação científica”, In Carmem Lúcia Guimarães de Mattos e Paula Almeida de Castro (orgs.), *Etnografia e Educação: conceitos e usos* [online], disponível em: <http://books.scielo.org/id/8fcfr> [consultado em: 03 de março de 2020], 49-83.
- MATTOS, Carmem Lúcia Guimarães de (2011), “Estudos etnográficos da educação: uma revisão de tendências no Brasil”, In Carmem Lúcia Guimarães de Mattos e Paula Almeida de Castro (orgs.), *Etnografia e Educação: conceitos e usos* [online], disponível em: <http://books.scielo.org/id/8fcfr> [consultado em: 03 de março de 2020], 24-48.
- MERLEAU-PONTY, Maurice (1999), *Fenomenologia da Percepção*, São Paulo, 2.ª ed., Martins Fontes.
- MILLS, Charles Wright (1969), *A Imaginação Sociológica*, Rio de Janeiro, 2.ª ed., Zahar editores.
- SANTOS, Milton (2000), *Por uma outra globalização – Do pensamento único à consciência universal*, São Paulo, Record.
- PEIRANO, Mariza (1995), *A favor da etnografia*, Rio de Janeiro, Relume-Dumará.
- SCHUTZ, Alfred (1979), *Fenomenologia e relações sociais: textos escolhidos*, Rio de Janeiro, Zahar editores.

- Receção: 27-08-2020

- Aprovação: 27-01-2021

Soares, Ricardo; Ferreira, Pedro; Malafaia, Carla - Perfis de envolvimento cívico e político juvenil nas redes sociais: explorando atitudes e comportamentos. *Configurações*, vol. 27, 2021, pp. 39-55.

Perfis de envolvimento cívico e político juvenil nas redes sociais: explorando atitudes e comportamentos

RICARDO SOARES*

Faculdade de Psicologia e Ciências da Educação da Universidade do Porto

PEDRO FERREIRA**

Centro de Investigação e Intervenção Educativas (CIIE) – Faculdade de Psicologia e Ciências da Educação da Universidade do Porto

CARLA MALAFAIA***

Centro de Investigação e Intervenção Educativas (CIIE) – Faculdade de Psicologia e Ciências da Educação da Universidade do Porto

Resumo

Considerando o potencial das redes sociais como contextos de participação, este artigo visa compreender modos de envolvimento cívico e político juvenil nestas plataformas. Para tal recorreremos a uma metodologia sequencial mista, contemplando inquéritos por questionário e grupos de discussão com jovens estudantes.

Dos dados quantitativos emergiram quatro perfis de envolvimento político *online* que incluem dimensões comportamentais e atitudinais: participativos; desinteressados; esperançosos; confiantes. A exploração qualitativa destes perfis permite problematizá-los, mostrando que as redes sociais são um espaço relevante de participação e importante na mobilização, apesar de também acomodarem estilos de envolvimento pouco comprometido.

Palavras-chave: jovens, métodos mistos, participação cívica e política, redes sociais.

Abstract

Profiles of youth civic and political participation in social media: exploring attitudes and behaviours

Considering the potential of social media as contexts for participation, this article aims to understand the modes of youth civic and political engagement on these platforms. For this, we used a sequential mixed-methods approach, encompassing questionnaires and focus group discussions with young students.

Four profiles of online political participation that include behavioural and attitudinal dimensions emerged from the quantitative data: “participative”, “disinterested”,

*E-mail: ricardosoaresfpceup@gmail.com | ORCID ID: <https://orcid.org/0000-0002-1955-7832>

**E-mail: pferreira@fpce.up.pt | ORCID ID: <https://orcid.org/0000-0002-5010-7397>

***E-mail: carlamalafaia@fpce.up.pt | ORCID ID: <https://orcid.org/0000-0001-5490-1187>

“hopeful”, and “confident”. The qualitative exploration of these profiles allows their problematisation, showing that social media is a relevant sphere for participation and important for the mobilisation processes, even though it also accommodates low commitment styles of engagement.

Keywords: youth, mixed-methods, civic and political participation, social media.

Resumé

Profils d'engagement civique et politique des jeunes dans les médias sociaux : une exploration des attitudes et des comportements

Considérant le potentiel des médias sociaux comme contextes de participation, cet article vise à comprendre les modes d'engagement civique et politique des jeunes sur ces plateformes. Pour cela, nous avons utilisé une approche séquentielle de méthodes mixtes, comprenant des questionnaires et des discussions de groupe avec de jeunes étudiants.

Quatre profils d'implication politique en ligne, qui incluent des dimensions comportementales et attitudinales, ont émergé des données quantitatives : « participatifs », « désintéressés », « optimistes » et « confiants ». L'exploration qualitative de ces profils permet de les problématiser, en montrant que les médias sociaux sont une sphère de participation et mobilisation pertinente, même s'ils accueillent également des styles d'engagements faibles.

Mots-clés: jeunes, méthodes mixtes, participation civique et politique, médias sociaux.

Introdução

As redes sociais *online* (RS) são, atualmente, espaços digitais incontornáveis de sociabilidade juvenil e construção de cidadania (*e.g.*, Hodgin, 2019; Kahne e Bowyer, 2019). Esta investigação ancora-se na necessidade de compreender as atitudes e os comportamentos cívicos e políticos juvenis que decorrem de práticas digitais, nomeadamente em RS. Este artigo visa dar conta de atitudes e comportamentos cívicos e políticos juvenis nas RS e, assim, compreender o papel que estas plataformas digitais têm, ou podem ter, no envolvimento político dos jovens.

Desde já, importa sublinhar que se usará o termo “participação cívica e política” (PCP), na medida em que se pretende dar conta da abrangência dos modos de participação, reconhecendo que o “cívico” e o “político” são dimensões que podem relacionar-se e até sobrepor-se (*e.g.*, Van Deth, 2014), mas que podem também refletir práticas de participação e concepções de mudança social radicalmente distintas (Malafaia *et al.*, 2017).

A primeira secção do artigo procura detalhar o quadro teórico que subjaz ao desenvolvimento desta investigação, nomeadamente no que diz respeito à PCP juvenil e à crescente relevância que as RS têm adquirido nas práticas de cidadania. Seguidamente, apresentamos o desenho metodológico da investigação que combina inquéritos por questionário com grupos de discussão focalizada. Na terceira secção apresentamos a análise dos dados relativos às duas fases empíricas que compõem a investigação. Os dados quantitativos e os dados qualitativos são apresentados conjuntamente, de modo a promover uma leitura integrada do fenómeno em estudo, explorando-se o uso das RS como estratégia de participação, bem como o papel que estas plataformas digitais têm, ou podem ter, no envolvimento político juvenil. Finaliza-se o artigo com a discussão dos principais resultados da investigação.

1. *Login*: jovens, participação cívica e política e redes sociais

A prevalência de sistemas e tecnologias digitais nos quotidianos juvenis tem estimulado o interesse académico sobre a relação entre as práticas digitais e os níveis de PCP.

Segundo Bennett (2008), existe uma visão dicotómica sobre a participação juvenil. Por um lado, a retórica do desengajamento juvenil que aponta o declínio na relação com formas mais tradicionais de envolvimento e que retrata os jovens como apáticos, apolíticos e desinteressados (e.g., Sander e Putnam, 2010). Por outro lado, o reconhecimento de que os jovens são atores políticos comprometidos, críticos e interessados (e.g., Magalhães e Moral, 2008; Malafaia, Menezes e Neves, 2016), que protagonizam a ‘reinvenção do ativismo político’ (Norris, 2002), dado participarem de formas novas e menos institucionalizadas (e.g., Benedicto, 2013; Pickard e Bessant, 2018). Com efeito, os jovens parecem envolver-se de modos mais criativos, fluidos, informais e horizontais (Benedicto, 2013; Farthing, 2010). A este respeito, Loader, Vromen e Xenos (2014) caracterizam a geração juvenil como *networked young citizen*, dada a sua propensão para o envolvimento em redes mais horizontais e a adoção de um modelo de cidadania fluido, reflexivo e em (auto)atualização – fortemente ancorado nos novos media digitais –, que rompe com os ideais convencionais de um *dutiful citizen* (Bennett, 2008). Do mesmo modo, Pickard (2019) assinala que os jovens adotam práticas participativas não eleitorais, criativas, autónomas e ligadas às RS – participação DIO (*Do-it-Ourselves*) –, de acordo com objetivos e causas concretas.

Nesta linha, alguns autores sublinham que os jovens tomam vantagem da hibridez e interatividade da esfera *online* (e.g., Campos e Simões, 2014) para exercerem a sua agência, influência e voz relativamente a questões políticas, assumindo os media digitais como contextos de política participatória (Kahne,

Middaugh e Allen, 2015; Soep, 2014). Importa lembrar, a este respeito, os movimentos sociais que tomaram as ruas em distintos pontos do planeta, no início do milénio – a Primavera Árabe, o movimento *Occupy*, as manifestações anti-austeridade, etc. –, alicerçados significativamente na esfera digital (*e.g.*, Castells, 2012).

As RS surgem como um contexto primordial de envolvimento político, com implicações em termos de cultura participatória (Jenkins *et al.*, 2009), uma vez que os utilizadores circulam, criam e consomem conteúdo e conectam com um grande número de pessoas que também partilham os seus interesses (Kahne e Bowyer, 2019). De facto, considera-se que estas plataformas vieram conduzir a uma reconfiguração do social e do político nas sociedades contemporâneas (*e.g.*, Cardoso *et al.*, 2015), dada a possibilidade de representarem um instrumento útil na mudança social, quer sejam usadas para protestar, quer, simplesmente, para acompanhar acontecimentos políticos e sociais (Cardoso, 2011; Simões e Campos, 2016). Como afirmam Campos, Pereira e Simões (2016), as RS marcam um paradigma e um período historicamente distinto de ativismo, promovendo e estimulando novas possibilidades políticas de envolvimento democrático e colaboração em massa (*e.g.*, Zuckerman, 2014).

As RS parecem servir para divulgar mensagens, reunir seguidores, organizar protestos, avançar com contestações e apresentar reivindicações (*e.g.*, Mihailidis, 2014). A este respeito, a investigação mostra a relação positiva do uso das RS com a confiança social e o envolvimento cívico e político (Loader *et al.*, 2014; Valenzuela, Park e Kee, 2009), sendo que a discussão de assuntos políticos nas RS parece estimular o comprometimento político juvenil (Zhang *et al.*, 2009).

No polo oposto, critica-se o baixo nível de comprometimento da participação *online* (Livingstone, 2011). Fenómenos como o *'slacktivism'* questionam precisamente a natureza das formas de participação *online* e o modo como a eficácia das ações se relaciona mais com o bem-estar dos participantes do que com objetivos de transformação social e política, além de se tratar de modos de envolvimento que não correspondem a comportamentos políticos fora da esfera online (*e.g.*, Morozov, 2011). Ou seja, considera-se o “ativismo de sofá ou *do like* (...) como uma prática comodista e pouco implicada de fazer ativismo” (Campos *et al.*, 2016: 41).

Ademais, questionam-se as potencialidades de empoderamento dos meios digitais, dado que apenas uma minoria os utiliza para participar ou se envolver civicamente (Buckingham, 2008; Kotilainen, 2009). Também Bennett (2008) e Baumgartner e Morris (2009) sublinham que a população juvenil tende a desenvolver atividades *online* mais voltadas para dimensões sociais e de entretenimento do que para o mundo da política. Do mesmo modo, Boyd (2008) refere que os utilizadores das RS estão mais dedicados a adicionar brilho às suas páginas do que a engajar-se em qualquer forma de ação cívica coletiva.

2. O perfil metodológico do estudo

A literatura neste campo evidencia o papel incontornável das redes sociais na participação democrática contemporânea: com potencialidades e riscos para o modo como os jovens se relacionam com questões cívicas e políticas. Assim, este artigo procura contribuir para a compreensão das atitudes e dos comportamentos cívicos e políticos *online* dos jovens, procurando explorar o papel das RS como contextos emergentes de PCP.

Para isto, adotou-se um desenho metodológico sequencial misto (Creswell, 2014) assente em dois níveis de análise: um primeiro individual e um subsequente grupal. Esta opção permite que as informações e resultados da análise precedente informem e esclareçam o passo seguinte, numa investigação articulada, coerente e interdependente. Na prática, utilizou-se um inquérito por questionário para mapear atitudes e comportamentos cívicos e políticos dos jovens e realizaram-se grupos de discussão focalizada (GDF) para discutir os resultados quantitativos, tendo em conta o papel que as RS podem ter no envolvimento político juvenil.

A recolha de dados realizou-se numa escola pública da região litoral norte de Portugal que apresentava uma oferta educativa, quer de ensino regular, quer de ensino profissional, e abrangia uma vasta zona geográfica, apresentando uma população numerosa e bastante diversificada.

2.1 A *selfie* quantitativa: amostra, instrumento e procedimento

Numa primeira fase, foram administrados inquéritos por questionário a 392 jovens estudantes de 15 turmas do 9.º ao 12.º ano de escolaridade, quer do ensino regular (12), quer do ensino profissional (3) (quadro 1), sendo que 52,8% são do sexo feminino e 47,2% do sexo masculino. As idades variam entre 13 e 19 anos ($M_{idade} = 15.72$, $DP = 1.34$). Quando questionados sobre o rendimento disponível na sua família, estes posicionaram-se, sobretudo, nas afirmações “*dá para viver, assegurando as necessidades fundamentais*” (33,6%) e “*dá para viver confortavelmente*” (64,6%). De realçar que apenas 1,8% dos inquiridos responde que o rendimento “*mal dá para pagar as contas*” e que nenhum afirma que o rendimento “*não chega para pagar as despesas familiares*”. No que respeita ao número de livros em casa, verifica-se uma heterogeneidade da amostra ($M_{0-10 \text{ livros}} = 16,6\%$; $M_{11-50 \text{ livros}} = 30,1\%$; $M_{51-100 \text{ livros}} = 23,7\%$; $M_{\text{mais de 101 livros}} = 29,6\%$)¹.

¹ As questões do rendimento familiar e do número de livros em casa foram usadas como indicadores do capital económico e capital cultural, à semelhança de estudos anteriores que as referem como variáveis *proxy* do estatuto socioeconómico (e.g., Lopes, Benton e Cleaver, 2009).

Quadro 1. Composição da amostra da primeira fase do estudo (ano escolaridade, sexo, via de ensino a frequentar)

Via de ensino a frequentar \ Ano de escolaridade	9.º ano		10.º ano		11.º ano		12.º ano		TOTAL
	Masculino	Feminino	Masculino	Feminino	Masculino	Feminino	Masculino	Feminino	
Omissos	-	-	-	-	-	-	-	-	2
Ensino Regular	37	53	33	49	23	44	38	41	318 (81,5%)
Ensino Profissional	-	-	16	7	20	7	17	5	72 (18,5%)
Total	37	53	49	56	43	51	55	46	392
	90 (23,0%)		105 (26,9%)		94 (24,3%)		101 (25,8%)		

Nesta etapa, pretendeu-se observar os níveis de PCP nas RS, procurando explorar o modo como os jovens da nossa amostra se encontram agrupados por perfis de envolvimento, contemplando atitudes e comportamentos cívicos e políticos nas RS. Em linha com uma perspetiva multidimensional sobre a participação, consideramos importante não apenas explorar a dimensão comportamental do envolvimento cívico e político, mas reconhecer também as suas dimensões cognitivas e emocionais (Barrett e Zani, 2015; Menezes *et al.*, 2012). Por exemplo, manifestar interesse e atenção por assuntos políticos, ou avaliar positivamente o poder (individual ou coletivo) para influenciar a mudança social, são dimensões centrais nos estudos de participação, por serem variáveis atitudinais que predizem comportamentos cívicos e políticos (*e.g.*, Ekman e Amnå, 2012).

Na construção do questionário, e de modo a explorar comportamentos cívicos e políticos nos últimos 12 meses, adaptou-se a versão portuguesa da escala de ação política (Lyons, 2008; Menezes *et al.*, 2012) com um total de 10 itens (*e.g.*, “apoiar uma causa política, social ou ambiental através de um like ou comentário”; “participar numa reunião pública ou manifestação relacionada com questões sociais e políticas”). As opções de resposta à pergunta “Fiz esta atividade nos últimos 12 meses” variam de 1 (nunca) até 5 (muito frequentemente).

A partir de uma análise fatorial exploratória desta escala, foi possível verificar a existência do constructo relativo à participação cívica e política nas redes sociais online [*Alpha de Cronbach* = .77], composta pelos itens: “*apelar, através das redes sociais, à participação numa manifestação ou evento político e/ou social*”; “*visitar perfis de redes sociais com conteúdo relacionado com direitos humanos, LGBT ou ambientais*”; “*partilhar nas redes sociais notícias, músicas, fotografias ou vídeos com conteúdo social e político*”; e “*apoiar uma causa política, social ou ambiental através de um like ou comentário*”.

No que concerne às atitudes cívicas e políticas, explorámos o interesse e a eficácia política através de duas subescalas (e.g., Emler, 2011; Niemi, Craig e Mattei, 1991), com um total de nove itens (com respostas a variar entre 1, discordo totalmente, e 5, concordo totalmente). A partir de uma análise fatorial exploratória destas escalas resultaram: o interesse político [*Alpha de Cronbach* = .84] (e.g., “*converso sobre questões sociais e políticas com os/as meus/minhas amigos/as e conhecidos/as*”; “*trago assuntos sociais e políticos para a conversa com outras pessoas*”; “*tenho interesse na política*”); a eficácia política interna [*Alpha de Cronbach* = .84] (e.g., “*sei mais de política do que a maioria das pessoas da minha idade*”; “quando estão a ser discutidos assuntos políticos, normalmente tenho algo a dizer”); e a eficácia política coletiva [*Alpha de Cronbach* = .75] (e.g., “*as coisas podem mudar para melhorar se os jovens trabalharem em conjunto*”; “*se os jovens trabalharem em conjunto podem influenciar as decisões do governo*”).

O instrumento foi administrado em contexto de sala de aula, após assegurado o consentimento dos jovens participantes e dos encarregados de educação. Esta etapa decorreu entre novembro e dezembro de 2019.

2.2 O chat qualitativo: guião, participantes e procedimento

Numa segunda fase, foram realizados quatro GDF com o objetivo de compreender como os jovens problematizam o papel das RS no envolvimento cívico e político juvenil.

Estes grupos foram conduzidos tendo por base um guião orientador. Na medida em que esta fase qualitativa teve um papel de complementaridade e expansão da fase antecedente do estudo, os tópicos de discussão foram elaborados tendo em conta os resultados preliminares da análise quantitativa. Estes resultados serviram de introdução a cada ponto de discussão, orientada para a relação entre a PCP juvenil e as RS. O objetivo passava por instigar os jovens a responderem a questões como: “*Qual a vossa opinião sobre estes resultados?*” ou “*Identificam-se com estes resultados?*”.

No que respeita à escolha dos participantes dos GDF, dada a índole sequencial do estudo, a prerrogativa central consistiu no facto de os jovens escolhidos

terem feito parte da fase anterior da investigação. Efetivamente, existe uma relação *nested* (Onwuegbuzie e Collins, 2007) entre as duas amostras, uma vez que os intervenientes dos GDF constituem uma subamostra daqueles que haviam respondido ao inquérito por questionário.

Participaram nesta etapa 22 estudantes – maioritariamente do sexo feminino (77,3%). Realizaram-se três GDF com estudantes do ensino regular (seis estudantes do 9.º ano; seis do 10.º ano; quatro do 12.º ano) e um GDF com seis estudantes do 11.º ano do ensino profissional. Importa referir que se considerou essencial que um dos grupos de jovens pertencesse ao ensino profissional, de forma a manter a diversidade da primeira etapa do estudo.

Tal como na fase quantitativa, foram recolhidos consentimentos informados (inclusive dos encarregados de educação) previamente à dinamização dos GDF, que decorreram na primeira quinzena do mês de março de 2020. Tendo por base os objetivos da investigação, procedeu-se a uma análise temática dos dados qualitativos (Braun e Clarke, 2006).

3. A *tag*² de análise de dados: do uso das RS como estratégia de participação ao seu papel no envolvimento político juvenil

De modo a responder ao objetivo explicitado na secção metodológica, esta *tag* incorpora a articulação entre os resultados quantitativos e os qualitativos.

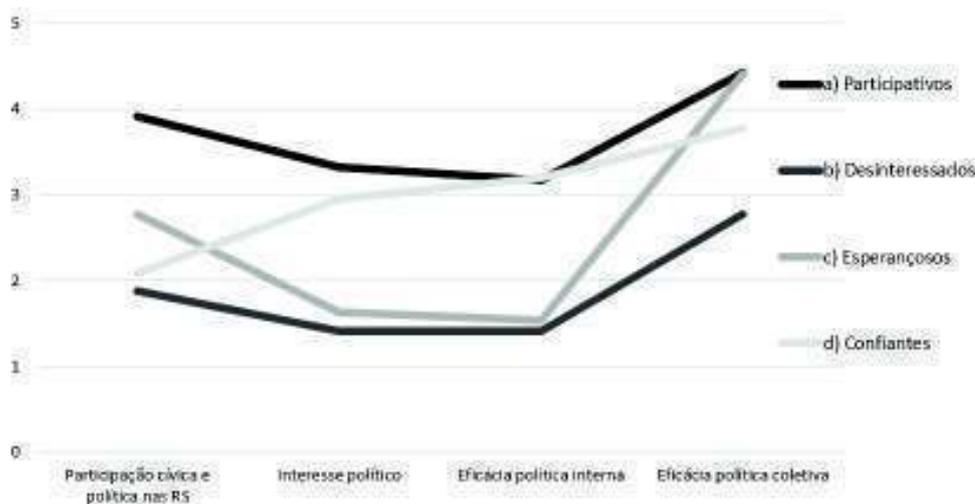
A partir de uma análise descritiva, e tendo em conta que as escalas variam entre 1 e 5, observa-se que, no que toca à escala da “*participação cívica e política nas redes sociais online*”, estas plataformas emergem como um espaço onde os jovens tendem a participar ($M_{\text{participaçãoRS}} = 2.71$, $DP = 1.05$). As formas de participação com níveis mais altos são: “*apoiar uma causa política, social ou ambiental através de um like ou comentário*” e “*visitar perfis de redes sociais com conteúdo relacionado com direitos humanos, LGBT ou ambientais*”. Relativamente ao interesse e à eficácia política, importa, em primeiro lugar, salientar que os jovens apresentam baixos níveis de interesse e de eficácia política interna ($M_{\text{interesse}} = 2.27$, $DP = 1.01$; $M_{\text{eficácia interna}} = 2.25$, $DP = 1.09$), mas um nível elevado de eficácia política coletiva ($M_{\text{eficácia coletiva}} = 3.95$, $DP = .89$). Ou seja, apesar de considerarem que os jovens, coletivamente, podem ter um papel relevante na melhoria das coisas, os inquiridos revelam pouco interesse na política e sentem que, individualmente, teriam pouco poder para influenciar a mudança social e política.

De modo a explorar como os jovens inquiridos se encontram agrupados por perfis de envolvimento cívico e político nas RS, realizou-se uma análise múltipla de *clusters*. Utilizaram-se como variáveis as quatro dimensões que

2 No mundo *online*, ‘tags’ dizem respeito a conjuntos de informações ligados à temática que tratam.

temos vindo a considerar: i) participação cívica e política nas redes sociais *online*; ii) interesse político; iii) eficácia política interna; iv) eficácia política coletiva. A solução de quatro clusters explica cerca de 52% da variância. Os resultados mostram um conjunto de quatro perfis³ (figura 1):

Figura 1. Perfis de envolvimento cívico e político nas RS



- a) **Participativos** [N=90]: os jovens que apresentam o nível maior de participação cívica e política nas RS; apresentam também índices consideráveis de interesse e de eficácia política (interna e coletiva);
- b) **Desinteressados** [N=77]: aqueles que apresentam níveis reduzidos em todas as formas de participação; não se interessam, participam pouco e sentem que nem eles, nem os jovens, coletivamente, podem ter um papel relevante na mudança social e política;
- c) **Esperançosos** [N=134]: os inquiridos que acreditam que os outros jovens podem ter um papel relevante na melhoria das coisas; no entanto, revelam pouco interesse na política e sentem que, individualmente, teriam pouco poder para influenciar a mudança social e política; apresentam, concomitantemente, um nível mediano de participação nas RS;
- d) **Confiantes** [N=81]: os jovens que, apesar de participarem pouco, sentem que quer eles, quer os restantes jovens possuem um papel e poder na melhoria social e política.

Quando os participantes falam sobre a participação cívica e política nas redes sociais *online*, observam-se similaridades com os dados quantitativos. Joana⁴, uma estudante do 12.º ano do ensino regular, afirma: “*olhando para*

3 Neste ponto, sublinha-se que nas análises efetuadas, quer em testes de associação, quer em testes de diferenças, não foi possível verificar diferenças estatisticamente significativas entre estes perfis e as variáveis socioeconómicas.

4 Todos os nomes dos/as participantes são fictícios, de forma a preservar o seu anonimato.

aqui, eu concordo que o que se poderá fazer mais é, sim, apoiar uma causa através de um like ou comentário". De facto, a partir dos GDF, é possível verificar que os jovens usam as RS para partilhar conteúdos que os preocupam, para influenciar outras pessoas e para condenar ou melhorar certos atos. Os participantes do 9.º ano falam sobre isto:

Moderador: *Por exemplo, nas redes sociais já fizeram alguma coisa?*

Rita: *Ah sim, isso já. Já partilhámos alguma coisa.*

Gonçalo: *Sim, isso já.*

Adriana: *Isso já, sim.*

Moderadora: *Sim? Que tipo de coisas?*

Gonçalo: *Por exemplo, os incêndios na Austrália.*

Rita: *Ou uma imagem mais pesada para chamar as pessoas à razão.*

Andreia: *Para condenar certos atos.*

Moderador: *E fazem isso para demonstrar interesse, para fomentar o debate ou fazem por fazer, por verem outros a fazê-lo?*

Andreia: *Não. Eu meto aquilo como uma forma de alerta para as pessoas deixarem de fazer certas coisas ou para terem mais cuidado nas medidas que tomam ou com as coisas que fazem.*

Sobre os motivos de participarem mais online, os estudantes do 9.º ano dizem que estas plataformas estão ao alcance de qualquer um e constituem uma forma mais fácil de participar.

Filipa: *Se calhar porque está mais ao nosso alcance, é mais fácil repostarmos alguma coisa.*

Rita: *Exato. É mais fácil do que sair à rua, alguns pais não deixam fazer isso sozinhos e como estão a trabalhar complicam um bocado.*

Moderador: *Vocês disseram que era mais fácil, mas porquê? O que as redes sociais têm que facilita essa participação?*

Rita: *Porque toda a gente usa.*

Filipa: *E tem também um alcance muito maior e é muito mais fácil, basta carregar num botão e já está.*

Joana, do 12.º ano, constata ainda que as RS podem ser um meio facilitador na comunicação quando se organizam ações políticas de maior dimensão e que estas plataformas *"até podem ser uma primeira fase para depois se participar noutras formas ou assim"*. Outra participante, do 9.º ano, partilha a mesma opinião: *"Sim [em referência ao papel das RS no fomento de outras ações de PCP], para continuar a lutar, por exemplo, para fazer manifestações e outras coisas"*.

Relativamente às potencialidades na transição da PCP *online* para o *offline*, os jovens identificam, a montante, um estímulo e a promoção de possibilidades para o engajamento político *offline* – “*por exemplo, vejo muitas vezes partilhas sobre manifestações que vão acontecer*” [João, 11.º ano do ensino profissional] e “*a maioria das associações consegue promover as suas causas através dos seus posts, e isso até pode influenciar um bocado*” [Manuel, 11.º ano, do ensino profissional]. A jusante, as RS parecem representar um instrumento útil para seguir os acontecimentos sociais do dia a dia. Sara, uma estudante do 12.º ano do ensino regular, fala sobre isto: “*Eu acho que a maioria dos jovens começa pelas redes sociais a saber a informação, porque é o primeiro contacto que nós temos sobre as notícias em geral*”. Por último, é referido que as RS constituem também um veículo para práticas partidárias de recrutamento e mobilização da população juvenil.

Joana: *Ao nível da política, a maioria dos partidos criaram contas nas redes sociais, por exemplo. Há dois ou três anos acho que não havia nada disso.*

Moderador: *Porque achas que isso aconteceu?*

Joana: *Eu acho que é para atrair e atingir as camadas jovens mais facilmente.*

Rosa: *Exatamente.*

Joana: *Eu acho que pensam assim: se calhar os jovens não leem tantos jornais e isso; então tentam arranjar um estratagema para chegar a estas pessoas. E acho, por exemplo, o Twitter foi uma dessas formas. Cada vez mais estão a aderir e a publicar. Aliás, mesmo entre os políticos já há quem comente as publicações uns dos outros.*

A partir das vozes juvenis, é possível apontar também tendências menos positivas. Os estudantes do 10.º ano do ensino regular alegam que existe uma discrepância entre o modo de participação nas RS e a transição para formas de participar *offline*. Ou seja, ocorre uma disparidade entre o que publicam e o que fazem nas suas práticas quotidianas.

Bárbara: *Sei lá, faz-me alguma impressão ver as pessoas a publicarem coisas sobre as alterações climáticas e assim. Por exemplo, eu ando na natação e andam lá umas raparigas que se preocupam imenso e estão sempre a postar coisas no Instagram a dizer que temos que ajudar o mundo. Mas, por exemplo, chega ao balneário e fica uma hora no chuveiro a gastar água. E no dia anterior, se calhar pôs uma publicação a dizer para poupar a água, porque é super-importante. Eu acho que as pessoas publicam coisas só que não passam para a ação.*

Bruna: *Eu acho que é para terem atenção e por estar na moda e não sabem muito bem do que estão a falar.*

Guilherme: *Na minha opinião, neste caso das histórias do Instagram, eu acho que as pessoas põem as fotos e os posts para dizerem que estão lá e, supostamente, preocupo-me com isto.*

Bruna: *Sim, para mostrarem que são boas pessoas.*

Esta perspetiva é também expressa por Andreia, uma jovem do 9.º ano do ensino regular – “Só que há pessoas que também metem só para dizer que se preocupam” – e por Sara, uma jovem do 10.º ano, que refere que as práticas nestas plataformas podem fazer com que as pessoas pensem que estão a ajudar, “sem ter de se mexer”.

Apesar destas tomadas de posição, os participantes parecem revelar interesse e até posturas críticas sobre certos assuntos sociais e políticos. Observe-se, por exemplo, o diálogo entre estudantes do 10.º ano:

Bruna: *Eu sigo uma página que é sobre feminismo e [que] mostra muitas notícias sobre o tema. E acho que estes tipos de páginas são importantes. Também sigo a Greta Thunberg e vejo fotos das manifestações a que ela vai e algumas informações sobre os problemas [por] que passamos atualmente.*

Sara: *A Time também posta muitas coisas sobre assuntos sociais e políticos.*

Bruna: *Também sigo a Emma Watson que também aborda muitas coisas sobre o feminismo.*

Moderador: *Mas seguem exatamente por ter interesse nas temáticas que as pessoas falam?*

Bárbara: *Sim, às vezes vemos um post, achamos interessante e começamos a seguir.*

No que respeita à influência que as RS podem ter no envolvimento político juvenil, alguns participantes dos GDF referem que estas plataformas podem constituir uma ferramenta para fomentar o interesse e engajamento cívico dos jovens. De facto, relatam uma possível relação positiva entre o contacto com conteúdo social e político nas RS e o aumento do interesse nestas questões. Adriana, uma estudante do 9.º ano, explora este efeito ‘bola de neve’:

Por exemplo, uma pessoa vê um determinado assunto num perfil e não acha importância e avança. E vai vendo em vários perfis e esse assunto vai aparecendo, aparecendo e a pessoa pode pensar que se calhar aquilo é importante e se interessa em saber o que se passa. E pode ler e procurar saber mais.

Importa notar ainda que nos relatos é possível identificar alguns exemplos de RS como uma fonte de influência. Catarina, uma estudante do 12.º ano, assume que a sua posição relativamente aos assuntos de carácter ambiental foi influenciada pelo que foi vendo nas redes sociais *online* – “*acho que as redes sociais têm ajudado a aumentar esse apoio e essa preocupação [...]; no meu pensamento é algo que está mais presente do que antes*”.

Logout: Conclusões do estudo

Esta investigação procurou estudar as atitudes e comportamentos cívicos e políticos juvenis nas RS e compreender o papel que estas têm, ou podem ter, na participação dos jovens. Optou-se por um desenho de investigação composto por uma metodologia mista, de modo a possibilitar uma abordagem aprofundada e articulada dos fenómenos em estudo.

Foi possível agrupar os participantes em quatro perfis de envolvimento cívico e político nas RS: participativos – aqueles que apresentam índices consideráveis de PCP nas RS e de interesse e eficácia política; desinteressados – os participantes que apresentam níveis reduzidos em todas as formas de participação; esperançosos – os jovens que, apesar de terem pouco interesse na política, apresentam um nível mediano de participação *online*; e confiantes – aqueles que acreditam que quer eles, quer os outros jovens possuem um papel e poder na melhoria social e política.

Os resultados deste estudo parecem ilustrar a “reinvenção do ativismo político” (Norris, 2002) protagonizada pelos jovens. O meio *online*, neste caso as RS, emerge como um espaço onde os jovens tendem a participar ligeiramente mais (*e.g.*, Hodgins, 2019; Mihailidis, 2014). De facto, ao contrário de algumas investigações (*e.g.*, Livingstone, 2019) que reportam que é menos recorrente o uso da internet pelos jovens para se envolverem em assuntos ‘sérios’, os participantes deste estudo identificam algumas ações de participação cívica e política nas RS. Com efeito, e analogamente ao que referem outros autores, os jovens utilizam as RS como um instrumento para denunciar ou apoiar eventos políticos (*e.g.*, Mihailidis, 2014), como fonte de informação sobre acontecimentos sociais (*e.g.*, Cardoso, 2011) e, ainda, como um meio para influenciarem outras pessoas. Ao encontro do estudo de Campos *et al.* (2016), os discursos juvenis sublinham também o papel relevante que as RS podem ter na disseminação de atividades ou eventos sociais, na coordenação de ativistas em ações maiores, bem como no recrutamento e mobilização da população juvenil em partidos políticos.

Ademais, na linha de outros estudos (*e.g.*, Loader *et al.*, 2014; Valenzuela *et al.*, 2009), os resultados desta investigação sublinham também a possível

relação positiva entre o uso das RS e o aumento do envolvimento e compromisso cívico e político juvenil. Efetivamente, os discursos dos jovens indicam que a abundância de temas ‘sérios’ nestas plataformas pode aumentar a probabilidade de se interessarem por estas temáticas. Além disso, os resultados reforçam investigações anteriores (e.g., Kahne e Bowyer, 2019) que argumentam que as ações *online* podem estabelecer um estímulo para o engajamento *offline*.

Por outro lado, os participantes referem que alguns comportamentos cívicos e políticos nas RS se traduzem em *slacktivism* (e.g., Morozov, 2011), visto constituírem atividades que não correspondem a atitudes e comportamentos políticos fora da esfera *online*. Os jovens mencionam que algumas destas ações derivam da intenção de mostrar aos outros que são interessados, mas traduzindo-se depois em práticas pouco implicadas (Campos *et al.*, 2016). Aqui, importa notar que esta asserção se aproxima do perfil de jovens ‘esperançosos’. Ou seja, tendo em conta que estes jovens apresentam níveis medianos de participação nas RS e pouco interesse em assuntos sociais e políticos, pode deduzir-se um escasso grau de comprometimento das suas ações *online*.

No que concerne às atitudes políticas juvenis, os dados quantitativos mostram que os jovens inquiridos revelam pouco interesse na política e sentem que, individualmente, têm pouco poder para influenciar a mudança social e política (e.g., Magalhães e Moral, 2008). No entanto, consideram que, em conjunto, podem ter um papel relevante na melhoria das coisas. Relativamente aos dados dos GDF, estes indicam uma dupla perspetiva relativamente ao interesse e eficácia política juvenil. Por um lado, os jovens referem o desinteresse – mesmo na esfera online – relativamente a conteúdos sociais e políticos (e.g., Sander e Putnam, 2010). Por outro lado, observam-se comportamentos *online* assentes numa narrativa interessada e crítica sobre questões sociais (e.g., Malafaia *et al.*, 2016). Por exemplo, o ato de seguir online temas sociais e políticos – um dos modos de participação relatados – alicerça-se na atenção e interesse por estas questões.

Em suma, este estudo contribui para o entendimento do papel das RS na reconfiguração do espectro de possibilidades de envolvimento político juvenil. Os resultados mostram que estas plataformas se configuram como um novo espaço de partilha e de ação para a mudança social, capaz de mobilizar a população mais jovem. Contribuindo para complexificar a ideia de que a população juvenil é desinteressada, este estudo mostra que a esfera *online* é um espaço onde os jovens mostram (e fomentam) interesse e informação sobre assuntos sociais e políticos, posicionando-se criticamente sobre eles. De facto, os perfis mostram que o envolvimento *online* se conjuga com atitudes cívicas e políticas (interesse e eficácia política) que são predictoras de comportamentos de participação que vão além da esfera *online* (e.g., Ekman e Amnå, 2012). Em segundo lugar, é interessante perceber, através do cruzamento entre o quantitativo e o

qualitativo, que o envolvimento nas redes sociais tende a relacionar-se com formas mais expressivas e informais de participação. Causas políticas concretas (e.g., feminismo, clima), ligadas a movimentos sociais não institucionalizados, foram particularmente salientadas durante os grupos de discussão, sugerindo que estes movimentos são eficazes na comunicação *online* das suas mensagens. Em terceiro lugar, é interessante perceber a vigilância crítica quanto à tradução de algumas práticas digitais em *slacktivism*. Através das explorações quantitativas e qualitativas sobre os usos de RS, este estudo mostra que os perfis de participação nas RS não são dicotómicos, mas sim matizados por modos de envolvimento pré-políticos ou de *standby* (ilustrado pelo perfil confiante) e por relações emocionais com os conteúdos online (como emerge nos GDF). Concluindo, deste trabalho resultam pistas que favorecem o debate, a problematização e a análise crítica das atitudes e comportamentos cívicos e políticos online e do papel das RS no envolvimento dos jovens com a política.

Quanto às limitações do estudo, reconhece-se que o facto de a recolha de dados se ter circunscrito a uma escola impossibilitou uma amostra mais diversificada em termos socioeconómicos, que conferisse maior amplitude e variância nos perfis encontrados. Além disto, e tendo este artigo explorado os diferentes modos como os jovens se relacionam com as redes sociais – em termos de atitudes e comportamentos cívicos e políticos –, análises futuras deverão procurar examinar a implicação destes perfis nas práticas e sociabilidades juvenis.

Referências bibliográficas

- BARRETT, Martyn, ZANI, Bruna (2015), *Political and Civic Engagement. Multidisciplinary perspectives*, London, Routledge.
- BAUMGARTNER, Jody C., MORRIS, Jonathan S. (2009), “MyFaceTube Politics”, *Social Science Computer Review*, 28 (1), 24-44.
- BENEDICTO, Jorge (2013), “The political cultures of young people: an uncertain and unstable combinatorial logic”, *Journal of Youth Studies*, 16 (6), 712-729.
- BENNETT, W. Lance (2008), *Changing Citizenship in the Digital Age*, Cambridge, The MIT Press.
- BOYD, Danah (2008), “Why youth social network sites. The role of networked publics in teenage social life”, in David Buckingham (org.), *Youth, Identity, and Digital Media*, Cambridge, The MIT Press, 119-142.
- BRAUN, Virginia, CLARKE, Victoria (2006), “Using thematic analysis in psychology”, *Qualitative Research in Psychology*, 3 (2), 77-101.
- BUCKINGHAM, David (2008), *Youth, Identity and Digital Media*, Cambridge, The MIT Press.
- CAMPOS, Ricardo, PEREIRA, Inês, SIMÕES, José Alberto (2016), “Activismo digital em Portugal: um estudo exploratório”, *Sociologia, Problemas e Práticas*, 82, 27-47.
- CAMPOS, Ricardo, SIMÕES, José Alberto (2014), “Digital participation at the margins. Online circuits of rap music by Portuguese Afro-descendant youth”, *Young*, 22 (1), 87-106.

- CARDOSO, Gustavo (2011), “Mudança social em rede”, in Centro Ruth Cardoso (org.), *Políticas sociais: ideias e prática*, São Paulo, Editora Moderna LTDA, 219-258.
- CARDOSO, Gustavo, COSTA, António Firmino, COELHO, Ana Rita, PEREIRA, André (2015), *A Sociedade em Rede em Portugal: uma década de transição*, Lisboa, CIES-ISCTE.
- CASTELLS, Manuel (2012), *Redes de indignación y esperanza: los movimientos sociales en la era de Internet*, Madrid, Alianza Editorial.
- EKMAN, Joakim, AMNÅ, Erik (2012), “Political participation and civic engagement. Towards a new typology”, *Human Affairs*, 22 (3), 283-300.
- EMLER, Nicholas P. (2011), “What does it take to be a political actor in a multicultural society?”, in Martyn Barrett, Chris Flood, John Eade (org.), *Nationalism, Ethnicity, Citizenship: Multidisciplinary perspectives*, Newcastle, Cambridge Scholars, 135-161.
- FARTHING, Rys (2010), “The politics of youthful antipolitics: representing the ‘issue’ of youth participation in politics”, *Journal of Youth Studies*, 13 (2), 181-195.
- HODGIN, Erica (2019), “Participatory politics and the civic dimensions of media literacy”, in Renee Hobbs, Paul Mihailidis (org.), *The International Encyclopedia of Media Literacy*, New Jersey, Wiley-Blackwell, 1-11.
- JENKINS, Henry, CLINTON, Katie, PURUSHOTMA, Ravi, ROBISON, Alice, WEIGEL, Margaret (2009), *Confronting the Challenges of Participatory Culture: Media education for the 21st century*, Chicago, The MacArthur Foundation.
- KAHNE, Joseph, BOWYER, Benjamin (2019), “Can media literacy education increase digital engagement in politics?”, *Learning, Media and Technology*, 44 (2), 211-224.
- KAHNE, Joseph, MIDDAGH, Ellen, ALLEN, Danielle (2015), “Youth, new media, and the rise of participatory politics”, in Danielle Allen, Jennifer S. Light (org.), *From Voice to Influence: Understanding digital citizenship in a digital age*, Chicago, The University of Chicago Press, 33-55.
- KOTILAINEN, Sirkku (2009), “Promoting youth civic participation with media production. The case of youth voice editorial board”, *AoC Unesco European Commission*, 243-259.
- LIVINGSTONE, Sonia (2011), “Internet, children and youth”, in Mia Consalvo, Charles Ess (org.), *The Handbook of the Internet Studies*, Oxford, Blackwell, 348-368.
- LIVINGSTONE, Sonia (2019), “EU Kids Online”, in Renee Hobbs, Paul Mihailidis (org.), *The International Encyclopedia of Media Literacy*, New Jersey, Wiley-Blackwell, 1-17.
- LOADER, Brian D., VROMEN, Ariadne, XENOS, Michael A. (2014), “The networked young citizen: social media, political participation and civic engagement”, *Information, Communication & Society*, 17 (2), 143-150.
- LOPES, Joana, BENTON, Thomas, CLEAVER, Elizabeth (2009), “Young people’s intended civic and political participation: does education matter?”, *Journal of Youth Studies*, 12 (1), 1-20.
- LYONS, Evanthia (2008), *Political Trust and Political Participation amongst Young People from Ethnic Minorities in the NIS and EU: A social psychological investigation. Final Report to INTAS*, Belfast, Queen’s University Belfast.
- MAGALHÃES, Pedro, MORAL, Jesus Sanz (2008), *Os jovens e a política: Um estudo do Centro de Sondagens e Estudos de Opinião da Universidade Católica Portuguesa*, Lisboa, Universidade Católica Portuguesa, CESOP.
- MALAFIA, Carla, LUHTAKALLIO, Eeva, MENEZES, Isabel, NEVES, Tiago (2017), “Being civic while disavowing politics: An ethnography of a youth NGO in Portugal”, *Current Sociology*, 66 (5), 769-787.
- MALAFIA, Carla, MENEZES, Isabel, NEVES, Tiago (2016). “Os cidadãos continuam a ter direito à democracia: Discursos de jovens estudantes sobre as manifestações anti-austeridade em Portugal”, *Educação, Sociedade & Culturas*, 49, 51-71.

- MENEZES, Isabel, RIBEIRO, Norberto, FERNANDES-JESUS, Maria, MALAFAIA, Carla, FERREIRA, Pedro (2012), *Agência e participação cívica e política: Jovens e Imigrantes na construção da Democracia*, Porto, Livpsic/Legis Editora.
- MIHAILIDIS, Paul (2014), *Media Literacy and the Emerging Citizen. Youth, engagement and participation in digital culture*, New York, Peter Lang.
- MOROZOV, Evgeny (2011), *The Net Delusion: the dark side of internet freedmon*, New York, Public Affairs.
- NIEMI, Richard G., CRAIG, Stephen C., MATTEI, Franco (1991), “Measuring internal political efficacy in the 1988 National Election Study”, *The American Political Science Review*, 85 (4), 1407-1413.
- NORRIS, Pippa (2002), *Democratic Phoenix. Reinventing political activism*, Cambridge, Cambridge University Press.
- ONWUEGBUZIE, Anthony J., COLLINS, Kathleen M. T. (2007), “A typology of mixed methods sampling designs in social science research”, *The Qualitative Report*, 12 (2), 281-316.
- PICKARD, Sarah (2019), *Politics, Protest and Young People. Political participation and dissent in 21st century Britain*, London, Palgrave Macmillan.
- PICKARD, Sarah, BESSANT, Judith (2018), “Introduction”, in Sarah Pickard, Judith Bessant (org.), *Young People Re-Generating Politics in Times of Crises*, Basingstoke, Palgrave Macmillan, 1-16.
- SANDER, Thomas H., PUTNAM, Robert D. (2010), “Still bowling alone?. The post-9/11 split”, *Journal of Democracy*, 21 (1), 9-16.
- SIMÕES, José Alberto, CAMPOS, Ricardo (2016), “Digital media, subcultural activity and youth participation: the cases of protest rap and graffiti in Portugal”, *Journal of Youth Studies*, 20 (1), 16-31.
- SOEP, Elisabeth (2014), *Participatory Politics: Next-generation tactics to remake public spheres*, Cambridge, The MIT Press.
- VALENZUELA, Sebastián, PARK, Namsu, KEE, Kerk F. (2009), “Is there social capital in a social network site?. Facebook use and college students’ life satisfaction, trust, and participation”, *Journal of Computer-Mediated Communication*, 14 (4), 875-901.
- VAN DETH, Jan (2014), “A conceptual map of political participation”, *Acta Política*, 49 (3), 349-367.
- ZHANG, Weiwu, JOHNSON, Thomas J., SELTZER, Trent, BICHARD, Shannon L. (2009), “The revolution will be networked”, *Social Science Computer Review*, 28 (1), 75-92.
- ZUCKERMAN, Ethan (2014), “New media, new civics?”, *Policy & Internet*, 6 (2), 151-168.

- Receção: 13-11-2020

- Aprovação: 10-05-2021

Esperança de vida em Portugal segundo o nível de escolaridade

FILIPE PEREIRA*
Universidade do Minho

Resumo

O presente estudo pretende estimar as diferenças na esperança de vida, quando comparados por vários grupos de nível de escolaridade e género. Em 2017, a esperança de vida para o homem era de 77,8 anos e para a mulher de 83,4 anos. Esses dados, apesar de mostrarem as desigualdades de género não ilustram as desigualdades na mortalidade tendo em conta o nível escolar. De modo a poder oferecer uma visão mais discriminada, procedeu-se à determinação das esperanças de vida segundo vários grupos de nível escolar. Aos 35 anos de idade, um português do sexo masculino, com um nível elevado de educação, espera viver mais 7,7 anos quando comparado com os seus concidadãos com um nível de educação mais baixo. Para as mulheres esse diferencial é de 4,0 anos.

Palavras-chave: esperança de vida, desigualdade, mortalidade, educação.

Abstract

Life Expectancy by Educational Attainment Level in Portugal

This study shows the educational and gender differences in life expectancy in Portugal. In 2017, the life expectancy was 77.8 years for men and 83.4 for women. Although these numbers show gender inequality they do not express mortality inequality taking into account the level of education. In order to understand these differences, we performed an analysis of life expectancy according to the level of education. A Portuguese man who is 35 years old and possesses a high level of education has a life expectancy that is 7.7 years higher than a man who has a low level of education. For women, the gap is about 4.0 years.

Keywords: life-expectancy, inequality, mortality, education.

Resumé

Espérance de vie au Portugal selon le niveau scolaire

Cette étude vise à estimer les différences d'espérance de vie, lorsqu'elles sont comparées par différents groupes de niveau scolaire et par sexe. En 2017, l'espérance de vie d'un homme était de 77,8 ans et celle d'une femme de 83,4 ans. Bien que montrant les inégalités entre les sexes, ces données n'illustrent pas les inégalités de mortalité en tenant compte du niveau scolaire. Afin de pouvoir avoir une vision plus détaillée, nous avons déterminé l'espérance de vie selon différents groupes de niveau scolaire. À 35 ans, un homme portugais ayant un niveau élevé d'études a une espérance de vie supérieure de 7,7 ans par rapport à celle de ses concitoyens ayant un niveau d'études plus bas. Cette différence pour les femmes est de 4,0 ans.

Mots-clés: espérance de vie, inégalité, mortalité, éducation.

Introdução

Ao longo do último século tem-se verificado um crescente prolongamento da esperança de vida à nascença em todos os países desenvolvidos, associado à melhoria do acesso à saúde, à evolução da medicina, mas também a todo o conjunto de condições materiais disponibilizado para as tarefas do homem (Fernandes, 2007). No caso português, a esperança de vida à nascença passou de 70,3 anos para 73,8 anos para os indivíduos de sexo masculino entre 1991 e 2002 (Eurostat, 2020). Nesse mesmo intervalo de tempo, as mulheres verificaram um aumento de 77,4 anos para 80,5 anos. A evolução positiva da esperança de vida não beneficiou todos os indivíduos da mesma maneira. Com efeito, vários estudos evidenciam desigualdade na esperança de vida de acordo com o nível de educação (ver Steingrimsdóttir, Næss, Moe, Grøholt, Thelle, Strand e Bævre, 2012; Mackenbach, Kulhánová, Menvielle, Bopp, Borrell, Costa, Deboosere, Esnaola, Kalediene e Kovacs, 2015; Blanpain, 2016; Sasson, 2016; Murtin, Mackenbach, Jasilionis e d'Ercole, 2017). Verifica-se ainda que a diferença da longevidade entre grupos com o mesmo nível de educação tem vindo sistematicamente a progredir (ver Mackenbach, Stirbu, Roskam, Schaap, Menvielle, Leinsalu e Kunst, 2008; Olshansky, Antonucci, Berkman, Binstock, Boersch-Supan, Cacioppo, Carnes, Carstensen, Fried e Goldman, 2012).

Uma análise a 13 países europeus sugere que a mortalidade prematura, ou seja, a que se situa em idades inferiores a 74 anos, penaliza os indivíduos com nível de escolaridade mais baixo (Mackenbach, Kulhánová, Menvielle, Bopp, Borrell, Costa, Deboosere, Esnaola, Kalediene e Kovacs, 2015).

A posição socioeconómica inferida através do nível de escolaridade vê-se fortemente relacionada com o comportamento do indivíduo perante a saúde

(Luy, Di Giulio e Caselli, 2011). Para a realidade portuguesa, foi demonstrada a existência de desigualdades na saúde em favor dos grupos de maior rendimento e maior nível de escolaridade (ver Veiga, 2005; Campos-Matos, Russo e Parelman, 2016). Os estudos indicam ainda a prevalência de desigualdades de género.

Num grupo de 13 países europeus estudados, constata-se que Portugal é aquele que apresenta maior desigualdade na saúde quando numa comparação com os níveis de rendimento e de escolaridade (ver Doorslaer e Koolman, 2004).

As mulheres revelam uma avaliação do seu estado de saúde mais pessimista e um comportamento distinto perante o controlo de saúde em comparação com os homens, acompanhando mais o seu estado clínico ao longo da vida (Perelman, Fernandes e Mateus, 2012). A autoavaliação da saúde (perceção do próprio estado de saúde), fator essencial para o recurso adequado aos serviços de saúde, está muito relacionada com o nível de rendimento e de escolaridade (Veiga, 2005; Fernandes, 2007). Por outro lado, a educação influencia positivamente a duração de vida em boa saúde, bem como o maior controlo sobre comportamentos benéficos a longo prazo (Cooper, McCausland e Theodossiou, 2008).

Um estudo para a população francesa sugere que um quadro superior de 35 anos de idade espera viver mais 34 anos sem qualquer incapacidade física e mental, enquanto um operário espera viver nas mesmas condições apenas mais 24 anos. Para as mulheres, essa diferença é relativamente menor e fixa-se em 8 anos (Cambois, Laborde e Robine, 2008).

Contrariamente à literatura portuguesa que tem privilegiado as medidas de autoavaliação da saúde, o presente trabalho tem como objetivo principal estimar a desigualdade segundo o nível escolar e o género (e indiretamente segundo a condição socioeconómica) usando dados da esperança de vida. Adotando uma metodologia idêntica à de outros estudos, procedeu-se à categorização da posição socioeconómica através do nível de escolaridade (ver Steingrimsdóttir, Næss, Moe, Grøholt, Thelle, Strand e Bævre, 2012; Blanpain, 2016; Sasson, 2016; Murin, Mackenbach, Jasilionis e d'Ercole, 2017). De facto, vários autores sugerem que o nível de escolaridade é um critério bastante estável para a aferição da condição socioeconómica (Mackenbach, Kulhánová, Menvielle, Bopp, Borrell, Costa, Deboosere, Esnaola, Kalediene e Kovacs, 2015). A evidência de que a educação está positivamente relacionada com o nível de saúde e a mortalidade é já muito volumosa (ver Doorslaer e Koolman, 2004; Veiga, 2005; Cooper, McCausland e Theodossiou, 2008; Sasson, 2016; Blanpain, 2016; Murin, Mackenbach, Jasilionis e d'Ercole, 2017).

1. Recolha e tratamento de dados

Para a realização do presente trabalho, foram utilizadas duas bases de dados fornecidas pelo Instituto Nacional de Estatística (INE). Com efeito, para a contabilização dos óbitos, foram disponibilizados registos entre 2010 e 2012, sendo que pouco mais de metade dos registos tem indicação da escolaridade. No total, registaram-se nesse período 313 683 óbitos, dos quais apenas se identificou a escolaridade de 167 311 indivíduos. Note-se, no entanto, que apenas se utilizaram os registos para a população com idade igual ou superior a 25 anos. Desse modo, garante-se de uma forma consistente a escolaridade atingida pelos indivíduos.

Por outro lado, a contabilização da população foi feita através dos censos de 2011. Os dados vêm devidamente categorizados por nível de escolaridade.

A ligação das bases de dados de duas entidades diferentes é denominada *cross-sectional unlinked design*. Em Portugal, os censos são da responsabilidade do INE, enquanto os certificados de óbitos são geridos pelas conservatórias do registo civil.

1.1 Categorização da população

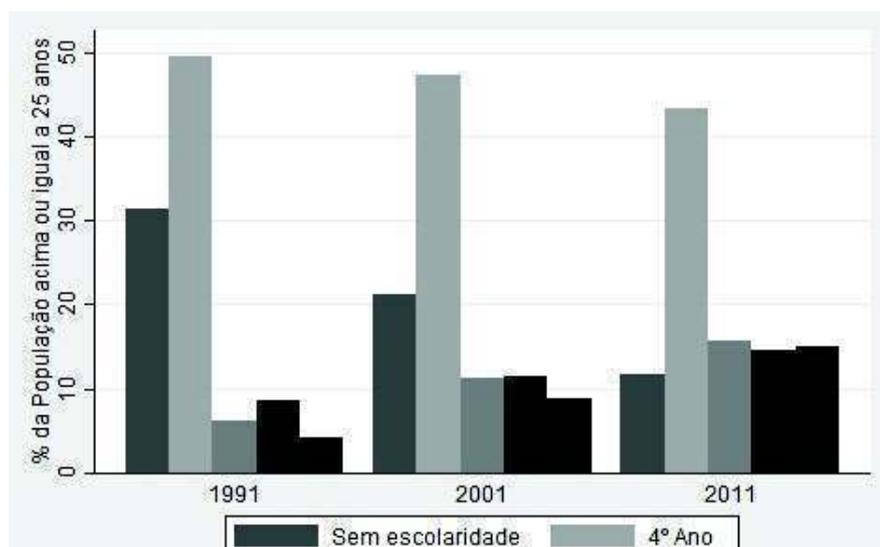
O primeiro grande passo para a estruturação do presente trabalho é a definição das categorias educacionais que capturam diferentes níveis socioeconómicos. A esse respeito, a literatura existente não é consistente (ver Blanpain, 2016; Sasson, 2016; Olshansky, Antonucci, Berkman, Binstock, Boersch-Supan, Cacioppo, Carnes, Carstensen, Fried e Goldman, 2012; Luy, Di Giulio e Caselli, 2011; Meara, Richards e Cutler, 2008).

Em Portugal, o nível de educação está muito associado ao rendimento. De facto, é possível verificar que a transição do 9.º ano para o ensino secundário oferece um retorno médio na remuneração de 7,0% por cada ano adicional. Esse aumento salarial passa para 15,0% quando se ultrapassa a barreira do 12.º ano (Sá, Oliveira, Cerejeira, Simões, Portela, Teixeira, Ferreira, Sousa e Sousa, 2014).

Deste modo, optou-se por integrar na primeira categoria toda a população com escolaridade até ao 9.º ano, designando-a como “nível de escolaridade baixo”. O nível de escolaridade médio, que se refere à segunda categoria, integra os indivíduos que concluíram o 12.º ano. com escolaridade concluída até ao 12.º ano. Finalmente o nível de escolaridade alto corresponde à última categoria, que agrupa todos os detentores de uma formação superior.

A caracterização da população foi feita com recurso aos censos de 2011, sendo que, no total, Portugal contava com 10 562 178 habitantes, distribuídos por 5 046 600 indivíduos do sexo masculino e 5 515 578 indivíduos do sexo feminino. Visto que se considerou apenas a população com idade igual ou superior a 25 anos, a base de dados da população para efeitos de estudo contou com um total de 7 842 534 indivíduos distribuídos por 3 661 053 do sexo masculino e 4 181 481 do sexo feminino. De acordo com os mesmos censos, foi possível verificar que mais de metade da população tem no máximo 4 anos de escolaridade concluídos (ver Figura 1). Apesar de grande parte da população ter apenas o 4.º ano de escolaridade, é possível ver que a mesma tem decaído progressivamente ao longo dos últimos 20 anos (últimos três censos).

Figura 1. Composição da população segundo o nível de escolaridade



A tabela 1 discrimina por faixas etárias a composição da população masculina e feminina, de acordo com o seu nível de escolaridade. Como esperado, os indivíduos com nível de escolaridade médio e alto estão desproporcionalmente mais concentrados nos grupos etários mais baixos.

Tabela 1. Composição da população segundo o grupo etário desagregado, por nível de escolaridade

Idade	Escolaridade baixa		Escolaridade média		Escolaridade alta	
	Homem	Mulher	Homem	Mulher	Homem	Mulher
≥25 e <35	13,3%	8,9%	36,1%	35,7%	32,6%	37,1%
≥35 e <45	18,6%	15,1%	28,5%	30,9%	27,6%	29,1%
≥45 e <55	20,3%	18,7%	18,6%	20,1%	16,9%	16,7%
≥55 e <65	19,1%	19,8%	9,8%	8,0%	13,0%	10,3%
≥65 e <75	15,8%	18,1%	4,6%	3,0%	6,4%	4,5%
≥75 e <85	10,2%	14,2%	1,9%	1,7%	2,7%	1,8%
≥85 e <95	2,5%	4,8%	0,5%	0,6%	0,7%	0,5%
≥95	0,1%	0,4%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%

1.2. Validação das amostras

Os dados relativos aos óbitos dizem respeito ao levantamento de todos os certificados de óbito emitidos entre os anos 2010 e 2012. De modo a atenuar as flutuações anuais no número de óbitos é recomendável determinar e utilizar a média de vários anos (ver Bravo, 2007). De facto, em certas coortes os valores são tão pequenos que a utilização de um só ano retira consistência aos resultados. Portanto, decidiu-se utilizar a média dos anos de 2010, 2011 e 2012, conseguindo desta forma obter uma média centrada em 2011, o que permitiu utilizar a caracterização da população pelos censos de 2011. Do grupo de certificados com informação da escolaridade, foi necessário aferir se reunia as condições para ser uma amostra representativa dos óbitos verificados. Numa primeira abordagem, analisou-se a estatística descritiva dos dados na totalidade e da amostra retirada, verificando-se desse modo que as médias e os desvios-padrão dos dois grupos são muito similares. Com efeito, a idade média de óbito é de 76,8 anos para a população e 76,9 para a amostra em estudo. Relativamente ao desvio-padrão, os valores são 14,8 e 14,3 respetivamente. A realização de um teste inferencial (teste t efetuado para verificação da não rejeição da hipótese de diferença nula das idades médias) revelou que a amostra é representativa do universo total dos registos de óbitos. De facto, todos os dados determinados sugerem a não existência de qualquer seletividade na fase de registo do nível escolar no óbito.

Finalmente foi necessário extrair da população total uma amostra de acordo com as ponderações resultantes para cada intervalo de idades do registo de óbitos. Para tal, calcularam-se ponderadores para cada idade e sexo seguindo a formulação em 1.1.

$$Pond_x = \frac{\sum_{i=2010}^{2012} Dr_{i,x}}{\sum_{i=2010}^{2012} Dt_{i,x}} \quad (1.1)$$

em que $Dr_{i,x}$ diz respeito ao número de óbitos com registo de escolaridade para a idade x , e $Dt_{i,x}$ refere-se ao total de óbitos para cada idade x . Concluída essa tarefa, aplicaram-se os ponderadores à população total e obteve-se a amostra da população por idade a partir dos 25 anos de idade e por sexo. Note-se que a esse respeito poderia ter sido utilizada outra metodologia. Com efeito, neste particular, são apontados dois caminhos distintos: um deles passa por contabilizar os óbitos sem registo na categoria dos indivíduos com baixo nível de escolaridade; o outro caminho é aquele que se decidiu seguir (ver Murtin, Mackenbach, Jasilionis e d'Ercole, 2017). Tendo em conta que o registo da escolaridade nos registos de óbito não seguiu qualquer processo de seletividade, tendo sido apenas fruto de um processo aleatório, parece razoável admitir uma proporção de indivíduos em cada idade na totalidade dos certificados igual à dos certificados com registo.

2. Metodologia utilizada para a construção das tábuas de mortalidade

A estimação da esperança de vida foi feita através da construção das tábuas de mortalidade, de acordo com o procedimento usualmente utilizado para este tipo de estudos (ver INE, 2013; Eurostat, 2021; Rowland, 2003). As tábuas de mortalidade foram construídas por idade e por género para um intervalo de idades entre 25 e 100 anos. O registo do ano 100 inclui todos os indivíduos acima dos 100 anos de idade. A construção das tábuas de mortalidade é feita através da determinação de vários parâmetros: taxa de mortalidade (M_x) na idade x ; quociente de mortalidade (q_x), que indica a probabilidade de um sobrevivente à idade exata x morrer até à idade $x+n$; probabilidade de sobrevivência (p_x) entre idades exatas; número de sobreviventes (l_x) da tábua de mortalidade na idade exata x ; número de óbitos (d_x) da tábua de mortalidade entre as idades exatas x e $x+n$; tempo vivido pelos sobreviventes (L_x) entre as idades exatas x e $x+n$; tempo que resta viver pelos sobreviventes à idade exata x (T_x); e finalmente, esperança de vida (e_x), que indica o número médio de anos que um sobrevivente na idade exata x pode esperar viver. A determinação e a designação desses parâmetros seguem a formulação definida no procedimento atrás referido.

2.1. Alisamento e estimativa dos quocientes de mortalidade pelo método de Brass

Depois de obtidas as tábuas de mortalidade pelo processo atrás descrito e verificada a fraca consistência de alguns valores sobretudo nas coortes extremas, optou-se por aplicar uma metodologia de correção amplamente utilizada, designada como “correção de Brass” (ver Blanpain, 2016).

Assim, utilizamos como função de referência a que diz respeito à população total masculina e feminina segundo a expressão 2.1.

$$Y_{ref}(x) = 0,5 \cdot \ln \frac{1 - \frac{l_{ref}(x)}{100.000}}{\frac{l_{ref}(x)}{100.000}} \quad (2.1)$$

Repete-se a mesma expressão para o subgrupo da população que no presente estudo diz respeito a cada grupo de nível escolar que se queira corrigir. Deste modo, verifica-se a relação entre as duas populações tal como referido na expressão 2.2.

$$Y_2(x) = a + b \cdot Y_{ref}(x) \quad (2.2)$$

Os parâmetros a e b são deduzidos segundo uma regressão linear, obtendo-se desse modo a expressão 2.3.

$$\hat{Y}_2(x) = \hat{a} + \hat{b} \cdot Y_{ref}(x) \quad (2.3)$$

Finalmente, com recurso à expressão 2.3 e com o auxílio da expressão de transformação 2.4, obtêm-se os sobreviventes l_x à idade exata x da população 2.

$$l_2(x) = \frac{1}{1 + e^{2 \cdot \hat{Y}_2(x)}} \quad (2.4)$$

Com os parâmetros estimados, com auxílio da expressão 2.4 e ainda reconstruindo a tábua de mortalidade, obtêm-se os quocientes de mortalidade corrigidos.

2.2. Determinação das taxas de mortalidade estandardizadas

Para que a comparação das taxas de mortalidade entre grupos fosse possível, procedeu-se à estandardização das taxas de mortalidade, que foi feita tendo

como referência a população total portuguesa. O objetivo da estandardização era calcular o número de óbitos de um determinado grupo de indivíduos, caso o mesmo apresentasse uma estrutura etária igual à da população de referência. Mais uma vez, utilizou-se o procedimento corrente para o efeito (ver Leridon e Toulemon, 1997).

A taxa de mortalidade para as populações com as idades definidas no presente estudo é obtida pela expressão 2.5.

$$T_{mort} = \frac{\sum_{x=25}^{100} D_x}{\sum_{x=25}^{100} P_x} \quad (2.5)$$

sendo que D_x corresponde ao número de óbitos verificados à idade x , e P_x refere-se ao número de indivíduos da população à idade x .

Finalmente, a taxa de mortalidade estandardizada com referência à população total portuguesa é-nos dada pela aplicação da expressão 2.6.

$$T_{mort,stand} = \sum_{x=25}^{100} \left(\frac{M_{brass,x} \cdot P_{ref,x}}{\sum_{y=25}^{100} P_{ref,y}} \right) \quad (2.6)$$

Note-se que a taxa de mortalidade estandardizada foi calculada tendo em consideração os quocientes de mortalidade $M_{brass,x}$ devidamente corrigidos pelo método de Brass. $P_{ref,x}$ refere-se à população de referência à idade x .

3. Resultados: esperança de vida segundo o nível de escolaridade

Tendo em conta a metodologia exposta, foi possível obter as esperanças de vida aos 35 e 65 anos de idade. A tabela 2 resume as esperanças de vida ex para os vários grupos de nível de escolaridade.

Tabela 2. Esperanças de vida dos indivíduos do sexo masculino aos 35 e 65 anos segundo o nível de escolaridade

	e ₃₅ (anos)	e ₆₅ (anos)
Nível de escolaridade baixo	42,5	17,3
Nível de escolaridade médio	47,9	21,7
Nível de escolaridade alto	49,3	21,8
Diferença alto e baixo	6,8	4,5
Diferença alto e médio	1,4	0,1

Pela análise dos resultados, podemos verificar que a diferença da esperança de vida entre os indivíduos do sexo masculino com níveis de escolaridade alto e baixo é em média de 6,8 anos aos 35 anos de idade e de 4,5 aos 65 anos de idade. As diferenças entre os níveis alto e médio são menos pronunciadas, ficando-se por 1,4 anos aos 35 anos de idade e apenas 0,1 aos 65 anos de idade. Os resultados sugerem fortes desigualdades na esperança de vida dos portugueses quando comparados pelos seus níveis de escolaridade, verificando-se que o grupo mais discriminado perante a morte é o que diz respeito ao nível de escolaridade baixo.

De uma forma análoga foram elaboradas tábuas de mortalidade para a população feminina. Como se pode verificar através da tabela 3, a diferença de esperanças de vida dos indivíduos de sexo feminino entre os grupos de níveis de escolaridade alto e baixo é em média de 3,9 anos aos 35 anos de idade e de 3,1 aos 65 anos de idade. Constata-se ainda a particularidade de o grupo de nível de escolaridade médio aos 35 e 65 anos de idade apresentar uma esperança de vida mais elevada em 1,6 e 2,5 anos, respetivamente, do que o grupo de nível de escolaridade alto. Tal facto pode dever-se ao número pouco expressivo de óbitos em indivíduos nas coortes mais avançadas. Por isso pareceu importante recorrer à correção de Brass para ajustar esses valores.

Tabela 3. Esperanças de vida dos indivíduos do sexo feminino aos 35 e 65 anos segundo o nível de escolaridade

	e_{35} (anos)	e_{65} (anos)
Nível de escolaridade baixo	48,7	20,9
Nível de escolaridade médio	54,2	26,5
Nível de escolaridade alto	52,6	24,0
Diferença alto e baixo	3,9	3,1

De um modo geral, verifica-se que esses resultados preliminares (ou seja, sem qualquer correção) apresentam tendências idênticas aos trabalhos realizados para outros países, no que diz respeito às diferenças de esperanças de vida. Conclui-se também, tal como nos estudos já mencionados, que os indivíduos do sexo feminino apresentam em média uma maior longevidade do que os indivíduos do sexo masculino.

3.1. Esperança de vida corrigida pelo método de Brass

Alguns grupos apresentam certas coortes que não ultrapassam as duas dezenas de indivíduos na população, principalmente nas idades mais avançadas, o que leva a uma certa volatilidade, mesmo tendo procedido ao

cálculo da média dos óbitos ao longo dos três anos de registos. Deste modo, optou-se por fazer o alisamento e estimativa dos quocientes de mortalidade pelo método de Brass, de modo a proceder à devida correção.

Na tabela 4, são apresentados os valores das esperanças de vida para os indivíduos do sexo masculino de 35 e 65 anos de idade com e sem a correção de Brass. Note-se que a correção fez uma revisão em baixa das esperanças de vida do nível de escolaridade baixo.

Relativamente aos outros níveis de escolaridade, todas as esperanças de vida foram revistas em alta. Daí resulta uma maior diferença de esperança de vida entre os níveis de escolaridade alto e baixo; ou seja, para os 35 anos de idade, a diferença passa de 6,8 para 7,7 anos.

Relativamente aos 65 anos de idade, a diferença passa de 4,5 para 5,0 anos. Comparando-se as esperanças de vida entre os níveis de escolaridade alto e médio, verifica-se uma alteração ambígua; isto porque aos 35 anos de idade a diferença diminui de 1,4 para 1,0 anos e aos 65 anos de idade, a diferença aumenta de 0,1 para 0,2 anos.

Tabela 4. Esperanças de vida corrigidas dos indivíduos do sexo masculino aos 35 e 65 anos de idade segundo o nível de escolaridade

	Sem correção		Com correção	
	e_{35} (anos)	e_{65} (anos)	e_{35} (anos)	e_{65} (anos)
Escolaridade baixa	42,5	17,3	42,1	17,1
Escolaridade média	47,9	21,7	48,8	21,9
Escolaridade alta	49,3	21,8	49,8	22,1
Diferença alta e baixa	6,8	4,5	7,7	5,0
Diferença alta e média	1,4	0,1	1,0	0,2

Os dados referentes aos indivíduos do sexo feminino apresentam os mesmos problemas que os masculinos, pelo que se optou também por recorrer ao alisamento e estimativa dos quocientes de mortalidade pelo método de Brass. Apresenta-se na tabela 5, os valores das esperanças de vida para os indivíduos do sexo feminino para as idades de 35 e 65 anos com e sem a correção de Brass. Note-se que a correção não introduz grandes alterações nas diferenças finais das esperanças de vida entre grupos de diferentes níveis de escolaridade para a idade de 35 anos.

Tabela 5. Esperanças de vida corrigidas dos indivíduos do sexo feminino aos 35 e 65 anos segundo o nível de escolaridade

	Sem correção		Com correção	
	e ₃₅ (anos)	e ₆₅ (anos)	e ₃₅ (anos)	e ₆₅ (anos)
Escolaridade baixa	48,7	20,9	48,5	20,8
Escolaridade média	54,2	26,5	53,8	25,5
Escolaridade alta	52,6	24,0	52,5	23,8
Diferença alta e baixa	3,9	3,1	4,0	3,0
Diferença alta e média	-1,6	-2,5	-1,3	-1,7

3.2. Taxa de mortalidade estandardizada para cada grupo de nível de escolaridade

A taxa de mortalidade dá-nos o número de óbitos num determinado período, que usualmente é de 1 ano, por um determinado número de habitantes, que por norma é 10 000. Considerou-se oportuno, no contexto do presente trabalho, apresentar o valor das taxas de mortalidade para cada grupo de nível de escolaridade e, mais importante ainda, apresentá-los depois de estandardizado.

Tabela 6. Taxas de mortalidade dos indivíduos do sexo masculino e do sexo feminino segundo o nível de escolaridade

	Homem		Mulher	
	Taxa bruta	Taxa estandardizada	Taxa bruta	Taxa estandardizada
Escolaridade baixa	18,3	15,7	16,7	12,7
Escolaridade média	3,8	8,3	1,9	6,8
Escolaridade alta	3,8	7,6	1,8	8,2

Importa referir que a estandardização é feita tendo por referência a estrutura etária da população portuguesa. Por isso, é possível verificar que as taxas brutas para os níveis de escolaridade médio e alto são inferiores às taxas estandardizadas. Essa diferença deve-se ao facto de a estrutura etária da população com esse nível de escolaridade ser muito jovem em comparação com a da população de referência. Pelo contrário verifica-se o processo inverso nos grupos de nível de escolaridade baixo, por se tratar de uma população já mais idosa. Quanto aos resultados obtidos, estão dentro do que era expectável; ou seja, as populações dos grupos de nível de escolaridade baixo apresentam taxas de mortalidade bem superiores às restantes populações.

Conclusão

O estudo evidencia a forte desigualdade na esperança de vida segundo o nível de educação e género em Portugal, estimando uma diferença média de 7,7 anos para os homens e de 4,0 anos para as mulheres para uma idade de 35 anos, e de 5,0 e 3,0 anos respetivamente, para uma idade de 65 anos. Os resultados convergem com os resultados apresentados na literatura para outros países (ver Rogot, Sorlie e Johnson, 1992; Meara, Richards e Cutler, 2008; Olshansky, Antonucci, Berkman, Binstock, Boersch-Supan, Cacioppo, Carnes, Carstensen, Fried e Goldman, 2012; Sasson, 2016; Blanpain, 2016; Murtin, Mackenbach, Jasilionis e d'Ercole, 2017).

Considerando alguns países europeus, é possível perceber que os resultados obtidos no presente estudo são similares em tendência e magnitude. Para o mesmo ano, verifica-se um diferencial de esperança de vida para os homens de aproximadamente 7,6 anos na Finlândia, 7,5 na Eslováquia, 7,0 anos na Dinamarca e 6,8 anos na Noruega. Com valores abaixo, identifica-se um diferencial de 5,9 anos para a Suécia e 4,2 anos para a Turquia. Desse conjunto de países, o que apresenta menor desigualdade é a Itália, com um valor de aproximadamente 3,1 anos. Contudo, onde se verifica maior desigualdade é na Hungria (14,0 anos de diferença), na República Checa (13,9) e na Polónia (12,6).

No que diz respeito às mulheres, do mesmo estudo podemos destacar, como grupo de países com resultados similares a Portugal, a Turquia, com um diferencial de 4,0 anos, e a Eslováquia, com 3,9 anos. É possível ainda identificar um grupo de países com diferencial ligeiramente superior, constituído pela Polónia (aproximadamente 6,2 anos de diferença), a Hungria (5,7 anos), a Dinamarca (5,2), a Suécia (5,0) e a Finlândia, Noruega e República Checa (4,8 anos). Mais uma vez, a Itália apresenta o menor diferencial: aproximadamente, 1,6 anos (ver Murtin, Mackenbach, Jasilionis e d'Ercole, 2017).

No caso da França, os resultados são similares: para o período de estudo entre 2009 e 2013, o diferencial estimado para os homens é de 7,5 anos e para as mulheres de 4,2 (ver Blanpain, 2016).

Em todos os países referidos, verifica-se que os homens apresentam sempre um diferencial de esperança de vida entre os grupos com maior e menor escolaridade superior ao das mulheres.

De acordo com o *Eurostat*, o diferencial de esperança de vida aos 35 anos entre os indivíduos com maior e menor escolaridade em Portugal no ano de 2011 é de 4,2 anos para os homens e de 1,8 anos para as mulheres. Constata-se, portanto, uma diferença considerável em relação aos resultados obtidos (ver Eurostat, 2021). O presente estudo utilizou a mesma metodologia na construção das tábuas de mortalidade; contudo, não é claro como foram tratados os dados por parte do *Eurostat*, nomeadamente a contabilização dos óbitos tendo

em conta os que possuem registo de escolaridade. A discrepância de resultados sugere uma abordagem diferente no tratamento dos dados. Não obstante tratar-se de uma instituição de referência, não é caso único a divergência de resultados reportados por aquele e outros estudos científicos. Com efeito, num trabalho promovido pela OECD, é possível verificar algumas discrepâncias nas esperanças de vida publicadas (ver Murtin, Mackenbach, Jasilionis e d'Ercole, 2017). A título de exemplo, segundo o referido estudo, a República Checa apresenta uma diferença de esperança de vida aos 25 anos de 13,9 anos para os homens; para o mesmo período, o Eurostat publica uma diferença de 18,3 anos. A diferença é de aproximadamente 4,4 anos. Contudo, convém referir que a tendência registada é a mesma, ou seja, maior longevidade para os indivíduos com maior nível de escolaridade, diferindo na magnitude dos valores, o que sugere alguma cautela na análise dos valores publicados.

O acesso à saúde é apontado como principal causa para as diferenças verificadas entre grupos (ver Steingrímssdóttir, Næss, Moe, Grøholt, Thelle, Strand e Bævre, 2012). Em Portugal, apesar de existir um sistema nacional de saúde tendencialmente gratuito para toda a população, persistem as desigualdades socioeconómicas no acesso aos cuidados de saúde (ver Doorslaer e Koolman, 2004; Veiga, 2005). Por outro lado, a evidência sugere que o nível de instrução do indivíduo influi diretamente nos seus próprios cuidados de saúde, levando-o a estar mais atento ao seu estado clínico. Refira-se também que a posição socioeconómica se vê fortemente ligada ao comportamento dos indivíduos em relação aos cuidados de saúde (ver Luy, Di Giulio e Caselli, 2011). Num estudo mais abrangente nos Estados Unidos, envolvendo também as causas dos óbitos, verificou-se que uma grande parte da mortalidade se deve ao tabagismo e à obesidade, estando estes hábitos mais presentes em estratos socioeconómicos mais desfavorecidos (ver Meara, Richards e Cutler, 2008).

Estas diferenças na esperança de vida colocam um desafio às políticas públicas, pois urge medidas que promovam a justiça e a equidade na população perante a morte. As ações políticas deverão contrariar essa diferença na longevidade, definindo políticas de combate efetivo às desigualdades associadas ao nível educacional. Assim, o aumento dos níveis de escolaridade da população deve ser encarado como objetivo principal. A esse respeito, convém referir que a sociedade portuguesa tem sofrido uma mutação na sua estrutura. Com efeito, ao longo dos três últimos censos, tem-se verificado uma redução substancial da população sem escolaridade, e um aumento assinalável da população com ensino superior; contudo subsiste ainda um atraso significativo em relação aos nossos parceiros europeus.

Os resultados sugerem ainda a necessidade de implementação de medidas que reduzam a desigualdade de género. Esse combate deverá passar por uma maior sensibilização da população masculina para os cuidados de saúde.

Além das diferenças nas esperanças de vida, seria necessário complementar este estudo com outras questões. Assim, a desigualdade não se fica pela esperança de vida em si, mas inclui também a duração de vida com saúde (ver Cambois, Laborde e Robine, 2008). De facto, Cambois, Laborde e Robine (2008) concluíram que um quadro superior tem em média mais 10 anos de vida sem qualquer incapacidade física ou mental do que um operário. Essa diferença diminui para cerca de 8 anos nas mulheres. Parece, pois, ser importante orientar os futuros estudos para a duração de vida, tendo em conta os seus parâmetros de qualidade, ainda que à partida se saiba que estas questões são de avaliação mais complexa e subjetiva. Neste sentido, há já estudos que sugerem que o estado de saúde piora com a idade e de acordo com a posição socioeconómica (ver Correia, Ferreira, Pinto, Valente e Veiga, 2017).

É essencial a continuação deste tipo de estudos ao longo do tempo, pois só desse modo será possível perceber qual a evolução da disparidade calculada neste trabalho. Os estudos já publicados no estrangeiro referem com alguma consistência que essa disparidade tem vindo a aumentar ao longo dos últimos anos.

Para o estudo destas questões no futuro, será ainda da maior importância permitir o acesso a dados que não se limitem ao nível escolar do falecido no certificado de óbito, mas incluam também o seu histórico de ocupação profissional. Note-se, no entanto, que, em Portugal, a base de dados dos óbitos tem já esta preocupação, embora a mesma se traduza ainda numa muito pequena parcela da população. A base de dados disponibilizada pelo INE apenas contém os registos de ocupações profissionais para cerca de 3,0% dos óbitos registados, percentagem diminuta que inviabilizou por completo a realização desta outra vertente do estudo.

Por último, parece importante referir que o presente trabalho procurou estudar a desigualdade através de variáveis objetivas, ao contrário de outros estudos, centrados em inquéritos de autoavaliação de saúde, que os tornam mais permeáveis à subjetividade inerente a questões pessoais.

Agradecimento

Gostaria de endereçar o meu profundo agradecimento à Professora Paula Veiga da EEG-UMinho por todo o tempo despendido na revisão do trabalho. Sem o seu inestimável apoio e incentivo, não teria sido possível a submissão do estudo.

Referências bibliográficas

BLANPAIN, Nathalie (2016), «L'espérance de vie par catégorie sociale et par diplôme », *Direction des Statistiques Démographiques et Sociales*, (F1602), 1-55.

- BRAVO, Jorge (2007), *Tábuas de Mortalidade Contemporâneas e Prospectivas: Modelos estocásticos, aplicações actuariais e cobertura do risco de longevidade*, Évora, Universidade de Évora.
- CAMBOIS, Emmanuelle, LABORDE, Caroline, ROBINE, Jean-Marie (2008), « La double peine des ouvriers: plus d'années d'incapacité au sein d'une vie plus courte », *Population et sociétés*, (441), 1-4.
- CAMPOS-MATOS, Inês, RUSSO, Giuliano, PERELMAN, Julian (2016), “Connecting the dots on health inequalities – A systematic review on the social determinants of health in Portugal”, *International Journal for Equity in Health*, (15:26), 1-10.
- COOPER, D., MCCAUSLAND, W., THEODOSSIOU, I. (2008), “Unemployed, uneducated and sick: the effects of socio-economic status on health duration in the European union”, *Journal of the Royal Statistical Society: Series A (Statistics in Society)*, (171:4), 939-952.
- CORREIA, Isabel, FERREIRA, Priscila, PINTO, Lígia, VALENTE, Marieta, VEIGA, Paula (2017), “Growing old, unhealthy and unequal: an exploratory study on the health of Portuguese individuals aged 50+”, Universidade do Minho, *Núcleo de Investigação em Microeconomia Aplicada (NIMA)*, (67), 1-19.
- DOORSLAER, Eddy Van, KOOLMAN, Xander (2004), “Explaining the differences in income-related health inequalities across European countries”, *Health economics*, 13 (7), 609-628.
- EUROSTAT [Online], disponível em: <https://appsso.eurostat.ec.europa.eu/nui/submitViewTableAction.do> [consultado em: 02/06/2020].
- EUROSTAT [Online], disponível em: [http://appsso.eurostat.ec.europa.eu/nui/submitViewTableAction.do](https://appsso.eurostat.ec.europa.eu/nui/submitViewTableAction.do) [consultado em: 19/01/2021].
- FERNANDES, Ana Alexandre (2007), “Determinantes da mortalidade e da longevidade: Portugal numa perspetiva europeia (UE15, 1991-2001)”, *Análise social*, 42 (183), 419-443.
- INE (2013), “Tábuas completas de mortalidade, TCM84, DM046”, Documento metodológico Versão 2.0.
- LERIDON, Henri, TOULEMON, Laurent (1997), *Démographie : approche statistique et dynamique des populations*, Economica.
- LUY, Marc, DI GIULIO, Paola, CASELLI, Graziella (2011). “Differences in life expectancy by education and occupation in Italy, 1980-94: Indirect estimates from maternal and paternal orphanhood”, *Population studies*, 65 (2), 137-155.
- MACKENBACH, Johan; KULHÁNOVÁ, Ivana; MENVIELLE, Gwenn; BOPP, Matthias; BORRELL, Carme; COSTA, Giuseppe; DEBOOSERE, Patrick; ESNAOLA, Santiago; KALEDIENE, Ramune; KOVACS, Katalin; LEINSALU, Mall; MARTIKAINEN, Pekka; REGIDOR, Enrique; RODRIGUEZ-SANZ, Maica; HEINE STRAND, Bjørn; HOFFMANN, Rasmus; EIKEMO, Terje; ÖSTERGREN, Olof; LUNDBERG, Olle (2015), “Trends in inequalities in premature mortality: a study of 3.2 million deaths in 13 European countries”, *JEpidemiol Community Health*, 69 (3), 207-217.
- MACKENBACH, Johan, STIRBU, Irina, ROSKAM, Albert-Jan, SCHAAP, Maartje, MENVIELLE, Gwenn, LEINSALU, Mall, KUNST, Anton (2008). “Socioeconomic inequalities in health in 22 European countries”, *New England Journal of Medicine*, 358 (23), 2468-2481.
- MEARA, Ellen, RICHARDS, Seth, CUTLER, David (2008), “The gap gets bigger: changes in mortality and life expectancy, by education, 1981-2000”, *Health affairs*, 27 (2), 350-360.
- MURTIN, Fabrice, MACKENBACH, Johan, JASILIONIS, Domantas, D'ERCOLE, Marco (2017), “Inequalities in longevity by education in OECD countries: Insights from new OECD estimates”, *OECD Statistics Working Papers*, 2017 (02), 1-82.
- OLSHANSKY, Jay; ANTONUCCI, Toni; BERKMAN, Lisa; BINSTOCK, Robert; BOERSCH-SUPAN, Axel; CACIOPPO, John; CARNES, Bruce; CARSTENSEN, Laura; FRIED, Linda; GOLDMAN, Dana; JACKSON, James; KOHLI, Martin; ROTHER, John; ZHENG, Yuhui;

- ROWE, John (2012), “Differences in life expectancy due to race and educational differences are widening, and many may not catch up”, *Health affairs*, 31 (8), 1803-1813.
- PERELMAN, Julian, FERNANDES, Ana, MATEUS, Céu (2012), “Gender disparities in health and healthcare: results from the Portuguese national health interview survey”, *Cadernos de Saúde Pública*, 28 (12), 2339-2348.
- ROGOT, Eugene, SORLIE, Paul, JOHNSON, Norman (1992), “Life expectancy by employment status, income, and education in the national longitudinal mortality study”, *Public Health Reports*, 107 (4), 457-461.
- ROWLAND, Donald (2003), *Demographic Methods and Concepts*, New York, Oxford University Press.
- SÁ, Carla, OLIVEIRA, Célio, CEREJEIRA, João, SIMÕES, Marta, PORTELA, Miguel, TEIXEIRA, Pedro, FERREIRA, Priscila, SOUSA, Sandra, SOUSA, Sílvia (2014), “Educação e mercado de trabalho em Portugal: retornos e transições”, *Technical Report Universidade do Minho – Escola de Economia e Gestão*, 1-126.
- SASSON, Isaac (2016), “Trends in life expectancy and lifespan variation by educational attainment: United States, 1990-2010”, *Demography*, 53 (2), 269-293.
- STEINGRÍMSDÓTTIR, Ólof, NÆSS, Øyvind, MOE, Joakim, GRØHOLT, Else-Karin, THELLE, Dag Steinar, STRAND, Bjørn, BÆVRE, Kare (2012) “Trends in life expectancy by education in Norway 1961-2009”, *European Journal of Epidemiology*, 27 (3), 163-171.
- VEIGA, Paula (2005), “Income-related health inequality in Portugal”, *Universidade do Minho-Núcleo de Investigação em Microeconomia Aplicada (NIMA)*, 67, 1-23.

- Receção: 16-09-2020

- Aprovação: 28-02-2021

Oliveira, Amurabi; Melo, Marina Félix de; Rodrigues, Quemuel Baruque de; Pequeno, Mayres – Gênero e desigualdade na academia Brasileira: uma análise a partir dos bolsistas de produtividade em pesquisa do CNPq. *Configurações*, vol. 27, 2021, pp. 75-93.

Gênero e desigualdade na academia brasileira: uma análise a partir dos bolsistas de produtividade em pesquisa do CNPq

AMURABI OLIVEIRA*

Universidade Federal de Santa Catarina, Brasil

MARINA FÉLIX DE MELO**

Universidade Federal de Alagoas, Brasil

QUEMUEL BARUQUE DE RODRIGUES***

Universidade Federal de Pernambuco, Brasil

MAYRES PEQUENO****

Universidade Federal de Alagoas, Brasil

Resumo

O presente artigo discute as desigualdades de gênero no campo acadêmico. Através de uma abordagem quanti-qualitativa, analisa-se a distribuição das bolsas de produtividade em pesquisa do CNPq no Brasil em relação a homens e mulheres. Conclui-se que essas desigualdades são aprofundadas pela menor presença das mulheres entre os bolsistas nos níveis mais altos, bem como entre as áreas que recebem mais recursos. Verifica-se ainda que não existe diferença estatisticamente significativa entre homens e mulheres no que se refere a um índice de produtividade acadêmica criado neste trabalho como referência empírica à temática discutida sobre produção científica e gênero, tampouco em relação à quantidade de publicações qualificadas entre eles e elas.

Palavras-chave: campo acadêmico, desigualdade de gênero, CNPq, Universidade.

Abstract

Gender and inequality in the Brazilian academia: an analysis from CNPq research productivity fellows

This article discusses gender inequalities in the academic field. Through a quantitative and qualitative approach, the distribution of CNPq research productivity grants in Brazil in relation to men and women is analysed. It is concluded that these inequalities are deepened by the lower presence of women among the scholarship holders at the highest levels, as well as in the areas that receive more resources. It is also verified that there is no statistically significant difference between men and women with regard to

*E-mail: amurabi1986@gmail.com | ORCID ID: <https://orcid.org/0000-0002-7856-1196>

**E-mail: melomarina@msn.com | ORCID ID: <https://orcid.org/0000-0003-4402-4680>

***E-mail: quemelbaruque@gmail.com | ORCID ID: <https://orcid.org/0000-0001-8593-6542>

****E-mail: mayrespequeno@gmail.com | ORCID ID: <https://orcid.org/0000-0002-4723-3552>

an academic productivity index created for this investigation as an empirical reference for the topic discussed regarding scientific production and gender, nor in relation to the quantity of qualified publications between men and women.

Keywords: academic field, gender inequality, CNPq, University.

Resumé

Genre et inégalité au sein de l'académie brésilienne : une analyse des boursiers de productivité de la recherche du CNPq

Cet article traite des inégalités entre les sexes dans le domaine universitaire. La répartition des subventions de productivité de la recherche du CNPq au Brésil par rapport aux hommes et aux femmes est analysée grâce à une approche quantitative et qualitative. Nous concluons que ces inégalités sont aggravées par la moindre présence des femmes parmi les boursiers aux plus hauts niveaux, ainsi que parmi les régions qui reçoivent le plus de ressources. Il est également vérifié qu'il n'y a pas de différence statistiquement significative entre les hommes et les femmes en ce qui concerne un indice de productivité académique créé dans ce travail comme référence empirique au sujet abordé sur la production scientifique et le genre, ni par rapport à la quantité de publications qualifiées entre eux et elles.

Mots-clés: domaine académique, inégalité des genres, CNPq, Université.

Introdução

A relação entre a produção e a reprodução das desigualdades sociais e os sistemas educativos tem sido o cerne do debate no campo da Sociologia da Educação nas últimas décadas. No caso brasileiro nota-se um especial destaque se inserirmos esse debate no âmbito das discussões sobre as profundas desigualdades de classe, raça e gênero (Barbosa e Gadin, 2020; Oliveira e Silva, 2020). Este problema mostra-se cada vez mais complexo ao considerarmos, por exemplo, a crescente participação feminina no ensino superior em diversas partes do mundo, e seu êxito nos mais diferentes níveis (Marrero, 2006). Ao mesmo tempo, contrasta com a reprodução das desigualdades de gênero na academia, o que tem sido debatido por uma extensa literatura sobre o tema (Toren, 1993; Olsen, Maple e Stage, 1995; Poole, Bornholot e Summers, 1997; Probert, 2005; Ogbogu, 2011; Grossi *et al.*, 2016; Sarsons, 2017; Weisshaar, 2017)¹.

No caso brasileiro, podemos indicar que tem havido um crescente interesse no campo educacional em discutir temas relacionados a gênero, ainda que

¹ Recomenda-se consulta em periódicos especializados às temáticas de gênero e trabalho doméstico/familiar a exemplo de *Studies in Higher Education*; *Research in Higher Education*; *Higher Education*; *The Journal of Higher Education*.

predominem os estudos voltados para a educação básica (Ferreira e Coronel, 2017). Em período mais recente, no entanto, tem havido um notório interesse também na pesquisa sobre as desigualdades de gênero no campo acadêmico (Lopes, 1998; Lima e Costa, 2016; Freitas e Luz, 2017). De forma mais específica, dada a centralidade que a Bolsa de Produtividade em Pesquisa (PQ) do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) assume no processo de legitimação das hierarquias acadêmicas no Brasil, a reflexão sobre a distribuição heterogênea desse tipo de bolsa, considerando-se a questão do gênero, tem chamado a atenção também de diversos pesquisadores (Guedes, Azevedo e Ferreira, 2015; Barros e Silva, 2019).

O objetivo central da presente investigação é o de examinar a distribuição das bolsas de produtividade em pesquisa do CNPq no Brasil em relação a homens e mulheres. Sustentamos como hipótese experimental que, embora homens e mulheres não tenham diferenças significativas em relação à produção acadêmica e científica, os acessos às bolsas e ao topo da carreira acadêmica no Brasil são mais restritos às mulheres que aos homens, sendo o sexo masculino dominante no campo científico de reconhecimento. A contribuir para essa discussão, buscamos avançar no debate através de uma análise quanti-qualitativa, pela qual construímos e analisamos um índice de produtividade acadêmica, que ultrapassa a dimensão descritiva da desigual distribuição de recursos materiais e simbólicos no campo acadêmico entre homens e mulheres, sintetizada aqui através das bolsas PQ. Também como objetivo específico, buscamos observar possíveis diferenças estatisticamente significativas em distintas variáveis da produção acadêmica de homens e mulheres, considerando as várias áreas do conhecimento às quais se vinculam os pesquisadores do CNPq e suas diferentes regiões de produção científica.

Observa-se que nosso objetivo não se volta para a explicação das desigualdades de gênero na academia, o que fugiria ao foco e escopo de nosso artigo. Os dados que trazemos aqui produzem um retrato da desigualdade de gênero na academia brasileira, o que é analisado a partir de uma abordagem quantitativa das posições mais elevadas do campo acadêmico brasileiro. Como se trata de uma aproximação inicial com esse cenário, almeja-se aprofundar a discussão em trabalhos posteriores, nos quais tentaremos mais incisivamente explicar os fundamentos dessas desigualdades. Em todo o caso, compreendemos que a apresentação desses dados tem um grande valor para pesquisas futuras – nossas e de outros pesquisadores e outras pesquisadoras – que busquem compreender a dinâmica da desigualdade na academia brasileira.

Para uma melhor compreensão por parte de nossos leitores acerca da discussão que pretendemos fomentar aqui, primeiro realizaremos uma apresentação

mais geral sobre o significado da bolsa de produtividade em pesquisa do CNPq no campo acadêmico brasileiro, assim como as questões que já foram apontadas anteriormente sobre a desigualdade de gênero nesse âmbito. Em sequência, explanaremos brevemente os procedimentos metodológicos da pesquisa que seguiremos para a apresentação dos resultados.

1. As bolsas de produtividade em pesquisa do CNPq na hierarquia acadêmica brasileira

O sistema universitário brasileiro iniciou-se relativamente tarde em comparação a outros países latino-americanos. As primeiras experiências de cursos superiores no País ocorrem apenas no século XIX, e a formação das primeiras universidades somente no século XX². No decorrer do século XX, observou-se uma paulatina expansão do ensino superior brasileiro, o que foi acompanhado também de uma progressiva diversificação na oferta. As questões de acesso e de equidade se colocaram como um dos principais desafios para o ensino superior brasileiro no século XX (Neves, Raizer, Fachinetto, 2007; Barbosa, 2014, 2015).

Em meio a esse processo, é importante ressaltar que a formação e consolidação de uma comunidade científica no Brasil dependeu não apenas da expansão do ensino superior. Também como fator determinante deste processo, esteve a existência de uma política de formação de quadros e de criação de instituições de fomento à pesquisa, bem como a criação de sociedades científicas. Como bem ressalta Martins (2018: 12):

A criação da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC), em 1948, expressava o crescimento da atividade científica no país e exerceria, a partir de então, uma importante função na organização dos interesses do campo científico. (...) Pouco tempo depois, em 1951, ocorreria a criação de dois organismos que constituiriam um divisor de águas no processo de institucionalização da pesquisa no país: o Conselho Nacional de Pesquisas, CNPq (atualmente Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico), e a Campanha de Aperfeiçoamento de Pessoal Nível Superior, a CAPES (atualmente Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior). O CNPq, que posteriormente desempenharia um papel fundamental na construção da pós-graduação nacional, foi criado a partir da convergência

2 Fugiria ao foco e ao escopo deste trabalho realizar uma síntese história do ensino superior brasileiro. Para um maior aprofundamento neste debate, *vide Schwartzman* (1979).

de interesses de técnicos do governo e militares e do segmento da comunidade científica nacional.

Todos esses acontecimentos devem ser entendidos como elementos relevantes para a compreensão da formação do campo acadêmico-científico brasileiro. A partir daí são lançadas as bases para a consolidação da pós-graduação nacional, que vem a ganhar um perfil mais semelhante ao atual a partir da Reforma Universitária de 1968. É no contexto da emergência dos primeiros programas de pós-graduação no Brasil que surge, em 1976, a bolsa PQ do CNPq, que acabou se convertendo em um dos principais elementos distintivos e de hierarquização do campo acadêmico brasileiro.

É importante ressaltar que as bolsas PQ são ao mesmo tempo um elemento de distribuição de recursos materiais, considerando que se constituem em um tipo de financiamento à pesquisa e que possibilitam o acesso a outras formas de fomento. As bolsas PQ também articulam recursos simbólicos, uma vez que o status de bolsista PQ possibilita o acesso a determinados comitês científicos e de assessoramento restritos; além disso, esses bolsistas são os avaliadores dos demais pedidos de financiamento realizados ao CNPq, como o pedido de novos bolsistas PQ, editais de financiamento de pesquisa, bolsas de doutorado pleno e sanduíche para o exterior, pós-doutorado, etc.

As bolsas PQ passaram por inúmeras alterações nos níveis e nos valores monetários ao longo dos anos. Atualmente, as bolsas são divididas e hierarquizadas em três categorias: Sênior (PQ-SR); PQ-1 (sendo a categoria 1 subdividida nos níveis 1A, 1B, 1C e 1D); e PQ-2. Apesar da existência dos pré-requisitos gerais estabelecidos pelo CNPq, há ainda os critérios de qualificação definidos pelos Comitês de Assessoramento (CA) de cada área ou pelo Conselho Deliberativo – CD do CNPq, no caso de Pesquisador Sênior. Tais bolsas são requisitadas individualmente pelos pesquisadores e possuem distintas durações, sendo 36 meses para a nível 2, 48 meses para as bolsas nível 1, e 60 meses para as bolsas sênior. Os pesquisadores nível 1 também recebem, além da bolsa, um auxílio-banca, que visa ajudá-los no financiamento de pesquisas, participação em eventos científicos, processos de editoração de suas publicações, etc.

Os requisitos mínimos comuns a todas as áreas para obtenção da bolsa PQ são: ao menos três anos de doutorado completo por ocasião da implementação da bolsa, para a bolsa nível 2, e oito anos para a bolsa nível 1; o pesquisador deverá se dedicar às atividades constantes em seu pedido de bolsa, podendo o mesmo ser aposentado, desde que mantenha atividades acadêmico-científicas oficialmente vinculadas a instituições de pesquisa e ensino. Ainda segundo o CNPq, os critérios, independentemente do CA, deverão contemplar os seguintes itens: a) produção científica do candidato; b) formação de recursos humanos em nível de Pós-Graduação; c) contribuição científica e tecnológica e para

inovação; d) coordenação ou participação principal em projetos de pesquisa; e) participação em atividades editoriais e de gestão científica e administração de instituições e núcleos de excelência científica e tecnológica (CNPQ, 2015).

A considerar tais critérios, torna-se evidente que a atribuição da bolsa PQ a um determinado pesquisador no Brasil significa o reconhecimento da comunidade de pares de que este integra uma “elite acadêmica”. Isso fica ainda mais evidente nos níveis mais elevados, uma vez que o CNPQ afirma:

O nível A é reservado a candidatos que tenham mostrado excelência continuada na produção científica e na formação de recursos humanos, e que liderem grupos de pesquisa consolidados. O perfil deste nível de pesquisador deve, na maior parte dos casos, extrapolar os aspectos unicamente de produtividade para incluir aspectos adicionais que mostrem uma significativa liderança dentro da sua área de pesquisa no Brasil e capacidade de explorar novas fronteiras científicas em projetos de risco. (CNPQ, 2015: 2)

Como já indicado, os CA possuem autonomia para estabelecer os critérios para concessão das bolsas PQ. É possível que haja maior ou menor afinidade com os critérios estabelecidos pela CAPES para a avaliação da produção acadêmica, sintetizado pela classificação do qualis da CAPES. Todavia, considerando que majoritariamente os bolsistas PQ estão inseridos em programas de pós-graduação, que por sua vez são avaliados pela CAPES, pode-se inferir que a publicação em revistas bem avaliadas no qualis seja um critério relevante para as diversas áreas, ainda que tenham ganhado espaço nos últimos anos as métricas internacionais, especialmente o fator impacto³.

Essa autonomia dos CA também se reverbera em diferentes orientações com relação à forma como concedem tais bolsas. Como indicam Weiner e Vieira (2013: 73-74):

As grandes áreas devem ponderar se as práticas que estão seguindo para avaliar seus pesquisadores estão de acordo com os seus objetivos para as bolsas de produtividade. Obviamente, não existe um objetivo “certo” ou único para a atribuição de bolsas e, portanto, não deve existir uma única métrica que deva ser seguida. No entanto, nos parece que há duas grandes vertentes

3 Sabemos que o sistema qualis da CAPES, que estratifica as revistas científicas por áreas, encontra-se atualmente em revisão, havendo a possibilidade de ser elaborado um qualis unificado para as diversas áreas do conhecimento, assim como sua posterior eliminação, substituindo-o pelas métricas internacionais (fator de impacto e índice h5). Entretanto, os atuais bolsistas orientaram sua produção acadêmica em um cenário no qual o qualis constitui o principal sistema de classificação da produção acadêmica nacional, sendo utilizado inclusive como critério nas provas de admissão para a carreira docente e progressão funcional de muitas universidades.

para explicar quais são os objetivos de uma bolsa de produtividade, que, se não são contraditórios entre si, são pelo menos diferentes. O primeiro objetivo possível é premiar cientistas de qualidade. O segundo objetivo possível é incentivar a produção de qualidade dos cientistas brasileiros. Há uma diferença importante entre estes dois objetivos: se o objetivo é premiar os cientistas pela qualidade e importância do seu trabalho, então, a história passada do pesquisador é o fator mais importante. Caso o objetivo seja incentivar a produção de qualidade e relevância, então, o futuro deste pesquisador é mais importante que seu passado. É claro que, nesta segunda alternativa, o passado é importante, mas apenas como ferramenta para prever o futuro do pesquisador – na falta de melhores dados acredita-se que o pesquisador, no futuro, terá os mesmos resultados (do ponto de vista de produção científica) que no passado ou, pelo menos, no passado recente. Além do mais, as duas vertentes de objetivos têm impacto muito diferente no agraciado. Quem recebe um prêmio, não precisa mais continuar fazendo o que fez para ganhar o prêmio, apenas quando outra pessoa tiver acumulado história suficiente que o prêmio será transferido. Quem recebe um incentivo, deve manter pelo menos a mesma produção que fez com que recebesse o incentivo, pois, senão, ele será retirado.

No contexto dessas diferentes orientações existentes nas distintas áreas encontraremos cenários também bastante heterogêneos com relação à distribuição das bolsas por sexo, ainda que essa seja uma realidade que tem se dinamizado nos últimos anos. Como apontam Guedes, Azevedo e Ferreira (2015: 396-397):

Ressalta em primeiro lugar o peso diferenciado de cada uma quanto ao montante total de PQs, sendo as áreas mais contempladas as das CIÊNCIAS EXATAS E DA TERRA e ENGENHARIAS. A concentração de PQs nessas áreas provoca uma desproporção em geral na presença de mulheres entre os bolsistas produtividade, uma vez que é justamente ali que se reproduz historicamente o fenômeno da baixa representação feminina. As exceções a essa tendência histórica nessas áreas com predomínio masculino, como Química, Engenharia Sanitária e Engenharia Química, constituem casos que merecem investigação específica a respeito das dinâmicas institucionais recentes que propiciaram a alteração desse quadro, com a elevação do número de bolsistas mulheres.

Outro caso de mudança é o das CIÊNCIAS AGRÁRIAS, campo tradicionalmente masculino, em cujo movimento de expansão de 67 % no número de PQs no período 2001-2012 constatamos sinais inovadores de abertura ao ingresso de pesquisadoras.

Alterações importantes também foram verificadas nas CIÊNCIAS BIOLÓGICAS e nas CIÊNCIAS DA SAÚDE, áreas com patamares mais equânimes e nas quais é franca a tendência de crescimento na proporção de bolsistas mulheres. Já nas CIÊNCIAS HUMANAS e em LINGUÍSTICA, LETRAS E ARTES houve, com algumas exceções, diminuição da histórica predominância feminina.

Apesar dessas mudanças, Barros e Silva (2019), por outro lado, destacam que de forma mais geral as mulheres continuam sendo uma minoria no montante de bolsistas, tornando-se ainda mais rarefeita a presença delas nos níveis mais elevados. Esse cenário se vincularia a um conjunto de variáveis, dentre as quais as autoras destacam:

Enquanto os homens se titulam doutor e ingressam no sistema de bolsa produtividade mais jovens que as mulheres, tendo mais tempo para investir em suas produções científicas e progredir até o nível 1A – chegando a 74 % dos que estão nesse nível – as mulheres demoram mais para ingressar e se estabelecer no sistema de bolsas do CNPq. Portanto, a baixa representatividade feminina nos extratos mais elevados da carreira de bolsista PQ pode estar associada a esse fenômeno e torna razoável a justificativa para a permanência das mulheres nos níveis iniciais. Esses achados apontam para as peculiaridades na trajetória feminina para alcançar cargos de maior nível hierárquico, levando aos questionamentos das práticas sociais que as naturalizam (Barros e Silva, 2019: 78).

Apesar disso, as autoras também destacam que pode ser observada certa mudança geracional com relação ao impacto das desigualdades de gênero na produção acadêmica. Entre as bolsistas mais jovens, que estão no nível inicial da bolsa, observa-se uma menor diferença em termos de produção acadêmica, o que poderia apontar também para a existência de mudanças na divisão do trabalho doméstico, algo que possui implicações diretas sobre a produção acadêmica.

De um modo geral, poderíamos dizer que há uma convergência nas pesquisas realizadas com relação ao reconhecimento do predomínio de homens entre os bolsistas PQ, algo que se acentua nos níveis mais elevados mas que tem apresentado alguma mudança nos últimos anos.

No que refere às questões metodológicas da presente investigação, para esse trabalho utilizamos uma amostra probabilística, de tipo aleatória simples, para uma população de 13 mil PQ. Consideramos um intervalo de confiança 3,91, com um nível de confiança de 95 %. O cálculo amostral resultou em uma

amostra de 601 casos. A coleta dos 601 casos foi selecionada a partir da função `sample` do software R.

A partir da amostra selecionada dos 601 PQ, utilizamos uma técnica de `web scrapping`. Esta tem como função extrair rapidamente informações de sites e exportá-las para planilhas com o intuito de fazer análises e gerar insights para tomadas de decisão. Para tal, criamos uma função no software R para extração dos dados em xml dos currículos lattes dos bolsistas PQ. A função consiste na coleta automatizada de informações de um volume de currículos n, qualis das revistas e nota dos programas de pós-graduação.

A função retornava a uma lista com dataframes, que são tabelas ou uma estrutura de tipo matriz, em que cada coluna contém valores de uma variável e cada linha contém um conjunto de valores de cada coluna, com variáveis pertinentes à nossa investigação como: 1. informações gerais do pesquisador; 2. conferências em que participou; 3. livros publicados; 4. publicações de artigos; 5. orientações; 6. apresentações de trabalho; 7. atuação profissional; 8. bancas; 9. eventos; e 10. publicações midiáticas.

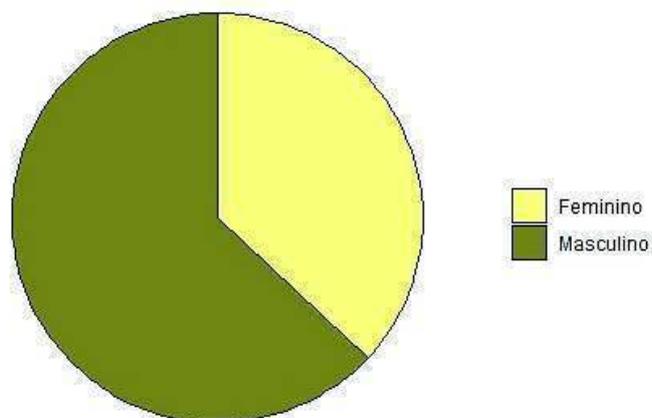
Para a manipulação dos dataframes foram utilizados os seguintes pacotes: `dplyr`, `magrittr`, `rio`. Demais variáveis foram coletadas através da consulta propriamente aos currículos lattes dos bolsistas e/ou por arquivos de consultas públicas disponíveis nos sites da CAPES (Plataforma Sucupira) e do CNPq. Por fim, utilizamos o *software Statistical Package for the Social Sciences* – SPSS para tabulação e análise dos dados. Os nomes dos bolsistas (que não serão divulgados por questões éticas) foram colhidos na página *web* do CNPq⁴. O desenho da pesquisa foi de tipo interseccional/corte transversal, e a recolha dos dados ocorreu de janeiro a abril de 2020.

2. Homens e mulheres entre os bolsistas PQ: apresentação e discussão dos dados

Um primeiro dado geral que pode ser observado com relação à desigual distribuição de bolsistas PQ por sexo pode ser sintetizado no gráfico abaixo, que aponta que 63 % dos bolsistas PQ são homens:

⁴ Lista de bolsistas disponível em: http://plsq11.cnpq.br/divulg/RESULTADO_PQ_102003.curso.

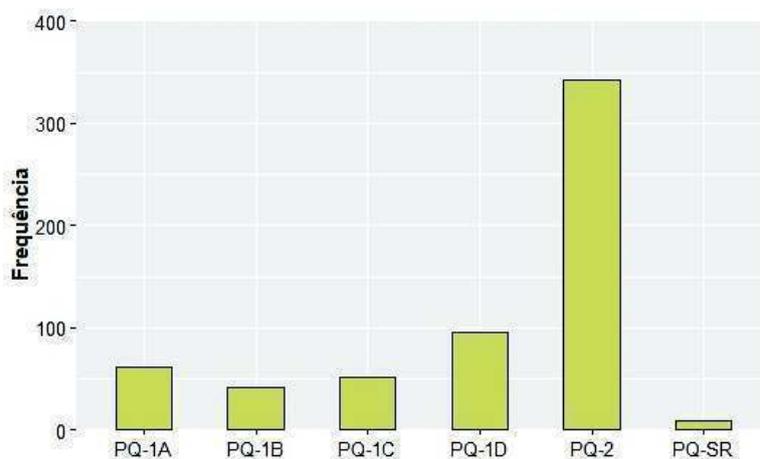
Gráfico 1: Distribuição dos bolsistas PQ por sexo



Fonte: Dados obtidos a partir da pesquisa (2020)

É importante considerar a existência de uma profunda estratificação dentro do próprio sistema de bolsas que, como já indicado, se organiza a partir de diferentes níveis de hierarquia. Essas bolsas são distribuídas da seguinte forma entre os diferentes níveis:

Gráfico 2: Distribuição por tipos de bolsa PQ



Fonte: Dados obtidos a partir da pesquisa (2020)

Os bolsistas PQ-2 representam 57,1 % dos casos; PQ1D são 15,8 %; PQ1C são 8,7 %; PQ1B são 6,8 %; PQ1A são 10,1 %; e PQ-Sr são 1,5 %. Se considerarmos apenas a divisão existente entre o nível 2 e o nível 1 das bolsas PQ, temos que 60,9 % dos bolsistas nível 2 são homens e 39,1 % mulheres. Entre os bolsistas nível 1 temos 65 % de bolsistas homens e 35 % de bolsistas mulheres, o que nos aponta uma tendência de menor presença das mulheres nos níveis mais elevados. Em todo o caso, esses dados também podem indicar que a desigual distribuição de bolsas PQ entre homens e mulheres é menor nas gerações mais recentes (majoritariamente com bolsistas nível 2), o que é um dado relevante, considerando-se que a maior parte dos bolsistas encontra-se neste nível.

Cabe-nos também examinar a distribuição entre homens e mulheres nesses diferentes graus de bolsa no nível 1. No nível 1D os homens são 62,1 % dos bolsistas e as mulheres 37,9 %; no nível 1C esses índices passam para 59,6 % e 40,4 %; no nível 1B são 65,8 % e 34,2 %; no nível 1A são 73,7 % e 26,3 %; e no nível SR são 88,8 % e 11,2 %, para homens e mulheres, respectivamente. Esses dados apontam para uma desigualdade mais profunda nos últimos níveis (PQ 1A e PQ SR). Estes são, justamente, os níveis nos quais as métricas quantitativas não seriam os únicos aspectos a serem avaliados para a classificação dos pesquisadores, segundo as normas do CNPq, destacando-se também o papel de liderança científica em seu campo de atuação. Pode-se problematizar em que medida essa classificação dos pesquisadores como líderes em seus campos também é permeada pelas hierarquias de gênero, assim como pelas próprias condições de trabalho e desigualdade entre homens e mulheres, considerando as demais esferas da vida (trabalho doméstico).

Examinamos ainda essa distribuição com relação às diferentes grandes áreas, que também expressam uma hierarquia interna dentro desse campo. Assim sendo, as bolsas PQ estão distribuídas da seguinte forma entre as grandes áreas: Ciências Exatas e da Terra 19,6 %; Ciências Humanas 19,1 %; Ciências Biológicas 15,6 %; Engenharias 14,3 %; Ciências da Saúde 10,5 %; Ciências Sociais Aplicadas 7,8 %; Ciências Agrárias 6,8 %; e Linguística, Letras e Artes 6,2 %. Passamos então para um exame interno dessas áreas com relação à distribuição entre homens e mulheres:

Quadro 1: Distribuição por sexo dos bolsistas PQ nas grandes áreas

Área	Homens	Mulheres
Ciências Exatas e da Terra	77,9%	22,1%
Ciências Humanas	51,3%	48,7%
Ciências Biológicas	54,2%	45,8%
Engenharias	76,7%	33,3%
Ciências da Saúde	61,9%	38,1%
Ciências Sociais Aplicadas	63,8%	36,2%
Ciências Agrárias	73,1%	26,9%

Fonte: Dados obtidos a partir da pesquisa (2020)

Os dados expostos visibilizam que as mulheres apenas são a maior parte dos bolsistas PQ justamente na área com o menor número de bolsistas no total, e que a grande área com o maior número de bolsistas é também aquela onde há o mais expressivo contingente de homens. É possível inferir que a menor participação das mulheres entre os bolsistas PQ também se relaciona à sub-representação que elas possuem em determinadas áreas.

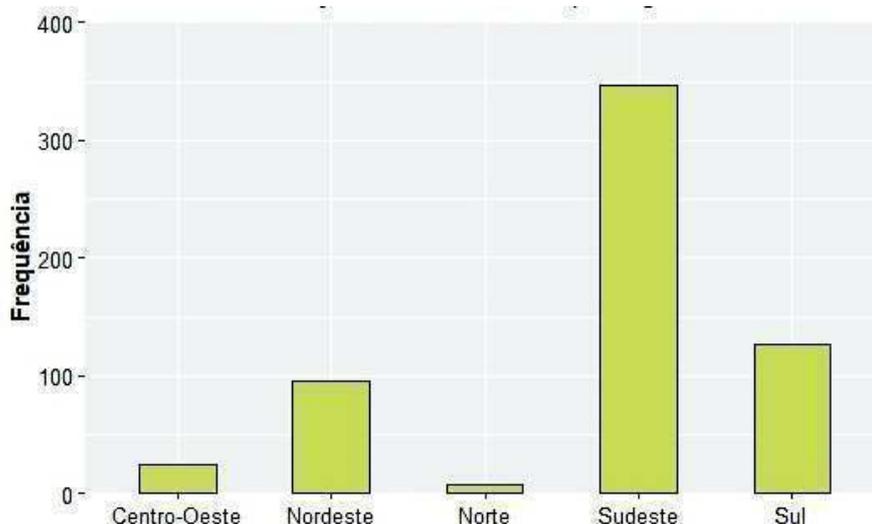
Encontramos diferença estatisticamente significativa entre as médias do índice de produção criado para esta investigação⁵ em relação às diferentes grandes áreas do CNPq (Anova; $p=0,00$). Os índices encontrados foram os seguintes: Linguística, Letras e Artes 0,74; Ciências Humanas 0,82; Ciências

5 O índice de produção acadêmica geral dos PQs brasileiros foi formado com as seguintes variáveis: 1. Quantidade de apresentação de trabalhos em congressos, palestras, seminários, etc.; 2. Quantidade de textos apresentados em congressos, palestras, seminários, etc.; 3. Quantidade de livros publicados desde 2015; 4. Quantidade total de artigos publicados em revistas desde 2015; 5. Quantidade total de artigos publicados avaliados pelo Webqualis da CAPES; 6. Total de artigos publicados de Estrato Superior avaliados pelo Webqualis da CAPES; 7. Quantidade de publicações midiáticas não especializadas (TV, jornais, etc.); 8. Total de orientações concluídas desde 2015; 9. Quantidade de participações em bancas de doutorado desde 2015; 10. Quantidade de participações em bancas de mestrado desde 2015; 11. Quantidade de participações em bancas de graduação desde 2015; 12. Quantidade de participações em bancas de especialização desde 2015; e; 13. Quantidade de participação em eventos desde 2015. A variável original, o índice criado, apresentou-se fora dos padrões de normalidade, no que optamos por utilizar o índice desta pesquisa a partir de uma variável criada com correção logarítmica (LG10). As medidas de tendência centrais básicas do índice criado a partir das 13 variáveis e com 601 casos são: média de produção acadêmica geral/LG10 (0,919); desvio padrão (0,29) e amplitude (de -0,20 a 1,92). Nota-se que o índice foi criado sem nenhum tipo de ponderação, ou seja, somente a partir de valores brutos, o que equivale a dizer que não foi realizado nenhum tipo de decisão sobre quais aspectos teoricamente pesariam mais na questão da produção. Optamos por utilizar os dados brutos justamente para que, na análise, pudéssemos comparar as formas de produção sem aspectos valorativos prévios que pudessem considerar umas variáveis mais interessantes do que outras no entendimento da produção.

Sociais Aplicadas 0,84; Ciências Exatas e da Terra 0,85; Engenharias 0,95; Ciências Biológicas 0,99; Ciências Agrárias 1,00; Ciências da Saúde 1,15. Também quando examinamos o índice de produção no qualis superior das áreas de avaliação dos pesquisadores encontramos diferença estatisticamente significativa entre as médias de publicações (Anova; $p=0,00$), sendo as seguintes médias nas grandes áreas: Ciências Humanas 0,50; Linguística, Letras e Artes 0,51; Ciências Sociais Aplicadas 0,54; Engenharias 0,95; Ciências Exatas e da Terra 0,98; Ciências Biológicas 1,04; Ciências Agrárias 1,13; Ciências da Saúde 1,23. Observa-se que as duas áreas com maior participação feminina foram as que apresentaram também as menores médias. Deve-se ressaltar, no entanto, que as grandes áreas possuem lógicas diferentes de produção, havendo uma tradição mais recorrente de trabalhos sem co-autoria nas Letras e Ciências Humanas, assim como menor financiamento para pesquisa.

Também nos diferentes balanços que são realizados acerca do perfil dos bolsistas PQ, considerando as mais diversas áreas do conhecimento, recorrentemente é destacado a desigual distribuição de bolsas entre as diferentes regiões do País. Esse processo se relaciona à concentração histórica de programas de pós-graduação na região sudeste do Brasil, assim como a existência de um maior volume de recursos disponível para pesquisa através das fundações locais de amparo à pesquisa. Programas de pós-graduação localizados em regiões com mais recursos para pesquisa tendem a encontrar melhores condições para realizar suas publicações, o que tende a reforçar as desigualdades regionais. Em nossa amostra encontramos o seguinte cenário: 57,6 % dos bolsistas são do Sudeste, 21,1 % do Sul, 15,8 % do Nordeste; 4 % do Centro-Oeste e 1,3 % do Norte.

Gráfico 3: Distribuição dos bolsistas PQ por região do Brasil



Fonte: Dados obtidos a partir da pesquisa (2020)

Ainda sobre as desigualdades regionais da ciência no Brasil, dentro dessas regiões temos os seguintes estados com as maiores concentrações de bolsistas: São Paulo (SP) com 31,8 %; Rio de Janeiro (RJ) com 15,5 %; Rio Grande do Sul (RS) com 12 %; Minas Gerais (MG) com 10 %; e Paraná (PR) com 6,5 %.

Examinando especificamente esses estados, encontramos o seguinte cenário em relação à distribuição de homens e mulheres entre seus bolsistas PQ: em SP 60,7 % dos bolsistas são homens e 39,3 % são mulheres; no RJ, 59,1 % e 40,9 %; no RS, 61,1 % e 38,9 %; em MG, 68,3 % e 31,7 %; no PR, 61,5 % e 38,5 %, respectivamente. Isso significa que também nos estados com maior número de bolsistas encontramos um cenário semelhante ao resto do País, em termos de desigualdades de distribuição das bolsas PQ entre homens e mulheres.

Considerando-se a distribuição dos pesquisadores por notas dos programas de pós-graduação (numa escala de 3 a 7⁶), temos o seguinte cenário: 26,8 % em programas nota 4; 26 % em programas nota 5; 21,1 % em programas nota 7; 18,6 % em programas nota 6 e; 3,3 % em programas nota 3. É interessante perceber que, apesar de a maior parte dos programas de pós-graduação no Brasil serem de notas 3 (1478) e 4 (1530), e serem minoria os programas de notas 6 (307) e 7 (185), observa-se que, proporcionalmente, ocorre uma maior concentração de bolsistas nesses dois níveis mais elevados, reforçando a dificuldade de os programas de nota baixa ascenderem, posto que ter bolsistas PQ no corpo docente favorece também a avaliação dos programas. Entre os bolsistas PQ vinculados aos programas com notas mais altas, temos o seguinte cenário: 62,2 % dos bolsistas PQ vinculados a programas nota 7 são homens, ao passo que 37,8 % são mulheres. Esses números passam, respectivamente, para 66 % e 33 % nos programas nota 6; 62,8 % e 37,2 % nos programas nota 5; 60,2 % e 39,8 % nos programas nota 4 e; 80 % e 20 % nos programas nota 3. Como podemos observar, os homens constituem a maioria dos bolsistas PQ nos programas situados nas diferentes faixas de classificação em termos de notas.

Chama a atenção também o fato de que, apesar de a grande maioria dos bolsistas PQ serem professores de Instituições de Ensino Superior Públicas (91,5 %), e apenas uma pequena minoria estar vinculada às instituições privadas e ao terceiro setor (9,5 %), há diferenças também entre homens e mulheres nesse quesito. Entre as mulheres, 88,2 % são professoras em IES públicas, índice que sobe para 93,4 %, o que tende a apontar para o fato de que entre os bolsistas PQ homens são mais recorrentes vínculos empregatícios mais estáveis no ensino superior.

6 No Brasil, a CAPES avalia os programas de pós-graduação em uma escala que vai de 0 a 7. Podem funcionar com cursos de mestrado apenas os programas avaliados a partir da nota 3. Somente programas com nota igual ou superior a 4 podem se candidatar a oferta recursos de doutoramento.

A relação entre as desigualdades de gênero e o trabalho acadêmico também podem ser inferidas através do dado referente ao tempo de conclusão do doutorado. De acordo com nossa análise, existe diferença estatisticamente significativa entre bolsistas PQ homens e mulheres a respeito do tempo que levaram para concluir o curso de doutorado (Teste T, $p=0,00$). Em média, as mulheres demoraram 4,3 anos para concluir o doutorado, e os homens 3,8 anos.

É importante dizer, no entanto, que, ao aplicarmos o teste T, encontramos uma média de produtividade, de acordo com o índice de produtividade criado, igual a 0,93 entre homens e 0,90 entre mulheres, sem sig ($p=0,28$). Sendo assim, não existe diferença estatisticamente significativa entre as médias de produção de homens e mulheres. O mesmo pode ser dito com relação à produção de artigos qualificados no qualis superior pela área na qual os pesquisadores são vinculados. Ao aplicarmos o teste T, encontramos uma média de publicação em qualis superior entre homens de 0,92 e entre mulheres de 0,87, sem sig ($p=0,22$). Assim sendo, não existe diferença estatisticamente significativa entre as médias de publicação em revistas de qualis superior no Webqualis da CAPES.

Coadunando com uma série de análises já realizadas em torno da relação entre gênero e atividade acadêmica, observamos no Brasil uma predominância masculina nas diversas áreas do conhecimento, regiões e notas de programas. Todavia, também vale destacar que os níveis mais elevados de bolsas PQ, assim como as áreas que contam com um maior número de bolsistas, são áreas com uma composição ainda maior de homens. Podemos inferir, portanto, que a sub-representação das mulheres em áreas que recebem mais bolsas PQ tende a reforçar essa desigual distribuição dos recursos do CNPq.

Ao analisarmos especificamente a distribuição de homens e mulheres entre os bolsistas nível 1A e SR, observamos que são nesses níveis que encontramos proporcionalmente menos mulheres, e também é nesses níveis que a dimensão quantitativa da produção acadêmica apresenta um peso mais significativo. Segundo as normas do CNPq, esses níveis são reservados para as lideranças acadêmicas em seus respectivos campos. As discrepâncias de gênero apontam para a presença de um conjunto de obstáculos ao longo da trajetória feminina que dificulta que elas cheguem ao topo do reconhecimento acadêmico. Estes obstáculos são materializados por meio de uma sucessão de dificuldades respaldadas por práticas sociais pouco explícitas com as quais as mulheres precisam lidar (Barros e Silva, 2019). Poderíamos inferir que tais questões encontram-se mais explicitadas nos níveis mais altos da hierarquia dos bolsistas PQ. Neste sentido, são interessantes as questões trazidas por Lima (2013), ao analisar as trajetórias das pesquisas no campo da física, de modo que a autora chama a atenção para algumas questões que surgiram em sua pesquisa e que, apesar das particularidades do campo acadêmico da física, poderiam ser encontradas também em outros campos:

(...) o entendimento isolado de suas trajetórias profissionais (obstáculos e superações); o relato de terem suas habilidades e competências postas à prova ao ocuparem determinadas posições na carreira; a dificuldade em conciliar maternidade e família; a pressão do meio em adequar seu comportamento à cultura androcêntrica, que define critérios para atuação e ascensão na carreira com referência ao padrão masculino hegemônico; e o relato de discriminações implícitas e estruturais. No entanto, também destaca-se que alguns obstáculos são específicos do meio acadêmico e, mais propriamente, da área da física. O discurso meritocrático, ainda que presente em outros ambientes profissionais, é central no meio acadêmico. (Lima, 2013: 898)

Se compararmos com levantamentos semelhantes realizados anteriormente, como aquele feito por Guedes, Azevedo e Ferreira (2015), observamos a consolidação de algumas tendências. As Ciências Humanas, apesar de serem uma das grandes áreas com maior presença de mulheres, apresentam em nossa amostra mais pesquisadores, o que pode indicar uma tendência de aumento da presença masculina em campos historicamente ocupados por mulheres. Ademais, devem-se considerar ainda as hierarquias existentes dentro das próprias áreas. Leite e Rocha Neto (2017), por exemplo, ao analisarem o perfil dos bolsistas PQ em educação, apontam para uma predominância massiva de pesquisadoras nesse quadro; porém, indicam também que essa presença diminui nos níveis mais elevados.

Chama a atenção o fato de que, apesar de as mulheres terem demorado mais anos para realizarem seus doutorados (com diferença estatisticamente significativa), o que pode se relacionar principalmente à divisão assimétrica do trabalho doméstico, sobretudo nas gerações mais velhas de pesquisadoras (Barros e Silva, 2019), não houve diferença estatisticamente significativa em termos de produção acadêmica, incluindo no qualis superior da área de avaliação dos pesquisadores. Isso pode significar que essas pesquisadoras encontraram condições mais adversas para a consolidação de suas carreiras acadêmicas durante seu processo formativo, sendo paulatinamente superadas, ainda que não completamente. Esse dado tende a confluir com as análises que enfatizam o bom desempenho das mulheres nas carreiras universitárias (Marrero, 2006).

Conclusão

Considerando-se o papel que a distribuição das bolsas PQ desempenha no estabelecimento de hierarquias no campo acadêmico brasileiro, sendo um dos principais signos do reconhecimento da comunidade de pares, a análise de sua dinâmica e distribuição entre homens e mulheres constitui um dos mais

relevantes esforços para a compreensão das desigualdades de gênero neste campo. Observando-se os dados coletados, torna-se evidente que, para além das normas oficiais, o campo se estrutura também a partir de normas socialmente implícitas que em muitos casos implicam no aprofundamento das desigualdades.

Os dados que apresentamos apontam para essa sub-representação das mulheres nos diferentes cenários de distribuição das bolsas PQ (nível da bolsa, grande área científica, região do Brasil, notas dos programas de pós-graduação aos quais os PQ estão vinculados). Existe uma melhor participação feminina justamente naqueles programas com menos bolsas e com menor produção acadêmica. Isso pode ser interpretado como uma estrutura que reforça a exclusão das mulheres de áreas que obtêm mais recursos para pesquisa e divulgação científicas, especialmente ante um novo cenário que vem se desenhando no CNPq de delimitação de áreas prioritárias.

A menor presença de mulheres nos níveis mais elevados das bolsas PQ (1A e SR) pode apontar tanto para um reforço das hierarquias de gênero na academia, como para uma mudança geracional em curso. Um acompanhamento longitudinal desses agentes poderia dar pistas sobre o tempo necessário para homens e mulheres passarem de PQ2 (nível inicial) para PQ1. Como já assinalado, o nível 1 da bolsa de produtividade implica no acesso não apenas a bens materiais (a taxa de bancada que acompanha a bolsa, além de acesso a editais específicos de financiamento), como também a bens simbólicos, como a possibilidade de compor os comitês de assessoramento do CNPq.

Os obstáculos observados nesta investigação podem ser inferidos a partir do maior tempo para a realização do doutorado e da menor proporção de pesquisadoras vinculadas a IES públicas, bem como da não existência de diferença estatisticamente significativa na produção de homens e mulheres, incluindo-se a publicação de artigos no qualis superior. Este cenário indica também a existência de condições relativamente favoráveis para a consolidação das carreiras dessas pesquisadoras a médio prazo. A maior inserção em áreas como Letras e Ciências Humanas também deve ser considerada nesse processo, uma vez que são áreas com acesso a menores financiamentos e com uma lógica de produção mais autoral, sendo menos recorrente a produção acadêmica em co-autoria ou em equipes.

É necessário dizer que esse estudo traz como contributo para futuras investigações sobre gênero e ciência a crítica de que existe uma lógica de reprodução das desigualdades de gênero que é estudada na academia, mas que precisa sair de si, sair dos intramuros acadêmicos, sair do plano da reflexão para a ação, posto que demonstramos, assim como outros estudos o fazem, que as desigualdades de gênero estudadas pela academia também se dão dentro desta. Nossa investigação pode suscitar questões importantes a serem analisadas por trabalhos futuros, considerando outros marcadores como geração e raça, ou ainda o cruzamento de outros dados que parecem ter um peso importante na

determinação da carreira investigativa. Afinal, quão mais provável é para um pesquisador homem localizado na região sudeste do Brasil se tornar bolsista PQ em relação a uma pesquisadora mulher localizada na região norte, por exemplo? Esta questão fica em aberto, devendo ser respondida por investigações futuras.

Referências bibliográficas

- BARBOSA, Maria Ligia (2015), “Destinos, escolhas e a democratização do Ensino Superior”, *Política & Sociedade*, 14 (31), 256-282.
- BARBOSA, Maria Ligia (2014), *Ensino Superior: Expansão e Democratização*, Rio de Janeiro, Editora 7 Letras.
- BARBOSA, Maria Ligia, GANDIN, Luís A. (2020), “Sociologia da educação brasileira: diversidade e qualidade”, *Revista Brasileira de Informações Bibliográficas em Ciências Sociais – BIB*, (91), 1-38.
- BARROS, Suzane C. V., SILVA, Luciana M. C. (2019), “Desenvolvimento na carreira de bolsistas produtividade: uma análise de gênero”, *Arquivos Brasileiros de Psicologia*, 71 (2), 68-83.
- CONSELHO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO CIENTÍFICO E TECNOLÓGICO (2015), *Bolsas Individuais no País*, RN 028/2015. Disponível em: cnpq.br/web/guest/view/-/journal_content/56_INSTANCE_0oED/10157/2958271. Acesso em 12 de agosto de 2020.
- FERREIRA, Márcia Ondina Vieira, CORONEL, Márcia Cristiane V. K. (2017), “Sobre a legitimação do campo do gênero na ANPEd”, *Educação e Pesquisa*, 43 (3), 815-832.
- FREITAS, Lucas B., LUZ, Nanci S. (2017), “Gênero, Ciência e Tecnologia: estado da arte a partir de periódicos de gênero”, *Cadernos Pagu*, (49), 1-26.
- GROSSI, Márcia G. R., BORJA, Shirley D. B., LOPES, Aline M., ANDALÉCIO, Aleixina M. L. (2016), “As mulheres praticando ciência no Brasil”, *Revista Estudos Feministas*, 24 (1), 11-30.
- GUEDES, Moema C., AZEVEDO, Nara, FERREIRA, Luiz O. (2015), “A produtividade científica tem sexo? Um estudo sobre bolsistas de produtividade do CNPq”, *Cadernos Pagu*, (45), 367-399.
- LEITE, Anderson Cleiton Fernandes, ROCHA NETO, Ivan (2017), “Perfil dos bolsistas de produtividade em pesquisa do CNPq em Educação”, *Revista Brasileira de Ensino Superior*, 3 (4), 97-112.
- LIMA, Betina S. (2013), “O labirinto de cristal: As trajetórias das cientistas na Física”, *Revista Estudos Feministas*, 21 (3), 883-903.
- LIMA, Betina S., COSTA, Maria C. (2016), “Gênero, ciências e tecnologias: caminhos percorridos e novos desafios”, *Cadernos Pagu*, (48), 120-158.
- LOPES, Maria Margaret (1998), “‘Aventureiras’ nas ciências: Refletindo sobre gênero e história das ciências naturais no Brasil”, *Cadernos Pagu*, (10), 345-368.
- MARRERO, Adriana (2006), “El asalto femenino a la universidad: un caso para la discusión de los efectos reproductivos del sistema educativo en relación al género”, *Revista Argentina de Sociología*, 4 (7), 47-69.
- MARTINS, Carlos Benedito (2018), “As origens da pós-graduação nacional”, *Revista Brasileira de Sociologia*, 6 (13), 9-26.

- NEVES, Clarissa Eckert Baeta, RAIZER, Leandro; FACHINETTO, Rochele Fellini (2007), “Acesso, expansão e equidade na educação superior: novos desafios para a política educacional brasileira”, *Sociologias*, (17), 124-157.
- OGBOGU, Christiana O. (2011), “Gender Inequality in Academia: evidences from Nigeria”, *Contemporary Issues in Education Research*, 4 (9), 1-8.
- OLIVEIRA, Amurabi, SILVA, Camila Ferreira (2020), “The Sociology of Education in Brazil Today”, *RASE – Revista de Sociología de la Educación*, 13 (1), 39-54.
- OLSEN, Deborah, MAPLE, Sue, STAGE, Frances (1995), “Women and minority faculty job satisfaction”, *Higher Education*, 66 (3), 267-292.
- POOLE, Millicent, BORNHOLT, Laurel, SUMMERS, Fiona (1997), “An international study of the gendered nature of academic work: Some cross-cultural explorations”, *Higher Education*, 34 (3), 373-396.
- PROBERT, Belinda (2005), “‘I just couldn’t fit it in’: Gender and unequal outcomes in academic careers”, *Gender, Work and Organization*, 12 (1), 50-72.
- SARSONS, Heather (2017), “Recognition for Group Work: Gender Differences in Academia”, *American Economic Review*, 107 (5), 141-45.
- SCHWARTZMAN, Simon (1979), *Formação da Comunidade Científica no Brasil*, Rio de Janeiro e São Paulo, FINEP e Companhia Editora Nacional.
- TOREN, Nina (1993), “The temporal dimension of gender inequality in academia”, *Higher Education*, (25), 439-455.
- WEINER, Jacques, VIEIRA, Paulo (2013), Avaliação de bolsas de produtividade em pesquisa do CNPq e medidas bibliométricas: correlações para todas as grandes áreas, *Perspectivas em Ciência da Informação*, 18 (2), 60-78.
- WEISSHAAR, Katherine (2017), “Publish and Perish? An Assessment of Gender Gaps in Promotion to Tenure in Academia”, *Social Forces*, 96 (2), 529–560.

- Receção: 12-08-2020

- Aprovação: 08-03-2021

Ascensão do “agronegócio” e crise da democracia no Brasil

LUIZ FELIPE FERRARI CERQUEIRA DE FARIAS*
Universidade de São Paulo (USP)

Resumo

Ao longo deste artigo buscaremos apresentar o “agronegócio” no Brasil como expressão de um curto-circuito no processo de modernização social neste país, onde elevados padrões de produtividade exigidos por cadeias produtivas internacionais de *commodities* perpetuam e mesclam-se de modo indissociável a traços mais violentos de nosso passado histórico colonial e escravista. Sustentaremos a hipótese de que a consolidação do complexo de relações econômicas e políticas chamado de “agronegócio” esteve na base da atual crise política neste país, codeterminando a queda dos governos de centro-esquerda vinculados ao Partido dos Trabalhadores e o ascenso de forças políticas autoritárias com a eleição de Jair Bolsonaro à presidência da República em 2018.

Palavras-chave: agronegócio, reforma agrária, democracia, autoritarismo.

Abstract

The rise of “agribusiness” and the democracy crisis in Brazil

In this article we will present the Brazilian “agribusiness” as an expression of a short circuit in the process of social modernisation in this country, where the high standards of productivity required by international commodities production chains inseparably perpetuate and blend in with the most violent traits of our colonial past. We will support the hypothesis that the consolidation of the economic and political relations called “agribusiness” was at the base of the current political crisis in Brazil, co-determining the fall of the centre-left governments linked to the Workers’ Party and the rise of authoritarian forces with the election of Jair Bolsonaro to the presidency in 2018.

Keywords: agribusiness, agrarian reform, democracy, authoritarianism.

Resumé***Montée de « l'agrobusiness » et crise de la démocratie au Brésil***

Dans cet article, nous présenterons « l'agrobusiness » brésilien comme l'expression d'un court-circuit dans le processus de modernisation sociale de ce pays où les normes de productivité exigées par les chaînes internationales de commodities perpétuent et se mélangent inextricablement aux traits les plus violents de notre passé historique colonial et esclavagiste. Nous soutiendrons l'hypothèse que la consolidation des relations économiques et politiques dites d'« agrobusiness » a été à la base de la crise politique actuelle dans ce pays, co-déterminant la chute des gouvernements de centre-gauche liés au Parti des Travailleurs et la montée des forces autoritaires après l'élection de Jair Bolsonaro à la présidence de la République en 2018.

Mots-clés: agrobusiness, réforme foncière, démocratie, autoritarisme.

Introdução

A perspectiva político-metodológica que orienta este artigo propõe-se inspirada no marxismo de Henri Lefebvre, especificamente em sua leitura acerca da articulação de contradições sociais de diferentes tempos históricos em uma mesma formação econômico-social. Recuperando as elaborações de Lênin acerca desta noção estabelecida inicialmente por Marx, Lefebvre afirma que o desenvolvimento histórico da acumulação capitalista não avança uniformemente como na abstração (científica, porém incompleta) presente em “*O Capital*” (Lefebvre, 2013: 359). Se em alguns países e regiões o capitalismo foi em grande medida capaz de fazer tábula rasa daquilo que o precedeu, em países periféricos, especialmente, a expansão das relações capitalistas de produção não destruiu relações sociais antecedentes, antes as conservou e subordinou a sua dinâmica. Segue-se daí, portanto, que formações econômico-sociais com diferentes trajetórias são compostas de distintas sedimentações de dilemas históricos sucessivos, mantidos sem solução no interior da ordem burguesa capitalista. Esta perspectiva metodológica destaca o caráter multiforme de tensões sociais ocultas sob a aparente homogeneidade e linearidade do crescimento econômico e do progresso tecnológico.

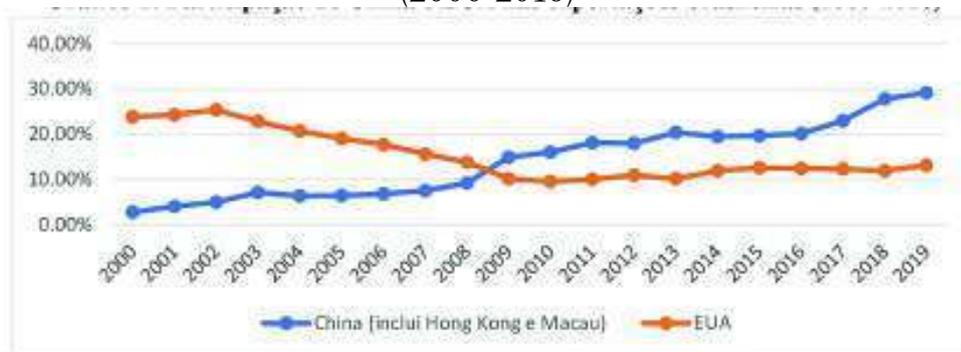
Especial mas não somente em países periféricos como o Brasil, o bloco histórico entre burguesia e aristocracia fundiária transformou ao longo do século XX a apropriação da renda da terra em um dos principais fundamentos para a formação do capital industrial. Isso significa que a generalização do mercado de trabalho livre assalariado foi acompanhada da reprodução de relações de produção e da intensificação de conflitos sociais envolvendo famílias de trabalhadores rurais com acesso parcial e precário à terra. O chamado “agronegócio” no Brasil corresponde deste modo a um complexo de relações sociais que mesclam de maneira indissociável elevados padrões de produtividade exigidos

por modernas cadeias produtivas transnacionais aos violentos conflitos envolvendo a posse e a propriedade da terra, principalmente em regiões de fronteira agrícola. Dentro deste contexto, veremos que a resiliência da estrutura fundiária ultraconcentrada e da violência impune contra trabalhadores rurais ao longo das últimas quatro décadas teve como consequência uma identidade nacional continuamente abortada, frustrando parcela importante das perspectivas de transformação social inauguradas com a “Nova República”.

1. Consolidação da economia e da sociedade do “agronegócio” no Brasil

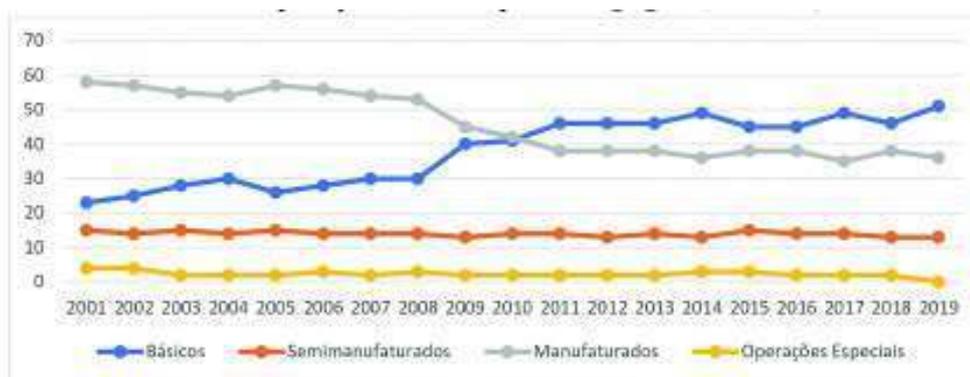
A década de 2000 foi marcada por uma elevação geral do preço das commodities agrícolas e agro processadas no mercado mundial e pela emergência dos chamados “biocombustíveis” ou “combustíveis verdes” enquanto pauta global do capital. A perspectiva de escassez de combustíveis fósseis, somada à instabilidade de seu mercado, estimulou a busca de fontes de energia a partir de produtos vegetais com fortes impactos sobre a distribuição de lavouras e sobre as correlações de forças no campo brasileiro. Paralelamente, investimentos especulativos em preços agrícolas e os processos de industrialização e urbanização acelerado da China e Índia abriram um cenário favorável no mercado internacional às burguesias agrária e agroindustrial de países como o Brasil. Em uma transformação geopolítica de consequências ainda imprevisíveis, a parcela dirigida à China (incluindo Hong Kong e Macau) de todas as exportações brasileiras aumentou de 2,8% em 2000 para 27,9% em 2018, enquanto a participação dos EUA dentro deste conjunto caiu de 23,9% para 12% no mesmo período, conforme mostra o gráfico 1 abaixo. Este incremento das relações comerciais com a China levou a um aumento da exportação brasileira de produtos básicos como minério de ferro e soja em grãos e ao aumento de importações, especialmente de produtos manufaturados, provocando o enfraquecimento de determinadas cadeias produtivas industriais nacionais enquanto se fortaleciam cadeias produtivas ligadas às *commodities* minerais e agrícolas, como indica o gráfico 2. Ambos os gráficos foram elaborados com base nos dados do Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços.

Gráfico 1: Participação de China e EUA nas exportações brasileiras (2000-2018)



(Fonte: Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços)

Gráfico 2: Exportações brasileiras por fator agregado (2000-2018)



(Fonte: Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços)

Especificamente, o complexo soja no Brasil alcançou um desempenho econômico excepcional ao longo das últimas décadas, tornando-se um dos mais importantes sustentáculos do atual padrão de articulação do país com o mercado internacional. Segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), entre 2000 e 2018, a produção brasileira de soja saltou de 32,8 milhões de toneladas em 13,7 milhões de hectares para 117,9 milhões de toneladas em 34,8 milhões de hectares. Principal produtor brasileiro do grão no país hoje, o estado do Mato Grosso viu sua safra saltar de 8,8 milhões de toneladas em 2,9 milhões de hectares no ano 2000 para 31,6 milhões de toneladas em 9,4 milhões de hectares em 2018. Durante este período, a soja e seus derivados consolidaram-se dentre os principais produtos da pauta de exportações brasileira: segundo as séries históricas do Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços, as exportações brasileiras de soja em grãos, farelo e óleo

saltaram de US\$ 4,2 bilhões, ou 7,5% das exportações totais do país, em 2000 para US\$40,7 bilhões, ou 17% das exportações totais do país, em 2018.

Este desempenho permitiu às burguesias agrária e agroindustrial reforçar sua posição dentre as frações da classe dominante que compõem o bloco no poder no Brasil. Acelerou-se neste período a construção de um “moderno” arco de relações que se estende desde conglomerados financeiros até instituições acadêmicas, responsável por apresentar o “agronegócio” como a melhor oportunidade de articulação do país com a economia internacional, por remover quaisquer obstáculos à expansão do mercado fundiário e de *commodities* e por multiplicar os canais de pressão e barganha no interior do Estado. Tomando-se a média do triênio 1999-2001 como referência, entre 2001 e 2010 o crédito rural concedido no Brasil cresceu 148% (9,5% ao ano), composto por recursos públicos em 2/3 do total. Subvenções financeiras inscritas no crédito rural totalizaram entre 2000 e 2010 cerca de R\$86,6 bilhões de reais (a preços de 2010), cerca de R\$7,9 bilhões de reais anuais médios, distribuídos em subvenções de juros, subvenções da política de preços e subvenções para a rolagem da dívida agrária (Delgado, 2012: 103-104).

Ponta de lança neste processo, a assim chamada “bancada ruralista” dedica-se a articular em favor do “agronegócio” diversas modalidades de políticas públicas no campo brasileiro: distribuição desigual de crédito rural favorável a grandes produções, renegociação periódica das dívidas agrícolas, incentivos fiscais à conformação de distritos agroindustriais, construção de eixos modais de escoamento de produtos agropecuários destinados à exportação, etc. (Heredia, Palmeira e Leite, 2010: 166). Apesar de sua retórica modernizante, a bancada ruralista segue baseada na tríade *relações de parentesco/ cargos públicos eletivos ou não/patrimônio fundiário*, marca do atraso continuamente modernizado que perpetua oligarquias no interior do Congresso Nacional. Em pesquisa acerca dos membros desta bancada entre 1994 e 2010, foram identificados 408 982 hectares em nome de deputados ruralistas e outros 434 319 hectares em nome de empresas declaradas por deputados ruralistas, de acordo com dados do cadastro do Incra. Segundo Sandra Costa, cerca de 42,38% da área em nome de deputados ruralistas e 62,25% da área em nome de suas empresas correspondiam a grandes propriedades improdutivas (Costa, 2012: 234-237). A autora destaca ainda como característica marcante na ação política ruralista a projeção de familiares a cargos eletivos municipais, estaduais e federais: levantamento de 08/2017 da Revista *Congresso em Foco* revelou que pelo menos 319 deputados (62%) e 59 senadores (73%) da legislatura em vigência tinham laços de sangue com outros representantes políticos, destacando a relevância das relações de parentesco para a perpetuação do poder econômico e político no Brasil.

2. Ascensão e crise dos governos do Partido dos Trabalhadores

Neste contexto, os governos Lula entre 2003 e 2010 sacrificaram em escala crescente o compromisso histórico do Partido dos Trabalhadores com a reforma agrária. No início do primeiro mandato de Lula foi elaborado o II Plano Nacional de Reforma Agrária, cujas metas incluíam para o quadriênio 2003-2006: assentamento de 400 mil famílias, regularização fundiária de 500 mil posses e venda de terras para outras 150 mil famílias através do Programa Nacional de Crédito Fundiário (anterior Banco da Terra). No segundo mandato de Lula foi explicitamente abandonado qualquer projeto de democratização do acesso à terra no país, na medida em que não foi elaborado um novo Plano Nacional de Reforma Agrária para o período e o número de famílias assentadas caiu dramática e continuamente entre 2007 e 2010. Implementou-se em realidade uma aberta contra-reforma agrária, uma vez que a política fundiária deste quadriênio foi pautada por uma ampla legalização da grilagem de terras públicas na Amazônia Legal: as Medidas Provisórias 422 (Lei n.º 11.763 de 01/08/2008) e 458 (Lei n.º 11.952 de 25/06/2009) estabeleceram o programa Terra Legal e possibilitaram a regularização fundiária de ocupações de terras públicas na Amazônia Legal com até 15 módulos fiscais (isto é, até o máximo de 1500 hectares). Estabelecimentos com até 4 módulos fiscais ocupavam menos de 11,5% da área passível de regularização, enquanto estabelecimentos acima deste patamar ocupavam 88,5% da área regularizável (Théry, Mello, Hato e Girardi, 2012: 47).

Ao longo deste período esvaiu-se em grande medida a relevância política que o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) havia conquistado ao longo da década de 1990. Por um lado, houve um decréscimo do número de ocupações de terra realizadas e de famílias sem terra acampadas no Brasil a partir de 2005 como resultado da redução da taxa de desemprego, da valorização do salário mínimo e da ampliação de políticas públicas de transferência de renda, que levaram a uma diminuição do apelo da reforma agrária dentre a base social mobilizada pelo MST. Por outro lado, houve uma opção política deste movimento pela manutenção da defesa de governos de centro-esquerda do Partido dos Trabalhadores que assentaram um número cada vez menor de famílias sem terra, mas ampliaram significativamente programas públicos para a agricultura familiar como o Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária – *Pronera* (conjunto de projetos educacionais especificamente voltados para assentados e acampados), Programa de Aquisição de Alimentos – PAA (aquisição de produtos da agricultura familiar para o atendimento de populações em situação de insegurança alimentar) e Programa Nacional de Alimentação Escolar – PNAE (utilização de ao menos 30% dos recursos da alimentação escolar pública na compra de produtos da agricultura familiar e dos assentamentos da reforma agrária). Soma-se a este quadro o fato

de que o governo Lula não revogou, mas recuou na aplicação dos decretos e portarias baixados por Fernando Henrique Cardoso que haviam aprofundado a criminalização dos movimentos de luta pela terra ao final da década de 1990.

Em seu 6.º Congresso realizado em 2014, o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra buscou enfrentar contradições de sua aliança com o governo federal através da perspectiva de construção da “reforma agrária popular” em contraponto à “reforma agrária clássica”. Segundo esta proposta, o capitalismo mundial entre as décadas de 1980 e 1990 teria entrado em uma nova fase caracterizada pela hegemonia do capital financeiro que no Brasil teria levado ao aprofundamento do modelo do “agronegócio” e à inviabilização da realização de uma “reforma agrária clássica”, baseada em uma aliança com aqueles setores mais progressistas da burguesia industrial para superar relações sociais atrasadas no campo e promover um desenvolvimento capitalista nacional relativamente autônomo. Em contraponto, a “reforma agrária popular” se basearia em uma aliança dos trabalhadores do campo e da cidade a partir de um projeto de desenvolvimento agroecológico para além dos limites do capitalismo, em um embate contra o latifúndio e contra o domínio do capital financeiro e de empresas transnacionais sobre o campo. Segundo esta leitura, a realização da “reforma agrária popular” teria como desafio central o acúmulo de forças dentre as massas trabalhadoras com vistas a democratizar o Estado, seja por meio da difusão no interior da sociedade civil dos projetos de reformas (com especial destaque à reforma agrária), seja por meio da eleição de mais representantes políticos comprometidos com esta concepção de desenvolvimento social e econômico. Nesse sentido, apesar da retórica radical da “nova concepção de reforma agrária”, seu encaminhamento político não fez mais que reafirmar o caráter subsidiário do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra aos projetos eleitorais do Partido dos Trabalhadores.

Ao longo da década de 2010, o MST realizou um esforço crescente em ocupar nichos de mercado especialmente de alimentos orgânicos, tanto diretamente por meio das feiras da reforma agrária realizadas em diversas cidades do país, quanto indiretamente por meio de parcerias entre o movimento e empresas do “agronegócio”. Como exemplo, a compra anunciada durante a *Rio+20* em junho de 2012 de 15 milhões de toneladas de arroz orgânico da Cooperativa de Produção Agropecuária Nova Santa Rita (RS) pelo Grupo Pão de Açúcar foi a maior transação já realizada entre o movimento e uma cadeia de supermercados, intermediada pelo programa Brasil Sem Miséria do governo federal (Correa, 2018: 93). No mesmo contexto, destaca-se também o lançamento de um fundo de investimentos no primeiro semestre de 2020 batizado de Finapop (Financiamento Popular), gerenciado em parceria entre cooperativas do MST e uma corretora de investimentos para possibilitar que pequenos investidores coloquem seu dinheiro em projetos sustentáveis da agricultura familiar em troca de um retorno pré-fixado pouco acima da

valorização da poupança. Segundo reportagem do site do MST, a primeira cooperativa a ser financiada com um aporte de R\$ 1 milhão será justamente a Cooppan (Cooperativa de Produção Agropecuária Nova Santa Rita – RS), considerada a maior produtora de arroz orgânico da América Latina, que também conta com sua criação própria e abatedouro de carne suína e leite. Em clara expressão de desencontro entre as elaborações ideológicas e a prática concreta de um movimento social, a despeito de sua retórica aparentemente radical, a assim chamada “reforma agrária popular” vem se caracterizando pelo crescente abandono da tática de ocupações de terra e por esforços de convivência pacífica com o “agronegócio”. Atendendo a demandas das famílias assentadas vinculadas ao movimento e pressionado pela restrição de desapropriações para fins de reforma agrária ao longo da década de 2010, o MST tende cada vez mais claramente ao abandono de perspectivas de transformação radical das relações que historicamente caracterizaram a sociedade e o campo brasileiros. A trajetória do MST simboliza assim o estreitamento de horizontes da reforma agrária, considerada originalmente questão estratégica do processo de redemocratização do país e reduzida hoje à gestão da subalternidade da agricultura familiar face ao “agronegócio”.

O *impeachment* da presidente Dilma Rousseff concluído em 08/2016 representou o coroamento da dialética que marcou os governos federais a partir de 2003, caracterizada pelo acúmulo de forças daqueles setores historicamente contrários ao Partido dos Trabalhadores e pelo enfraquecimento de movimentos populares que haviam atuado como esteio às conquistas eleitorais deste partido ao longo das últimas décadas. Entre 2010 e 2015 o número de assentamentos criados no Brasil diminuiu significativamente em comparação com o primeiro e o segundo governos Lula, equiparando os governos Dilma Rousseff apenas aos governos Fernando Collor/Itamar Franco quanto à reforma agrária. A nova queda a partir de 2010 no número de ocupações de terra foi causa e consequência deste retrocesso, levando ao paroxismo as contradições de movimentos de luta pela reforma agrária em apoio a um governo que se recusava explicitamente a aprofundá-la. Paralelamente, setores vinculados à grande propriedade fundiária e ao “agronegócio” aumentaram a capacidade de impor sua pauta à sociedade como um todo, com especial destaque para a aprovação do Novo Código Florestal (Lei n.º 12.651 de 25/05/2012). Apesar da continuidade de uma política agrária marcadamente conservadora e de uma política agrícola amplamente favorável ao “agronegócio”, as principais entidades do setor, com exceções pontuais, apoiaram o impedimento da presidente Dilma Rousseff, na medida em que a chamada “bancada ruralista” garantiu 87 dos seus 92 votos em favor do *impeachment* (Lerrer, 2018: 96). Dentre as articulações políticas que tornaram isso possível, Lauro Mattei relata uma reunião ocorrida no dia 27/04/2016 entre a Frente Parlamentar da Agropecuária e Michel Temer em que teriam sido apresentadas as pautas do “agronegócio” pós-*impeachment*,

com especial destaque para a extinção do Ministério do Desenvolvimento Agrário criado em 1999 e historicamente vinculado à defesa e promoção das políticas de reforma agrária (Mattei, 2016: 14). Coerentemente, dentre as primeiras ações do governo interino de Michel Temer no meio rural, destacam-se a extinção deste Ministério e a atribuição de suas funções para um secretariado no novo Ministério do Desenvolvimento Social e Agrário, que seria extinto pelo futuro presidente eleito e sucedido pelo Ministério da Cidadania. O tenso balanço de forças que se materializara sob os governos Lula e Dilma e que se movera gradual e continuamente em desfavor dos movimentos sociais de luta pela terra culminou enfim em um novo contexto de deslegitimação radical de qualquer debate acerca da questão agrária no Brasil como problema econômico e político ainda vigente.

3. Ascensão do governo Bolsonaro

Nas eleições presidenciais de 2018 os principais setores do “agronegócio” aproximaram-se da candidatura de extrema-direita de Jair Bolsonaro, que significativamente alcançou seus melhores resultados nas regiões Sul e Centro Oeste. Segundo dados do Tribunal Superior Eleitoral, no primeiro turno Jair Bolsonaro recebeu 46,03% dos votos em todo país, alcançando 56,8% no Paraná, 65,8% em Santa Catarina, 52,6% no Rio Grande do Sul, 58,3% no Distrito Federal, 60% em Mato Grosso, 57,2% em Goiás e 55% no Mato Grosso do Sul. No segundo turno Jair Bolsonaro recebeu 55,13% dos votos no país, obtendo 68,43% no Paraná, 75,9% em Santa Catarina, 63,2% no Rio Grande do Sul, 69,9% no Distrito Federal, 66,4% em Mato Grosso, 65,5% em Goiás e 65,2% no Mato Grosso do Sul. Dentre outras determinações, parece possível sustentar a hipótese de que inflexões político-culturais autoritárias representadas pela vitória de Jair Bolsonaro estão relacionadas ao fortalecimento de setores ligados à produção e comercialização de *commodities* agrícolas e agroprocessadas dentre frações da burguesia no bloco no poder. Evidências neste sentido durante os primeiros dois anos do governo Bolsonaro incluem a flexibilização pela Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa) do marco legal para avaliação de riscos à saúde vinculados a agrotóxicos; a flexibilização de regras para posse de armas em regiões rurais do país; o aumento excepcional de focos de fogo no arco do desmatamento na região amazônica, em especial no estado do Mato Grosso; o congelamento da reforma agrária e da demarcação de terras indígenas e quilombolas; a multiplicação de atos infralegais com objetivo de flexibilizar a legislação ambiental. Ademais, a Medida Provisória 910 de 2019 tentou promover a terceira flexibilização em dez anos das condições de regularização das terras públicas invadidas na Amazônia, estendendo a data-limite

de ocupações beneficiadas de 22/07/2008 para 05/05/2014 e ampliando de 4 para 15 módulos fiscais a dimensão dos imóveis cujos requisitos de regularização seriam declarados pelo próprio ocupante e isentos de vistoria prévia in loco. Com a medida, o governo Bolsonaro também se propunha conceder títulos definitivos de propriedade a pessoas que ainda não o detêm em assentamentos de reforma agrária, incorporando potencialmente ao crédito bancário e ao mercado de terras os lotes de cerca de 700 mil famílias sem titulação em 2019 segundo declaração do presidente do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra). Apesar da fragilidade crônica da oposição e do apoio da Frente Parlamentar Agropecuária, esta Medida Provisória não conseguiu ser aprovada em meio ao contínuo agravamento da crise política do governo Bolsonaro durante a pandemia de covid-19 no primeiro semestre de 2020.

O acirramento do desmatamento, sobretudo na região amazônica, durante os primeiros dois anos do governo de Jair Bolsonaro é de fato a evidência mais nítida do fortalecimento de frações das classes dominantes brasileiras tradicionalmente vinculadas à grande propriedade fundiária. Para que o Brasil se tornasse hoje uma espécie de plataforma de produção de *commodities* agrícolas para o mercado internacional, as modernas lavouras de cana de açúcar e de grãos avançaram ao longo das últimas décadas sobre aquelas áreas que haviam sido anteriormente desflorestadas para a formação de pasto para pecuária bovina. A expansão da lavoura de cana de açúcar na região Sudeste e o avanço da sojicultura na região Centro Oeste vêm pressionando o deslocamento do gado bovino em direção ao Norte, conseqüentemente contribuindo de maneira indireta para a ampliação do arco do desflorestamento na região amazônica. Uma demonstração estatística para este fenômeno foi oferecida pela primeira vez por artigo de 2011, segundo o qual no período entre 2003 e 2008 uma redução em 10% da expansão da soja sobre antigas áreas de pastos teria diminuído em até 40% o desmatamento nos 761 municípios da Amazônia Legal englobados no estudo (Arima *et al.*, 2011). Em particular no Norte mato-grossense e no Sul do Pará, reproduz-se sucessivamente uma pecuária de baixa produtividade a partir de ocupantes iniciais que desmatam, queimam a floresta, geralmente não investem na limpeza apropriada do solo e obtêm lucro prioritariamente através da venda da área para produtores mais capitalizados e com maior acesso à informação, que por sua vez estabelecem suas fazendas com produção em maior escala e mais intensiva em tecnologia (Arima *et al.*, 2005: 20). Dados da tabela 1 confirmam o impulso do rebanho bovino em direção à fronteira amazônica: no período entre 1990 e 2017 a região Norte aumentou sua participação no efetivo de gado bovino no país de 9,1% para 22,6%, enquanto o Sul diminuiu sua participação de 17,2% para 12,6% e o Sudeste de 24,7% para 17,5%.

Tabela 1: Efetivo de rebanho bovino por Grande Região no Brasil de 1990 a 2017

Regiões	1990	%	2000	%	2010	%	2017	%
Norte	13.316.950	9,1	24.517.612	14,4	42.100.695	20,1	48.471.454	22,6
Nordeste	26.190.283	17,8	22.566.644	13,3	28.762.119	13,7	27.736.607	12,9
Sudeste	36.323.168	24,7	36.851.997	21,7	38.251.950	18,3	37.529.834	17,5
Sul	25.325.979	17,2	26.297.970	15,5	27.866.349	13,3	27.033.684	12,6
Centro Oeste	45.945.934	31,2	59.641.301	35,1	72.559.996	34,6	74.128.217	34,5
Total	147.102.314	100	169.875.524	100	209.541.109	100	214.899.796	100

(IBGE - Pesquisa da Pecuária Municipal)

Neste contexto, há também evidências de tensões entre o governo Bolsonaro e sua base no “agronegócio”, inicialmente devido a pressões pontuais da equipe econômica ultraliberal para reduzir subsídios ao setor e devido a alinhamentos geopolíticos aos EUA capazes de ameaçar os mercados internacionais de algumas *commodities* brasileiras. Tais tensões elevaram-se com as declarações de membros do primeiro escalão do governo Bolsonaro e de seus familiares durante a pandemia de covid-19 no início de 2020, responsabilizando diretamente a China e seus interesses geopolíticos pela criação e propagação do novo vírus, que então paralisou de modo inédito parte da economia global. Como resposta imediata, o governo chinês ameaçou no início de abril de 2020 aumentar as importações de soja dos Estados Unidos e reduzir as compras do grão brasileiro. Ainda nesse contexto, a aceleração do desmatamento na floresta amazônica levou ao aumento da insatisfação de empresas do “agronegócio” vinculadas ao mercado europeu, principalmente após a ameaça em junho de 2020 de empresas de investimento europeias de desinvestir em produtores de carne, operadoras de grãos e títulos do governo no Brasil. Como reação, os frigoríficos e as *tradings* em operação no país começaram a advogar pela demissão do então ministro do Meio Ambiente Ricardo de Aquino Salles, defendido pelas demais forças ruralistas por sua flexibilização da legislação ambiental. Ruídos como estes são uma ilustração das cisões e dos limites das pretensões hegemônicas do chamado “agronegócio” dentro do bloco no poder no Brasil.

Nesse sentido, o fortalecimento político do chamado “agronegócio” e seu desempenho econômico acima da média nacional não parecem ser capazes de dar qualquer resposta estável à crise de hegemonia que vem corroendo a institucionalidade política no Brasil. Pelo contrário, a incapacidade do bolsonarismo de construir consenso entre as frações da classe dominante para o exercício da hegemonia sobre as classes subalternas parece apontar para um crescente protagonismo político das Forças Armadas no Brasil. Segundo o Painel Estatístico de Pessoal do Ministério da Economia, o número de militares da ativa do Exército, da Marinha e da Aeronáutica cedidos para cargos de confiança no Executivo Federal aumentou de 1137 em 01/1999 para 1925 em 01/2019, usualmente com atuação restrita a três órgãos: Ministério da Defesa, Vice-Presidência e Presidência da República (mais especificamente, o Gabinete de Segurança Institucional). Volvido apenas um ano e meio de gestão Bolsonaro, a participação de militares da ativa no governo federal aumentou 33%, para 2558, até 07/2020, com atuação diversificada em ao menos 18 órgãos dos Ministérios da Saúde, Economia, Família e Minas e Energia. Neste mesmo sentido, entre 01/2019 e 07/2020, o número de ministros que possuem origem militar aumentou de 7 para 10, dentre os 23 que compõem o governo Bolsonaro. Em uma espécie de eterno retorno, o processo de modernização da sociedade brasileira parece uma vez mais recorrer ao autoritarismo aberto e à tutela militar para garantir a permanente atualização de alguns dos traços de nosso passado colonial e escravista.

Segundo o Banco de Dados de Luta pela Terra (Dataluta), entre 1979 e 2016 tinham sido criados em todo o país 9444 assentamentos de reforma agrária, reunindo 1 127 078 famílias em 82 159 838 hectares; porém, ao longo de todo este período as políticas de reforma agrária mantiveram-se no interior dos estreitos limites estabelecidos pela subordinação da renda da terra ao capital, tanto por meio de superindenizações nos casos de desapropriações por interesse social, quanto por meio da compra e venda de propriedades financiada pelo Banco da Terra. Como resultado, a maior parte dos assentamentos foi criada em regiões com grande quantidade de terras públicas ou com terras privadas com menor valor de mercado: durante o período entre 1979 e 2016, a região Norte concentrou 44,8% das famílias assentadas e 74,6% da área dos assentamentos de reforma agrária (Dataluta, 2017). Milhares de famílias encontraram nesses locais condições de vida e trabalho mais dignas que aquelas disponíveis em periferias de pequenos, médios e grandes centros urbanos, mas parte dos beneficiários do programa de reforma agrária abandonou seus lotes por diversos motivos: dificuldades de transporte e acesso a escolas e hospitais; falta de apoio à produção e infraestrutura precária de escoamento e comercialização; endividamento e dificuldade em lidar com a burocracia de instituições de crédito; imposição tanto por organizações de trabalhadores quanto por organismos estatais de regras estranhas às experiências anteriores

dos assentados; pressões e ameaças de grandes proprietários, especialmente enquanto o Incra não regulariza a situação da área (Medeiros, 2003: 84). Como resultado destes limites e contradições, a política de reforma agrária durante a Nova República mostrou-se até o momento incapaz de promover qualquer alteração significativa na estrutura fundiária no país: entre 1985 e 2017 diminuiu a participação de estabelecimentos com menos de 100 ha na área total ocupada (de 21,21% para 20,49%), enquanto ampliou-se consideravelmente a participação de estabelecimentos com mais de 1000 ha na área ocupada por estabelecimentos rurais no Brasil (de 43,73% para 47,53%). Em meio à perpetuação da concentração de poder econômico e político no campo, ocorreram 1965 assassinatos de trabalhadores rurais no Brasil entre 1985 e 2019 segundo a Comissão Pastoral da Terra (CPT), dois terços deles em estados da Amazônia Legal com destaque para Pará, Maranhão, Rondônia e Mato Grosso, conforme dados da tabela 2. Neste contexto, podemos sustentar a hipótese de que o fracasso das políticas de reforma agrária ao longo das últimas décadas em reverter ou ao menos minimizar esta herança histórica de nossa formação colonial e escravista é um dos fatores a determinar o atual colapso do ciclo de redemocratização iniciado em 1985.

Tabela 2: Estrutura fundiária no Brasil de 1985 a 2017

Classes de área (ha)	Número de estabelecimentos							
	1985	%	1996	%	2006	%	2017	%
Menos de 10	3.064.822	52,91	2.402.374	49,65	2.447.151	50,04	2.543.778	50,93
10 a 100	2.160.340	37,29	1.916.487	39,61	1.971.600	40,31	1.979.915	39,64
100 a 1.000	517.431	8,93	469.964	9,71	424.288	8,68	420.136	8,41
Mais de 1.000	50.411	0,87	49.358	1,02	47.578	0,97	50.865	1,02
Total	5.793.004	100	4.838.183	100	4.890.617	100	4.994.694	100
Classes de área (ha)	Área Ocupada (ha)							
	1985	%	1996	%	2006	%	2017	%
Menos de 10	9.986.637	2,66	7.882.194	2,23	7.798.777	2,34	7.989.114	2,28
10 a 100	69.565.161	18,55	62.693.585	17,73	62.893.979	18,85	63.783.346	18,21
100 a 1.000	131.432.667	35,06	123.541.517	34,94	112.844.186	33,82	112.029.612	31,98
Mais de 1.000	163.940.463	43,73	159.493.949	45,10	150.143.096	45,00	166.451.258	47,53
Total	374.924.928	100	353.611.245	100	333.680.038	100	350.253.330	100

(Fonte: IBGE - Censo Agropecuário)

Tabela 3: Número de assassinatos em conflitos pela terra no Brasil de 1985 a 2019

	1985-1989	1990-1994	1995-1998	1999-2002	2003-2006	2007-2010	2011-2014	2015-2018	2019	Total
Amapá	0	5	1	0	0	0	0	0	1	7
Roraima	8	0	0	0	2	1	5	1	0	17
Acre	11	2	1	3	0	1	2	0	0	20
Rondônia	29	6	13	4	12	8	17	64	1	154
Amazonas	8	3	6	1	2	4	4	6	6	40
Pará	293	86	68	42	89	45	33	63	12	731
Maranhão	58	34	12	3	10	9	18	24	4	172
Goiás	16	3	3	0	1	2	0	0	0	25
Mato Grosso	56	24	7	4	18	9	9	14	3	144
Tocantins	20	11	4	1	2	3	0	3	0	44
Soma das Unidades da Federação da Amazônia Legal	499	174	115	58	136	82	88	151	0	1.303
Demais Unidades da Federação	219	105	47	58	56	38	48	35	5	611
Brasil	718	279	162	116	192	120	136	210	32	1.965

Conclusão

Dentre outros vetores, o bolsonarismo pode ser interpretado como resultado de uma contradição central do complexo de relações sociais atualmente conhecido como “agronegócio”. Esta prática social do Brasil contemporâneo corresponde com precisão ao conceito de espaço abstrato proposto por Henri Lefebvre, referente à produção do espaço sob o que se convencionou denominar “globalização” ao longo da segunda metade do século XX. Segundo este autor, a contradição entre um espaço integrado (em escala global) e um espaço segregado (em escala local) tende a desdobrar-se na produção de centros de poder cada vez mais opacos e autoritários que mobilizam práticas crescentemente autocráticas (Lefebvre, 2013: 319).

Em uma síntese que corresponde com perfeição ao assim chamado “agronegócio”, Lefebvre argumenta que o espaço abstrato tende à homogeneidade por ser suporte da generalização da forma mercadoria, mas também por tornar crescentemente a própria terra um objeto de intercâmbio e investimento que

subordina diferenças qualitativas ao imperativo quantitativo da valorização do valor. Simultânea e contraditoriamente, Lefebvre aponta que o espaço abstrato se fragmenta à medida que é vendido em parcelas e amplia a segregação de elementos sociais rechaçados às periferias, ordenando a distribuição e os fluxos de grupos e classes de acordo com uma divisão social do espaço que complexifica as contradições da divisão social do trabalho. Como consequência desta contradição, o autor conclui que o espaço abstrato se hierarquiza não apenas porque distribui as classes em locais tidos como periféricos, desprezíveis, perigosos ou centrais, nobres, atraentes, mas principalmente porque exige centros de poder político que se reforçam face aos conflitos decorrentes de um espaço ao mesmo tempo globalizado e fragmentado (Lefebvre, 2013: 325).

Desde esta perspectiva, esperamos ter demonstrado neste artigo que as contradições da produção do espaço sob o “agronegócio” são fundamentais à compreensão das tendências autoritárias que vêm atualmente colocando em xeque a frágil e recente democracia brasileira. Dentro deste contexto, o bolsorismo pode ser interpretado como um momento no interior de um processo de aprofundamento da integração do Brasil às cadeias internacionais de *commodities*, que vem perpetuando e multiplicando clivagens sociais que marcam nossa formação histórica. Neste sentido, o sentido histórico do impulso autocrático que caracteriza o governo Bolsonaro é a reafirmação dos abismos sociais de nosso passado e presente como naturais e inelimináveis, aprisionando-nos a uma espécie de eterno retorno de nossa via colonial de formação capitalista.

Referências bibliográficas

- ARIMA, Eugênio, BARRETO, Paulo, BRITO, Marky (2005), *Pecuária na Amazônia: tendências e implicações para a conservação ambiental*, Belém, Instituto do Homem e Meio Ambiente da Amazônia.
- ARIMA, Eugênio, RICHARDS, Peter, WALKER, Robert, CALDAS, Marcellus (2011), “Statistical confirmation of indirect land use change in the Brazilian Amazon”, *Environmental Research Letters*, Volume 6, Number 2, 1-7.
- CORREA, Ana Elisa Cruz (2018), *Crise da modernização e gestão da barbárie: a trajetória do MST e os limites da questão agrária*, Tese de Doutorado em Serviço Social, Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), Rio de Janeiro.
- COSTA, Sandra Helena Gonçalves (2012), *A questão agrária no Brasil e a bancada ruralista no Congresso Nacional*, Dissertação de mestrado em Geografia, Universidade de São Paulo (USP), São Paulo.
- DATALUTA (2017), *Relatório Brasil 2016*, Núcleo de Estudos, Pesquisas e Projetos de Reforma Agrária, Faculdade de Ciência e Tecnologia, Universidade Estadual Paulista (Unesp), Presidente Prudente.

- DELGADO, Guilherme (2012), *Do capital financeiro na agricultura à economia do agronegócio: Mudanças cíclicas em meio século*, Porto Alegre, Editora da UFRGS.
- HEREDIA, Beatriz, PALMEIRA, Moacir, LEITE, Sérgio (2010), “Sociedade e economia do “agronegócio” no Brasil”, *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, vol. 25, n. 74, 159-176.
- LEFEBVRE, Henri (2013), *La producción del espacio*, Madrid, Capitán Swing.
- LERRER, Débora (2018), “A visibilidade e o silenciamento do problema agrário brasileiro nos anos FHC e Lula”, in Fabiano Coelho e Rodrigo Simão Camacho (orgs.), *O campo no Brasil contemporâneo: do governo FHC aos governos petistas*, Volume 1, Curitiba, Editora CRV.
- MATTEI, Lauro Francisco (2016), O governo interino e a desestruturação da política agrária e de desenvolvimento rural do país, Texto para discussão 018/2016, *Núcleo de Estudos de Economia Catarinense*, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis.
- MEDEIROS, Leonilde (2003), *Reforma agrária no Brasil: História e atualidade da luta pela terra*, São Paulo, Editora Fundação Perseu Abramo.
- THÉRY, Hervé, MELLO, Neli Aparecida de, HATO, Julio, GIRARDI, Eduardo (2009), *Atlas do Trabalho Escravo no Brasil*, São Paulo, Amigos da Terra.

- Receção: 29-09-2020

- Aprovação: 30-01-2021

Borges, Rovênia Amorim - Recensão de Afonso, Almerindo Janela; Palhares, José Augusto (orgs.). (2019). *Entre a Escola e a Vida. A condição de jovem para além do ofício de aluno. Configurações*, vol. 27, 2021, pp. 111-116.

AFONSO, Almerindo Janela; PALHARES, José Augusto (orgs.). (2019). *Entre a Escola e a Vida. A condição de jovem para além do ofício de aluno*, Vila Nova de Gaia: Fundação Manuel Leão, 182 páginas. ISBN 978-989-8151-56-8.

ROVÊNIA AMORIM BORGES*
CIEd-IE, Universidade do Minho

Frente aos desafios evidenciados ou suscitados no campo da educação pelo ineditismo das dinâmicas dos nossos atuais tempos, há afirmativas que nos chegam como indagações. É o caso do título do livro *Entre a Escola e a Vida*, organizado pelos sociólogos Almerindo Janela Afonso e José Augusto Palhares, professores do Instituto de Educação da Universidade do Minho, e publicado em Portugal pela Fundação Manuel Leão. Afinal, o que há *entre a escola e a vida*? Caso esta questão fosse colocada depois de 2019, ano em que o livro foi lançado, muito provavelmente a resposta passaria pelo mesmo e abrangente sentido do subtítulo: *A condição de jovem para além do ofício de aluno*. A obra está dividida em introdução e oito capítulos assinados por autores de diferentes instituições portuguesas de ensino superior e centros de investigação.

Com efeito, ainda que estes textos tenham sido escritos antes das repentinas mudanças e incertezas desencadeadas em 2020 no contexto da pandemia global da covid-19, as reflexões sociológicas dos autores sobre a(s) juventude(s) no campo da educação não podem ser classificadas como extemporâneas. Pelo contrário, elas parecem ganhar ainda mais relevância na contemporaneidade de uma (suposta) *nova (a)normalidade*. Ao olhar cada qual de forma singular para as distintas experiências de vida de jovens dentro e fora da escola, esses intelectuais, com base em seus estudos empíricos e teóricos, contribuem para reatualizar o pensar sociológico crítico-reflexivo. Mas o livro tem ainda

*Doutora em Sociologia da Educação e Política Educativa.

Email: roveniaa@gmail.com | ORCID ID: <http://orcid.org/0000-0001-8259-5623>

o potencial para evocar uma *segunda leitura* que se caracteriza por visibilizar tópicos ou reflexões que emergem agora como nucleares, dadas as imprevisibilidades do presente: programas sociais e digitais que propiciam uma maior e mais consciente conexão de jovens educandos com as atuais problemáticas do mundo, as práticas educativas sensíveis às experiências culturais de natureza reflexiva, bem como a valorização da voz dos alunos e de seus pais na definição de políticas educacionais e na participação do quotidiano escolar.

De início, há de se ter em conta o *ofício de aluno*. Resgatado da obra do sociólogo Philippe Perrenoud, este conceito tem na avaliação o seu pilar constitutivo, o que significa dizer que o ofício da aprendizagem escolar não difere de outras atividades produtivas, como nos lembra Manuel Sarmiento logo nas primeiras linhas do texto de sua autoria, “Vicissitudes do ofício de aluno: De novo, o insucesso escolar em questão”, que compõe o segundo capítulo do livro. Nesse sentido, uma primeira leitura da obra orienta-se pelos temas principais abordados pelos autores e que orbitam de forma articulada em torno desse conceito, tais como excelência na escola e no trabalho, cultura meritocrática, elitização, democratização, (in)sucesso escolar, aprendizagens não formais e informais. Nesta perspectiva, vale destacar o texto “A narrativa da excelência na escola e no trabalho: Ilusões e paradoxos da cultura meritocrática”, que compõe o terceiro capítulo, e o contributo de Leonor Torres sobre as concepções de excelência na complexidade relacional educação e trabalho, considerando as dinâmicas de ordem política, econômica e social ao longo das últimas quatro décadas sobre a escola pública em Portugal. Para a autora, os resultados performáticos que caracterizam a ideologia meritocrática (*melhor escola*) devem ser percebidos na sua relação contraditória com o processo de democratização escolar (*mais escola*), nem sempre conciliáveis com o padrão de excelência demandado pelo mercado de trabalho. Em outros termos, significa dizer que o ofício de aluno com perfil de excelência baseado no treinar intensivo e individualizado, com vistas à aquisição de competências cognitivas úteis, não resultará necessariamente na formação de um jovem profissional com os requisitos esperados e valorizados pelo capitalismo pós-fordista tais como cooperação em equipa, dinamismo, empreendedorismo, criatividade e flexibilidade.

A partir de um estudo empírico com jovens do secundário, a autora observa que nas escolas públicas portuguesas prevalece um *projeto socializador parcelar* muito restrito às dimensões cognitivas para a obtenção de resultados. De outra parte, segundo ainda a autora, é na escola privada, caracterizada por um alunato social e cultural mais homogêneo e elitizado, que se tem verificado um projeto socializador mais contemplativo de uma concepção *multidimensional de excelência*. Valeria a pena noutros textos a autora discutir com maior profundidade estas implicações, tendo em conta ela já anunciar, no presente texto, que o “ideal-tipo” de excelência da escola pública “parece” excluir outras

vertentes da educação e da aprendizagem que são igualmente determinantes da mobilidade social, sobretudo para os estudantes provenientes de camadas socioeconômicas mais desfavorecidas. Como observado no texto de Sarmento, as competências valorizadas pelo mundo do trabalho vão além dos domínios cognitivos adquiridos no *ofício de aluno*, contemplando também os “saberes formais e informais” e as “competências não cognitivas”.

Enfim, o desafio educacional que se orienta por uma visão mais democrática e transformadora, como propõe Leonor Torres, passa por considerar os saberes originados em outros espaços, contextos histórico-culturais e experiências de vida de um diverso corpo discente. Complementar a essa visão, José Augusto Palhares, no último capítulo do livro (“Educação e aprendizagens não formais e informais de jovens no ensino secundário: Contributos críticos à compartimentação educativa”), ressalta que grande parte do “capital experiencial e cultural” trazido do exterior por jovens estudantes é desperdiçada nas relações “escolocêntricas”, assentes numa cultura meritocrática de avaliação. Nas notas finais do texto, o autor chama a atenção para as “periferias educativas” (espaços não formais e informais) enquanto fontes de aprendizagens que contribuem para estremecer o padrão hierárquico (e hegemônico) dos saberes escolares legitimados. Como exemplo desse caminho contra-hegemônico na escolarização, Palhares cita os programas de mobilidade e de voluntariado que favorecem o desenvolvimento de *soft skills*, cada vez mais ambicionadas pelo mercado de trabalho global e centrais na agenda política educativa da União Europeia com vistas à consolidação da cidadania no espaço europeu.

Entretanto, as *periferias educativas* parecem não ter alcançado uma dimensão para alterar, de modo significativo, o estruturamento social. No texto do quarto capítulo, “As elites nas universidades chilenas: perfis dos alunos e projetos formativos institucionais”, a autora Maria Luíza Quaresma afirma que, muito embora seja inegável a expansão das oportunidades para os mais desfavorecidos, os sistemas educativos têm gerado mecanismos que continuam a perpetuar e a legitimar a reprodução de privilégios sociais. Atentas às dinâmicas de mercado, as universidades de elite (não somente no Chile) incorporam as *soft skills* em seus projetos formativos. Como os estudantes ingressantes nessas instituições, frequentemente classificadas como as melhores do mundo, pertencem, em geral, às elites com alto poder aquisitivo, eles têm no diploma, com a chancela institucional, uma considerável vantagem na competição por empregos e espaços de poder.

Ainda que abordada por diferentes aspectos, essa discussão acerca das relações educação, trabalho e vida em sociedade suscita o pensar sobre os *sentidos de justiça e os significados* da escola (pública) democrática. Afinal, como bem colocado por José Manuel Resende, David Beirante e Luís Gouveia, que dividem, no quinto capítulo, a autoria do texto “A democracia ajuizada através das experiências escolares: Dilemas e desafios na sua perscrutação”, para que

tem servido a escola e para que serve hoje estar na escola? Para esses autores, a resposta começa por ter em mente que entre os princípios basilares do projeto socializador da escola democrática está a natureza política do *ofício* do professor. Como projeto político socializador que se fundamenta na formação do aluno enquanto cidadão, espera-se que o processo de escolarização seja capaz de dotá-lo de algumas *soft skills*, tais como autonomia (pensar crítico), responsabilidade social (atitude de participar, agir e intervir) e solidariedade com vistas à construção, condução e consolidação de projetos societais democráticos.

Se a escola não tem servido esse propósito, deixando-se orientar em primazia pela agenda economicista da excelência escolar, fica por responder para que serve o estar na escola nos dias de hoje. Para Resende, Beirante e Gouveia, a resposta segue no entendimento de que a socialização política não está restrita aos “muros das escolas” e muito menos aos saberes disciplinares que compõem o “cardápio escolar”. Entretanto, outra questão a ser acrescentada é se há espaço dialógico nas escolas portuguesas para a inclusão desses saberes não disciplinares, que se originam de outras culturas, experiências de vida (incluindo a discriminação étnico-racial) e novos meios de sociabilidade entre os jovens (as redes sociais, por exemplo). Do ponto de vista dos autores, há demasiada concentração nos resultados dos exames e na sujeição das escolas às classificações dos *rankings*, restando pouco tempo para a criação de projetos extracurriculares. O não aproveitamento (ou subaproveitamento) desses saberes pelas escolas públicas portuguesas pode ser interpretado como um paradoxo da agenda hegemônica das políticas educativas a nível europeu que, a par da excelência escolar com base em resultados de notas, também é orientada para o desenvolvimento de uma cidadania europeia e global.

Conforme Teresa Sarmiento e Fernanda Martins, que assinam o texto do sexto capítulo, “Pais, crianças-alunos e sucesso educativo: Fragmentos da política educativa de um município”, a educação para a cidadania, em sentido amplo, deve incluir, entre outros aspectos, o olhar para problemas sociais como a pobreza, as desigualdades por gênero, raça, etnia e nacionalidade. No entendimento das autoras, no atual mundo globalizado as práticas situadas de cidadania (dentro de uma espacialidade microssocial) cruzam-se e tomam forma em redes que se projetam para lá dessas fronteiras dimensionadas localmente. É a partir desse ponto de vista que as autoras vão investigar a participação de pais e de alunos nas políticas (e práticas) educativas. Também a investigar a participação colaborativa em políticas para a juventude, no caso a execução do Programa Garantia Jovem, iniciativa da Comissão Europeia para a inclusão social de jovens que não estudam e estão desempregados, Maria Vieira, Tatiana Ferreira e Lia Pappámikail apontam causas de ordem organizacional, operacional e relacional para explicar os resultados “tímidos” no contexto português. As três autoras dividem a escrita do sétimo capítulo que traz o título: “Rede Local de Parceiros Garantia Jovem: Tensões e obstáculos

às políticas de proximidade”, destacando a visão estereotipada e redutora do perfil sobre esses jovens, que resultou na “hipervisibilidade” de determinados grupos em detrimento de outros, limitando, inclusive, a identificação do público-alvo da política.

Por fim, até agora procuramos pontuar que os autores, nas suas diferentes abordagens sobre a interconexão escola, vida e ofício do aluno, tiveram um olhar acurado em busca de invisibilidades sociológicas, ainda que tenham se mantido aprisionados nas epistemologias nortecêntricas. As duas exceções são a introdução, que traz o título “Recriando uma pluralidade de olhares”, escrita por Almerindo Janela Afonso, e o primeiro capítulo (“Jovens, rumos sociais e desafios educacionais”), assinado por José Machado Pais, cada qual a enveredar pelas trilhas da crítica descolonial. Afonso, entre outros comentários sobre os diferentes textos, e não querendo esquecer o lugar que fora destinado à conferência sobre crianças refugiadas (uma vez que a autora convidada não entregou o texto solicitado), traz breves achegas sobre as novas *linhas abissais*, materializadas nos muros erguidos contra os miseráveis do Sul global que, na “luta pela sobrevivência”, mendigam por “migalhas” na “velha Europa colonizadora”. Por sua vez, ante os (novos) rumos sociais e dilemas educacionais, Machado Pais propõe uma metodologia das “obliquidades e conectividades”, ou seja, um “olhar para o lado”. Com isso, o autor defende um diálogo com distintos domínios disciplinares e culturais, o que implica valorizar a diversidade das experiências educativas dos jovens, independentemente da condição social ou identidade étnico-racial. Ele recorda o *Livro das Árvores*, ilustrado por crianças indígenas ticunas, da Amazônia, como exemplo de uma pedagogia criativa que soube absorver e valorizar saberes socioafetivos para um despertar ambiental que passa por respeitar a identidade única de cada árvore.

De qualquer forma, esta segunda leitura que buscamos destacar na recensão crítica dos oito capítulos só foi possível porque, como assinala Afonso no texto da introdução, a sociologia que surge da “erosão das dicotomias” da modernidade capitalista caracteriza-se por estar atenta à multiplicidade das experiências emergentes, heterogeneidades, identidades e ambivalências. Uma sociologia, pois, que contempla a *pluralidade de olhares* e que requer criativos e amplos horizontes metodológicos, mas que também nos permite a ousadia de destacar o que parece adquirir uma importância maior no momento presente desta nossa escrita. Por exemplo, antes de a realidade pandêmica e o ensino à distância reverberarem como problemáticas para (novas) reflexões sociológicas, Machado Pais já chamava a atenção para as “brechas geracionais” entre jovens (nativos digitais e hiperconectados) e alguns professores, com dificuldade em se apropriar das tecnologias digitais. De outra parte, sem a pretensão de extrapolar as reflexões contidas no livro ou de avançar pelos vários constrangimentos da escola *online*, o contexto pandêmico na especificidade das escolas públicas em Portugal traz à tona questões como a desigualdade de acesso a recursos

digitais (computadores e internet). Sob esse prisma, vale recuperar a crítica em metáfora utilizada por Machado Pais de que muitas políticas educacionais falham porque seguem uma “estratégia de ouriço”, quer dizer, fecham-se em relação à realidade social que circunda e intersecta o que se passa nas escolas.

Essa lacuna das políticas educativas entre a escola e a vida passa também por uma escola aprisionada na sua tradição de ensinar, que desconhece ou desvaloriza os saberes digitais da(s) juventude(s). É uma escola que não constrói “pontes” e, portanto, como sublinha Machado Pais, é incapaz “de conectar o desconectado”. As novas juventudes, ressalta o autor, chegam à escola com competências e conhecimentos adquiridos fora dela, nomeadamente nas *conectividades com o mundo virtual*. Muito embora o autor não aprofunde esta reflexão, dois pontos chamam a atenção na sua abordagem. Primeiramente, a apropriação criativa que as juventudes fazem da internet e de outras tecnologias da informação e comunicação não revela ser um *distintivo de privilégio de classe*. No ponto de vista do autor, mesmo os “socialmente” mais excluídos demonstram uma atitude proativa na utilização das plataformas digitais, tanto na busca de conhecimento quanto no desenvolvimento de culturas de trabalho. O segundo ponto está no despertar das subjetividades juvenis para questões socioculturais, identitárias e ambientais. Esta conscientização, sublinha o mesmo autor, tem sido propiciada e fomentada por projetos digitais de inclusão social, mas de acesso aberto para permitir a ampliação das redes colaborativas. São projetos escorados na filosofia do partilhar e do “aprender fazendo” (*culture maker*). Em ambos os casos, estamos diante de contextos de aprendizagem e experiências *Entre a escola e a vida* que, nestes novos tempos e espaços intermédios, nos convidam a um *olhar para o lado* e ver outras possíveis leituras sociológicas sobre *A condição de jovem para além do ofício de aluno*.

Review of: Alipio de Sousa (2019), Revoke Ideology – Critical Constructionist Theory in the Human Sciences, Bern, Switzerland, Peter Lang UK

AUGUSTO FRANCISCO*
Technische Universität Dresden

In *Revoke Ideology*, Alipio De Sousa aims to explain the critical constructionist theory to a broad audience. To achieve this objective, he reviews many of the key concepts of human sciences facilitating the comprehension and accessibility of the concepts that shape his ultimate proposal. Basically, his sources are, among others, Émile Durkheim, Lévi-Strauss, Louis Althusser, Pierre Bourdieu, Michel Maffesoli, Cornelius Castoriadis, Sigmund Freud, Jacques Lacan, Michel Foucault. This work, then, serves as a reference for professionals and students of human sciences, as well as lay people. The foremost effect of the book's content is to inspire an attitude towards ideology: to revoke it. Although it has political implications, the book is not political partisanship, it is based on rigorous academic research.

With the title of the book proposing the revoking of ideology, the subtitle links to the scientific field from which the critical constructionist theory arises: humanities. This is a crucial point in the author's argument. Firstly, the subjects within human sciences operate from the premise that everything in society is a manmade construction. Thus, anthropology, sociology, history, psychology and other sciences deliver a solid message that man constructs himself through processes of phylogenesis and ontogenesis. Secondly, through ideology, current social constructs appear as if they were the only ones possible. If even theoretical concepts can be ideological, the humanities are the point of departure

*E-mail: acfrancisco@daad-alumni.de | ORCID: 0000-0003-1602-8326

for scientific criticism. For this reason, it is important to be aware of ideology within the concepts of human sciences. Therefore, in human sciences there is a need for conceptual instruments to identify possible theoretical and methodological problems induced by ideology. Lastly, an audience of specialists may be alternatively interested in formulating the concept of ideology, applying these instruments to current ideas in the analyses of particular ideologies.

In the first chapter called *Revoke ideology*, the author re-formulates a basic understanding of a “critical constructionist vocation within the human sciences” (10). Although there might be theoretical perspectives, constructions, and schools which attempt or attempted in many ways to justify power and domination in the field of human sciences, including many philosophies, the characterisation of human sciences continues to comprise a common convergent point: that of a critical constructionist theory. Simultaneously, if the reality can be interpreted as constructed, the reverse is also possible. Once something is constructed, it can be deconstructed.

In addition, construction does not mean that there is a “construction” separate from human action. Nor the opposite, that there is a conspiracy orchestrated by somebody, invested with full power, who has constructed the reality: the “elite”, for example. Reality cannot be easily deconstructed. Human sciences have already shown that social facts are random and coercive. Furthermore, the institution of reality is neither purely linguistic nor discursive nor departs from a reality untouchable. As De Sousa claims, “There is nothing human prior to the human being” (30). However, there are attempts to place something pre-human in the human, in order to justify a unidimensionality which competes with the diversity of human life. For example, arguments suggesting that biology can explain what social is. Thus, he argues that the “natural” is never solely natural, as it is always fashioned by human language” (37).

Moving on, he differentiates real from reality in order to clarify that the construction of reality corresponds just to one dimension of what is real, which is much richer than what that reality exhibits. In a word, “the real is the ballast from which reality extracts the elements of which it constructs its structures and configurations” (41). Nevertheless, acting in this way, reality forecloses real elements that must be left “outside” of the reality. On the one hand, the real continues to exist and, therefore, exerting pressure on the reality since it is only a part of the real. On the other hand, the reality tries to exclude the real which threatens its “integrity”. The fundamental idea at this point is its application. Violence, prejudice, emerging groups and actions, social changes, psychic suffering, historical movements, etc. are examples of the real/reality process.

Once the relationship between real and reality is defined, the second chapter seeks to present more details regarding the process of the construction of reality. The author articulates a few concepts which have some tradition in

the field, and can be useful for the construction of the reality factor. One of these concepts is the “symbolic”, always in connection with the “imaginary”: “The symbolic, relying on the collective imagination (the imaginary), is capable of providing a foundation to that which has none, making it the production matrix of all meanings that legitimize reality, validating reality, justifying its imperatives and injunctions” (69).

The symbolic regulates the social reality. Through the symbolic it is possible that the institutional life of individuals, social groups, cultures and societies reproduce themselves. Institutions such as family give newborns the symbolic structure from which they will see what is right and wrong, good and evil, incited and discouraged. The symbolic, that exists before someone is born, thanks to the human actions which give continuation to it, is the compass of social reproduction. The socially shared symbolic is also an imposition due to its arbitrariness, in the sense that reality is randomly materialised.

In turn, the imaginary gives a unified meaning or an image of integrity to the instituted reality. Given that there are so many traditions about the foundation of societies, as well as common interpretations regarding their origins, there must have been an imaginary foundation which gave them a shared orientation to stabilise their beliefs. To this pivotal institution the name imaginary is given. Additionally, De Sousa suggests that the imaginary does not work without cultural arbitrariness, so social practices work according to social and cultural imaginary conventions. It involves performativity, that is, the capacity that language has to change reality.

In order to understand how human reality is created, De Sousa resorts to archaeologically reconstructing phylogenesis, in the third chapter. Humans developed a novel way to live according to positive feedback. In short, in “its current form, the human being evolved during the Pleistocene Era. Scientists estimate that the group, Archaic Homo sapiens, evolved between 400,000 and 250,000 years ago, having migrated out of Africa, where it originated some 50,000-100,000 years ago” (101). Nevertheless, this evolution came from 5 to 7 million years ago, at the beginning of a separation from the former primates. To clarify, the primates from today differ phylogenetically from the primates of that time. The same reasoning is valid for us and our ancestors.

Thus, the more our ancestors created, over time, a novel kind of evolution, the more it has become clear that culture is a central phenomenon of social construction. So, what was determined in the past with sociocultural constructions defines what humans are today. Therefore, it defines how they have constructed their own reality up to now. De Sousa criticises the attempt to attribute a “nature” to the “human”. In addition, his criticism reaches those who acknowledge that human sciences ought to implement a dialogue with this “natural” perspective. The author states: “Clearly, what is natural nature in the other species, in the human being is learned, acquired and, constructed

by humans themselves” (108). In this debate’s context, De Sousa stands against the idea that there is an innate language settling of the human being, even structurally. Without an institutional apparatus or social groups and units such as family or cultural practices, the newborn would not be able to incorporate the linguistic order of the societies by itself.

Despite this consolidated constructionist thought, a supposed fixed “human” nature relying on biology is making a strong comeback, as if the social phenomena were caused by biological variables. De Sousa considers this turning point an ideological movement that attempts to “restore” forms of oppression from which the human ought to be freed. Actually, to defend human “nature” in the sense that biology ultimately defines the human, without considering social, psychological, cultural, historical or philosophical factors, is to ignore that this defence can produce domination and prejudices. A meaningful example is the human “brain”. It is necessary to qualify what the human brain is. Surely, the human brain today differs from the brain of the first humans. In sum, the attempt to localise the social within the brain is an ideology, which has its homophobic variant in the pseudoscience that postulates a biology of the desire.

Then what is ideology? The fourth chapter addresses this question. The concept of ideology is of particular importance to a critical constructionist theory that intends to apprehend why a random reality dominates social life and other realities do not. On the one hand, ideology leads many authors to ignore the issue of ideology. On the other hand, ignorance motivated by ideology has been denounced by many other authors. Additionally, the polyphony of the term “ideology” confuses the terminological use of the concept. Hence, De Sousa proposes 4 categories of non-critical meanings of ideology and suggests abandoning them; ideology is not: 1) the defence of a moral cause; 2) the invisible domination of a single social class; 3) false ideas of reality; and 4) synonymous with thought or outlook or mindset or even worldview. Ideology does not have a cause, although it serves domination, but not of a single class. Furthermore, it has nothing to do with the criteria of truth; it is not false, it simply justifies domination over social systems as a whole. Lastly, ideology differs greatly from ideas because there are ideas which are not ideological, like critical ideas.

Ideology depends substantially on the imaginary and the symbolic. The imaginary assures the ideology of the power of a kind of legitimisation with respect to the unified meaning of social reality, including the arbitrary meaning of the words of a language, up to the belief that society represents an indissoluble and indivisible unity. Since it would be either an indestructible meaning of a word or a perfect unity, the ideological belief could not be contested. Besides, the symbolic gives power to the words, practices, uses, customs, rituals, myths and differences because it concerns how the world is signified.

Ideology can be analysed from the spectrum of both social representations and discourses. Both themes have been managed by human sciences in order to clarify how societies can reproduce themselves, which is also a topic of subjectivities. Social representations as well as discourses, being symbolic, can involve ideologies, so that one can call them ideological representations or ideological discourses. What societies produce as representations or discourses, in order to both give life to social practices with rituals and to invest power upon individuals with classifications and qualifications, are of interest to the studies about ideology. The justification of such rituals or classifications as necessary processes is the issue presented by the criticism that claims they are social constructions which can be modified.

Therefore, when the ideological world involves individuals there is a critical alternative: to start believing in other possibilities of action. In sum, that happens as follows. One should believe that the reality built around him or herself is not as necessary as is supposed. One can change it. This simple gesture opens the doors to the perception of ideology. By acting this way, one is acting individually and collectively against suffering. However, this is a daily struggle because ideology is like the water invading a leaky boat, which is our lives navigating through unknown oceans. To sum up, the last chapter presents a beautiful picture of a constructionist world. The author recalls the discovery of the sunset on Mars. There, the phenomenon is blue. This exemplar image shows us that our world is a construction that can be critically deconstructed. Our sunset can also be blue.